Diário de Lisboa

ANO 54.º/18665 4$00

QUINTA-FEIRA 16 JANEIRO 1975

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **José Cardoso Pires**

ANGOLA: ESPERANÇA DE UMA COMUNIDADE SEM RACISMO

-sublinhou o Presidente da República

«Trabalhámos nesta reunião cimeira, com uma geração de atraso nas correntes da História», disse o Presidente da República, general Costa Gomes, no seu discurso

. **A partir de hoje, vós e os vossos movimentos estão colocados perante um desafio duplo. É a esperança de todos os angolanos exigir que homens e partidos, apesar das diferenças sociais, filosóficas ou políticas, saibam encontrar soluções angolanas autênticas baseadas na capacidade de diálogo, no espírito de cooperação e na boa vontade de servir o vosso país, que V. Ex.as acabam de demonstrar. É o sentimento dos homens bons dos quatro cantos da terra e a observação especializada dos sociólogos mais atentos que se debruçam na experiência social angolana como uma derradeira esperança de ver criar no século vinte uma grande comunidade, onde o espírito vence definitivamente os convencionalismos raciais, um dos dramas da sociedade internacional contemporânea.**

Estas palavras do Presidente da República portuguesa, general Costa Gomes, sintetizam a importância histórica do acordo assinado ontem na Penina entre Portugal e os representantes dos três movimentos de libertação de Angola, a Frente Nacional de Libertação de Angola — F.N.L.A., o Movimento Popular de Libertação de Angola — M.P.L.A., e a União Nacional para a Independência Total de Angola — U.N.I.T.A.

No início da cerimónia, o ministro sem pasta major Melo Antunes leu, em voz firme, sem uma hesitação, o texto integral do acordo. A cerimónia fora sucessivamente adiada, para se realizar, finalmente, pouco depois das 23 horas, devido a atrazos na passagem à maquina dos quatro textos, em português, do acordo. Os textos ficarão na posse de cada uma das delegações.

Terminada a leitura do acordo, o dr. Agostinho Neto proferiu, em nome da F.N.L.A., do M.P.L.A. e da U.N.I.T.A., uma alocução. **Aqui, as pretensões dos colonialistas ficam enterradas para sempre**, disse o presidente do M.P.L.A., para acrescentar, mais adiante, dando a justa perspectiva da futura cooperação entre Portugal e Angola:

Afastado o obstáculo do colonialismo, nem o povo português, nem o povo angolano desejarão recuar na sua transformação progressiva para uma nova definição do homem na sociedade. A dinâmica da vida só nos pode conduzir a um destino. O destino do progresso. Se recuarmos, o processo em Portugal ou em Angola, este importante acordo hoje selado pelo estabelecimento das relações justas entre os nossos povos, romper-se-á inevitavelmente.

Por fim, o Presidente da República proferiu um discurso, sem dúvida o de mais importante significado histórico desde o início do seu mandato.

Além do Chefe de Estado e das quatro delegações, que tomaram lugar na mesa em que foi assinado o acordo, assistiram à cerimónia, em lugar especial, o Primeiro-Ministro, o ministro sem pasta major Victor Alves e o alto comissário em Angola, almirante Rosa Coutinho.

(Pags. 17, 18 e 19)

O bom entendimento verificado na cimeira é, para os movimentos de libertação, segundo disse o dr. Agostinho Neto, «prenúncio de uma estreita colaboração no começar do exercício de responsabilidades novas na nossa terra»

ROSA COUTINHO NÃO VOLTA A LUANDA

. PENINA, 16 — (Dos nosso enviados especiais) — O Algarve deixou hoje de ser o centro das atenções dos observadores políticos nacionais e estrangeiros. Essas atenções viram-se agora para Angola onde, na sequência do acordo firmado ontem à noite entre os três movimentos de libertação e o Governo português, vai começar a dura tarefa de tornar independente até Novembro um país que continua a ser alvo de cobiças imperialistas.

A primeira tarefa consiste agora em constituir os órgãos que dirigirão o país durante o período de transição. Da parte de Portugal, confirma-se o afastamento do almirante Rosa Coutinho do cargo de alto-comissário e prevê-se a sua substituição pelo brigadeiro Silva Cardoso. Rosa Coutinho voltará a fazer parte da Junta de Salvação Nacional, de onde saíra devido á sua ausência em Angola, implicando o seu regresso a reocupação do lugar da Junta, interinamente entregue ao almirante Silvano Ribeiro.

Quanto ao preenchimento da pasta de Economia, considerada a mais difícil a efectuar pelo Governo português, ainda não foi adiantado qualquer nome, embora tenha sido admitida como provável a hipótese de ser designada uma personalidade angolana.

Antes do regresso das delegações, o ministro Melo Antunes teve esta manhã um último encontro com os respresentantes dos três movimentos de libertação, destinado a formalizar os anexos ao acordo firmado ontem. Pouco tempo depois, levantava voo do aeroporto de Faro o avião da T.A.G. (Transportes Aéreos Angolanos) que leva Savimbi, presidente da U.N.I.T.A. a Luanda, via Lusaka, e, às 13 horas, era a vez de Agostinho Neto, do M.P.L.A., deixar o Algarve, também de avião mas na direcção de Lisboa. Holden Roberto, da F.N.L.A., deixou o aeroporto de Faro a caminho de Kinshasa.

Entretanto, o chefe da delegação em Luanda do M.P.L.A., Lúcio Lara, desmentiu hoje à agência ANI a indicação de nomes para o Governo de Transição. «Até agora praticamente não há nomes escolhidos ainda pelos movimentos de libertação e os citados na Imprensa não correspondem à realidade», disse.

AVANÇO ISRAELITA NO SUL DO LÍBANO

. SIDON (Líbano), 16 (R. e F.P.) — O Exército israelita desencadeou hoje um ataque em larga escala no Sul do Líbano, utilizando tanques e carros blindados, segundo informações aqui recebidas de testemunhas oculares.

O ataque começou às 6 horas da manhã com um avanço de colunas blindadas na região de Arkub.

Segundo as mesmas informações, os israelitas pretendem igualmente avançar em direcção a Kfar Shouba, Kfar Hamam e Al Habbariyah, mas estão a encontrar forte resistência dos comandos palestinianos, e não conseguem controlar as estradas de acesso a essas localidades.

Kfar Shouba tem sido alvo do fogo intermitente da artilharia israelita há cinco dias. Ontem, forças israelitas avançaram até à periferia daquela povoação, mas foram obrigadas a retirar em face da resistência que encontraram.

A população civil de Kfar Shouba foi evacuada graças a uma trégua arranjada pela Cruz Vermelha e actualmente apenas e encontram ali os comandos palestinianos que os israelitas pretendem expulsar.

Não houve ainda qualquer comunicado oficial libanês sobre a situação, mas notícias difundidas pela agência palestiniana WAFA dizem que Kfar Shouba está sob o fogo dos tanques e da artilharia israelita.

O general Mordekhai Gur, chefe do Estado-Maior do Exército israelita, declarou ontem que, na sua opinião, era perfeitamente possível expulsar os fedaines da «Fatahlandia» (Arkub), no Sul do Líbano. «Tal é o objectivo das nossas operações militares» — afirmou numa entrevista à Rádio militar israelita.

O general Gur acrescentou: «O nosso objectivo não consiste de forma alguma, em atentar contra a soberania e a integridade territorial do Líbano, que nós contamos respeitar. Resume-se tudo em fazer o que podemos para garantir às nossas localidades do Norte uma vida mais ou menos normal».

24 páginas

DETIDOS PELO COPCON

. Dois ministros do Interior do Governo de Salazar foram detidos ontem à noite por forças do Copcon e conduzidos ao Forte de Caxias. São o general Arnaldo Schulz e o dr. Santos Junior. A Comissão de Extinção da P.I.D.E./D.G.S. e L.P. acusa-os de envolvimento nas actividades criminosas daquelas organizações fascistas.

Outro governante e político do regime deposto, o dr. Baltasar Rebelo de Sousa, agora exilado no Brasil, viu-se ontem também «responsabilizado, nos termos gerais, por actos praticados no exercício de funcões

Continua na pág. 24

Orgulho e preconceito

. Ao orgulho de se pertencer à classe operária, ao orgulho de se pertencer ao povo (orgulho que vinha das lutas redentoras e das doutrinas revolucionárias), seguiu-se entre nós, após o 28 de Maio, o preconceito do elitismo, a vergonha da ascendência humilde. O filho da criada de servir que ascendera a ministro escrevia o seu nome «à fidalga», dobrava as consoantes ou introduzia uma letra grega para impressionar.

Até um Tomás qualquer passava a ser Thomaz e um simples Marcelo se transformava em Marcello. O Povo Português passava a ser Pátria e nas escolas passou a ser obrigatória a imagem do calvário: o Cristo entre os dois ladrões.

Há dias, em Benfica, um grupo de intelectuais reparou que numa parede estava escrito:

VIVAQELASOPRARIA

Depois de muitas hesitações, de muitas dúvidas e tentativas, um especialista em fonética encontrou a chave do mistério. Alguém quisera escrever VIVAAA-CLASSEOPERARIA que é como quem diz: VIVA A CLASSE OPERÁRIA.

Alguém orgulhosamente escrevera «Viva a classe operária», mas de uma forma que é, simultaneamente, uma acusação que só os doutores em fonética entenderão facilmente. O que é natural num país de analfabetos e de doutores, com a particularidade de muitos doutores acumularem a condição de analfabetos.

O que nos leva a concluir que de orgulho e preconceito cada qual toma o que quer.

MANUEL DE AZEVEDO

Gestão escolar

. Amanhã, às 10 horas, nas instalações do Ministério, os secretários de Estado da Administração Escolar e de Orientação Pedagógica, respectivamente, eng. Prostes da Fonseca e dr. Rui Grácio, dão uma conferência de Imprensa, subordinada ao tema «Política de gestão dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário».

De ontem para hoje

CÉSAR OLIVEIRA, MARX E ENGELS

O historiador César Oliveira esteve recentemente em Amesterdão onde, no Arquivo Marx e Engels, do Instituto Internacional de História Social, pesquisou material que estivesse relacionado com a fundação do Partido Socialista Português, ocorrida em 10 de Janeiro de 1875.

Foi-lhe possível encontrar 21 cartas dirigidas por José Fontana, Nobre Franco e Azedo Gneco a Marx e Engels, os dois doutrinadores que escreveram (1848) o «Primeiro Manifesto do Partido Comunista». Seria Engels, também, quem asseguraria, após a morte de Karl Marx, a publicação de «O Capital».

Essas cartas, até agora desconhecidas ou muito mal estudadas, serão em breve lançadas no mercado livreiro.

Na sede da Associação Portuguesa de Escritores, aquele erudito apresentou, ontem à noite, grande parte dessas cartas, que foi comentando e enquadrando historicamente.

Apresentado como um dos melhores conhecedores da história do operariado português, César Oliveira começou por salientar que o Partido Socialista Português termina a sua existência em 1933 «pelo que não lhe parece correcto que alguém se reclame herdeiro da sua tradição. Em 1975 todos os marxistas serão possuidores dessa herança. Parece-me, pois, abusivo que alguém tome para si essa herança.»

César Oliveira lamentou que se tivessem pedido as cartas de resposta de Marx e Engels aos socialistas portugueses e historiou, depois, a vinda dos primeiros marxistas à Península, afirmando que em 1882-83 começam a traduzir-se aqui as primeiras obras de teóricos socialistas.

Partindo da leitura de algumas das cartas pôs em foco os conflitos existentes, das lutas intestinas do Partido Socialista, salientando que os filiados se degladiavam na ânsia de conseguirem o mando. Falou dos prenúncios de morte da I Internacional Socialista, em 1872, e lembrou como, em 1883, os revolucionários da época «haviam desconfiado do noticiário das agências burguesas, acerca da morte de Marx».

Quase a terminar acentuou que o Partido Socialista é o último organismo político a ser extinto por Salazar, em 1933. Seguiu-se debate, no qual participaram alguns membros da assistência.

■ EMIGRAÇÃO

O director-geral da Informação, comandante Rui Montês, chegou da Alemanha Federal. Durante a sua curta estada naquele país, que se realizou na sequência da visita efectuada pelo major Vítor Alves, o comandante Montês teve encontros no Secretariado da Informação Alemão e também na Fundação Frederik Herbert (social-democrática), que se tem especializado no auxílio de meios técnicos a determinados países, principalmente do Terceiro Mundo.

■ MUNICÍPIO DO PORTO

Foram recebidos, em audiências separadas, no Ministério da Administração Interna, o dr. Mário Cal Brandão, governador civil do Porto, e os três elementos da presidência e vice-presidência da Câmara Municipal daquela cidade.

Quanto ao chefe do distrito, sabe-se que ali se deslocou para tratar de diversos assuntos relacionados com a administração do distrito, entre os quais o recenseamento e ainda para dar a conhecer os problemas gerados ultimamente no seio da Comissão Administrativa do Município. O dr. Cal Brandão foi recebido pelo secretário de Estado da Administração Regional e Local coronel Lopes da Conceição, a quem deu a conhecer, pormenorizadamente, as questões que tanta celeuma têm provocado no decorrer das reuniões do município.

Depois de ter ouvido o governador civil, o secretário de Estado recebeu o presidente e vice-presidentes da Comissão Administrativa da Câmara, de quem quis ouvir os motivos daqueles mesmos incidentes.

■ CABO-VERDIANOS DETIDOS

Dois cabo-verdianos desempregados foram detidos na madrugada de ontem, na zona de Alcântara, sob a acusação de assalto à mão armada na pessoa de um motorista de táxi que os transportava.

Segundo a P.S.P. os cabo-verdianos Damião Moreira, de 23 anos, e Olavo Semedo, de 19, ambos naturais da cidade da Praia, acompanhados por um terceiro compatriota não identificado tomaram na Rua do Arco de Alcântara um táxi conduzido por José dos Santos.

Chegados à Rua de S. Bento, teriam sacado ao condutor a quantia de 900$00, um anel e uma aliança em ouro, bem como um relógio. Seguidamente, teriam-no intimado a despir-se, a fim de melhor o revistar. Depois, teriam autorizado o motorista a vestir as suas roupas, ao mesmo tempo, que «o ameaçavam de morte como vingança para com um seu companheiro morto por um taxista». Antes de se porem em fuga, teriam partido o pedal do acelerador do automóvel. O terceiro implicado ainda não foi preso.

CABEÇA PARTIDA

. Após ter almoçado numa taberna da Calçada do Duque, o ajudante de motorista Domingos Eduardo, de 20 anos, recusou-se a pagar a despesa de trinta escudos, ameaçando mesmo agredir o gerente do estabelecimento.

Chamada a Polícia, Domingos Eduardo tentou fugir atirando-se contra o vidro da montra. O vidro partiu-se e o jovem, ferido na cabeça, acabou por recolher sob prisão aos calabouços do Governo Civil.

NOVAS PROPOSTAS DO M.E.C. PARA DIREITO

. A questão da Faculdade de Direito que foi recentemente a Conselho de Ministros onde teriam surgido duas correntes, pró e contra o encerramento da Escola, tendo prevalecido a segunda, foi objecto de novo estudo por parte do MEC.

Com efeito, o tenente-coronel Rodrigues de Carvalho recebeu ontem uma delegação de alunos da Associação Académica da Faculdade de Direito para lhe anunciar as novas propostas para uma resolução imediata de problemas pendentes, nomeadamente a abertura do ano lectivo naquele estabelecimento de ensino.

A proposta apresentada pelo MEC sugere a data de 1 de Março para o início das actividades lectivas, procedendo-se até lá a uma valiação de conhecimentos, com passagem de ano condicionada à entrega de trabalhos escritos a comissões de cadeira, a serem entregues depois a um dos assistentes em serviço ou a futuros professores, ainda a contratar, que os apreciariam conjuntamente.

Além de considerar dever ser concedida prioridade à avaliação de conhecimentos dos alunos do quinto ano, garantiu ainda o MEC assegurar a verba necessária para a contratação dos futuros docentes.

As propostas apresentadas pelo ministro deverão ser apreciadas na próxima reunião geral de alunos.

TRINDADE

F. N. A. T.

SEMANA DE CINEMA CUBANO

PROGRAMA

às 18 horas

79 PRIMAVERAS

e

LA NUEVA ESCOLA

(Não acons. a m/ 13 anos)

Às 21,30 h.

L U C I A

(Não acons. a m/ 18 anos)

——//——

15$00 — Preço único — Para os sócios da F. N. A. T., Sindicatos, C. A. T., C. R. P., jovens até aos 22 anos, Associações filiadas na Liga para o Intercâmbio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas e Associação de Amizade Portugal-Guiné Bissau.

ESTREIA SÁBADO

TEATRO MONUMENTAL

O MAIS FAMOSO «MUSICAL» DE TODOS OS TEMPOS!

HAIR

O ROCK MUSICAL AMERICANO DO AMOR TRIBAL

COMPANHIA ORIGINAL INGLESA

Argumento e poema de JAMES RADO e GEROME RAGNI
música de GALT MACDERMOT

Não aconselhável a menores de 18 anos

Sindicato dos Caixeiros, Profissionais em Armazém e Profissões Similares do Distrito de Lisboa

SEDE: AV. DA REPÚBLICA, 29 - 29-A — TELEF. 57 40 73 — LISBOA

CONVOCAÇÃO

Convocam-se todos os trabalhadores deste Sindicato para uma **Assembleia** que se realiza no próximo **dia 17**, sexta-feira, **pelas 21 horas**, na Voz do Operário, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aplicação do C. C. T. Retalhistas
3. Luta contra os despedimentos
4. Saneamento

COMPARECE! PARTICIPA!

Lisboa, 15/1/75

PELA COMISSÃO DIRECTIVA
(Assinatura ilegível)

post scriptum

Problemas de Loures

Sou leitor assíduo do jornal que V.Ex.ª dirige e desde há muito que tenho a esperança de o ver tratar dos problemas das pessoas que vivem nos arredores de Lisboa como é o caso, por exemplo, dos habitantes de Loures. Infelizmente, porém, o meu desejo nunca foi satisfeito apesar do assunto interessar a um número elevado de pessoas. Quem reside em Loures luta como é do conhecimento de todos, com as dificuldades provenientes de uma rede deficiente de estradas, já que as autoridades fascistas permitiram a construção de bairros como o de Santo António dos Cavaleiros sem atenderem ao facto de que a região estava a desenvolver-se a olhos vistos e que a estrada existente e já nem para o trânsito que havia chegava, quanto mais para o trânsito provocado pela construção de bairros novos. O resultado é que é frequente levar-se mais de uma hora de Lisboa a Loures e vice-versa, mesmo quando não há futebol, porque do que se passa quando há jogos no estádio do Sporting nem falamos! Quando começaram a aparecer notícias na Imprensa acerca de um projecto do industrial João Rocha para desenvolver ainda mais a zona do Lumiar, todas as pessoas que vivem ao longo da estrada que liga Lisboa a Torres tremeram de pavor. Oxalá o Governo democrático não repita erros do Governo fascista e não permita que se construam mais bairros enquanto não houver outra estrada. O grande problema do momento, porém, é o das quebras da corrente elétrica que obrigam as pessoas de certas zonas do concelho a passar horas sem luz, sem televisão, sem rádio e sem aquele mínimo de comodidades que tosos têm o direito de exigir muito especialmente os que vivem afastados dos grandes centros. Sabe V. Ex.ª o que é uma mulher levantar-se de madrugada para apanhar a camioneta, a fim de vir à praça adquirir géneros alimentícios, e verificar, ao chegar a casa, que o frigorífico não está ligado por falta de corrente e que todo o seu esforço foi em vão? Creia que isto está a acontecer a muitas mulheres do concelho, mulheres que, diga-se de passagem, não têm uma vida fácil.

Júlia Ferreira — **Loures**

«Bichas»

na Ponte 25 de Abril

Neste momento em que toda a gente parece estar empenhada em criticar os serviços públicos e, em certos casos, com toda a razão, falta a muitas pessoas aquele mínimo de consciência e de espírito de colaboração exigível em todos os momentos e muito especialmente neste que o País atravessa. Esta falta de compreensão nota-se mesmo nas coisas insignficantes como é o caso, por exemplo, das pessoas que chegam aos «guichets» da Ponte 25 de Abril com notas de mil escudos necessariamente difíceis e morosas de trocar. As pessoas que procedem deste modo contribuem para a formação das intermináveis «bichas» que todos conhecemos e atrasam a vida a toda a gente. É claro que não se pode exigir às pessoas que levam sempre a quantia exacta vão ter que pagar, mas não haverá nada a fazer para resolver este problema?

Carlos Rodrigues da Cunha — **Costa da Caparica**

A placa do Hotel Algarve

Fiquei revoltado ao saber que no «haal» da entrada do Hotel Algarve, na Praia da Rocha, continua afixada uma placa com os nomes de Américo Tomás e outras figuras do regime fascista deposto, comemorativa da inauguração daquele estabelecimento. É evidente que o mesmo acontece em muitos outros lugares, mas o facto de a administração do hotel ter mantido a placa durante a permanência ali do general Costa Gomes parece-me um acto provocatório que merece o mais vivo repúdio. Tive conhecimento disto pela rádio e apresso-me a exprimir a minha indignação.

Eduardo Pereira F. Pina — **Beja**

Onde está a justiça?

(...) O certo é que diariamente tomamos conhecimento, quer pela Imprensa, quer pela rádio, de agressões a democratas de diversos partidos. Ainda há dias veio a público um vergonhoso assalto levado a cabo em Macedo de Cavaleiros por um ex-legionário, um familiar de um pide e um C.D.S.

Em face deste e de outros atentados à liberdade e à segurança dos cidadãos, é caso para perguntar que medidas tomaram as autoridades e onde foram parar os arruaceiros de Macedo de Cavaleiros.

A Imprensa nada diz a este respeito e as autoridades, por seu lado, guardam um segredo significativo...

Guilherme L. Torres — **Vila Franca de Xira**

□ *O esclarecimento objectivo só poderá ser dado pelo governador civil de Bragança.*

LIMOEIRO VERSUS OFICINA DE CULTURA

TOMÁS TAVEIRA

O Limoeiro, edifiício cuja história acorda várias memórias dentro da cidade, teve ao longo dos anos da História de Portugal e da urbe, diferentes denominações, que mais não são, que correpondências directas, que se estabelecem entre o seu nome e o uso, ou destino a que foi votado no todo ou em parte, em cada uma das diferentes épocas.

Foi Paço dos Infantes, porque nele habitaram os filhos de D. Pedro e de D. Inês de Castro, os filhos de um poema e duma imortal capacidade para o amor... foi Paço da Moeda porque nele esteve instalado o fabrico da moeda... mais tarde Paço a-par-de - S. Matinho, igrejinha que existia junto ao Pátio do Carrasco e que desapareceu em 1836 após uma existência fiel a Deus

O Limoeiro está hoje em vias de ser oferecido a um grupo de artistas plásticos, que descontando o seu valor e a amizade que nos une, talvez possam vir a dar à cidade o contributo, que se lhes exige como prolongamento social da sua actividade artística, e que será o da sua inserção nas populações, no bairro, na alma da urbe, que enquadra desde há longos anos esta edificação de mais triste que alegre memória.

De facto desde Abril de 74, que se abrem novas oportunidades e se sugerem novas capacidades às populações, que de meras «espectadoras» podem agora passar a protagonistas deste imenso drama da Fé na reconstrução do País e na reconstrução da alma do Portugueses.

A renovação da vida e da cidade, a renovação acima de tudo da vida das populações, deve fazer-se com a ajuda do recurso a alterações no uso do solo, dos usos a que se destinam certos edifícios, e com a ajuda ao recurso à alteração das assembleias e do modo como os poderes com elas se relacionam.

O que mais conta agora é a conquista de um carácter para os diferentes locais, a conquista ou a reedificação de uma comunidade apoiada numa democraticidade nascente, que pode ser conseguida com a ajuda duma nova organização dos espaços físicos devidamente apetrechados para que as populações que habitam à volta deles possam participar numa nova «Aventura».

Porém um edifício é como uma alma de pedra, como um rio, vive e tem uma cor lenta como as folhas e o Sol, variando ao longo da sua história, e da viagem do seu sangue. Um edifício é assim como uma pontuação na cidade, e no local que o viu nascer, viver e amar como se as pessoas o integrassem constituindo, apenas, prolongamentos naturais como os astros.

Em cada época, pois, da vida dos povos, há uma tentativa de resposta adequada a cada um dos seus problemas; e dir-se-ia que as circunstâncias particulares, que enquadram as diferentes ocorrências como sejam, a vida da cidade, as suas luzes, a sua população, o seu amor e as suas necessidades, conduzem a estratégias de maior ou menor alcance.

As pessoas, as ruas, as casas, as diferentes regiões urbanas conquistam uma memória colectiva e uma vocação que parece ser regulada por leis que têm uma maior ou menor ligação com a alma citadina. É como se a cidade e a sua imagem, a sua estrutura de organização fosse regida por uma ideia de desticiária: «É agora possivel que a casa que hoje serve de Limoeiro passe a ter outra aplicação que não seja tão tristemente célebre».

Este local, cujas tradições tão nobres e tão ligadas à História de Portugal, vem de D. Fernando e dos amadores de D. Leonor Teles, passando por D. João, o mestre de Avis, até D. Manuel que o caracterizou como «cadeia», tem agora oportunidade de se superar como destino, com a sua contribuição para a criação da «Oficina Cultural» de Alfama, e assim ajudar à resolução do problema que constitui a grande dicotomia da sociedade, que tem sempre indevidamente colocado trabalhadores de um lado, e criadores do outro. De um lado o mundo do Trabalho, do outro o mundo da Arte e da Descoberta. «De um lado aqueles que asseguram a manutenção das grandes máquinas que são os países, e do outro aqueles que vão cobrindo e abrilhantando o funcionamento dessas mesmas máquinas».

É a grande divisão do homem; duma lado aqueles que têm para si o serem reduzidos ao fatalismo da contemplação, e do outro aqueles super-humanos que se limitam à invenção e à criação... dum lado os espectadores e do outro os actores.

Se é básica e teoricamente inatacável a intervenção das populações, dado que os grupos humanos desenvolvem uma dimensão própria ao nível da antropologia cultural, infra-estrutura duma consciência de ser em grupo (linguagem, modo de vestir, relações físicas com o mundo exterior, a casa, tradições particulares, etc.) não é menos verdade que resulta pura demagogia se essa participação não tiver como contrapartida um «Dispositivo de Informação» baseado numa didáctica de experiências desses mesmos grupos. Como posição parece haver uma necessidade flagrante de ilustrar as populações no sentido de lhes sugerir um modo mental, uma forma de «Imaginário Colectivo» a partir do qual, a sua participação poderá atingir o «Plano da Cultura», uma arma contra o paternalismo, o dirigismo e o controlo da mente que os «quadros» normalmente procuram impor...

As populações têm que conquistar, tal como para a política contrapoderes mentais e imaginativos, a fim de que se possam opor ao mundo estático da burguesia clássica, com a dicotomia entre os seres, os aptos e os inaptos.

Assim, é dentro deste quadro, que o Limoeiro, que desde o Marquês de Pombal foi inequivocamente cadeia, violência e opressão, até que Salgado Zenha, o faz paralisar no curso do seu destino, pode vir a transformar-se numa «Oficina de Cultura», com cinema, teatro experimental, salas de exposições, aulas de arte drmática, pintura, política e atelier ou oficinas de trabalho para os artistas, e tudo o mais que o espaço potencial-

Continua na pág. 6

Geral

F. N. A. T.

Temporada de Ópera e Concerto
do Teatro Nacional de S. Carlos

CONCERTO

por TATIANA TROYANOS (meio-soprano)
e ERIK WERBA (pianista)

3.ª Feira, 21 de Janeiro, às 21,30 horas

no

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

Preços especiais para os sócios da F. N. A. T., Sindicatos, C. A. T. e C. R. P.

Bilhetes de plateia à venda nas bilheteiras do Teatro da Trindade (F. N. A. T.) a partir de amanhã, 5ª, 17 às 13 horas.

Grupo B/ 10 anos

O INSTITUTO ALEMÃO TRAZ STRAUB A LISBOA

O Instituto Alemão acaba de anunciar, para Março, uma retrospectiva integral da obra de um dos maiores cineastas europeus, até agora quase desconhecido entre nós: Jean-Marie Straub.

De Straub correu em Portugal, há cerca de dois anos, «A Crónica de Ana Madalena Bach». Além deste, compõem a retrospectiva sete filmes, desde «Machorka Muff», de 1962, até ao «Moisés e Aarão», terminado em 1974.

Jean-Marie Straub virá a Lisboa para acompanhar a retrospectiva e encontrar-se com cineastas portugueses. O Instituto programou um colóquio, dirigido por Alberto Seixas Santos, para o fim da tarde de 24 de Março.

Eis o programa do que será certamente um dos maiores acontecimentos cinematográficos do ano: dia 20 de Março, às 18 e 30 e 21 e 30, *Machorka Muff*, *Não Reconciliados* (1966) e *O Noivo, a Comediante e o Rufia* (com W. Fassbinder, 1968); no dia seguinte, também em duas sessões, 7 *A Crónica de Ana Madalena Bach* (1967); no dia 25, duas sessões com *Les yeux ne veulent pas en tout temps se fermer* ou *Peut-être qu'un jour Rome se permettra de choisir à son tour* (1969); a 26 veremos *Aula de História* (1972 baseado numa leitura de «Os negócios do sr. Júlio César», de Brecht e, nas mesmas sessões, a *Introdução à Música de acompanhamento de Arnold Schoenberg para uma cena cinematográfica*, também de 1972; *Moisés e Aarão*, segundo a obra homónima de Schoenberg, será projectado às 18 e 30 e às 21 e 30 do dia 27.

GROPIUS HOJE

O Instituto Alemão inaugura hoje às 18 e 30 uma exposição fotodocumental dos projectos e construções do grande arquitecto da «Bauhaus», Walter Gropius. A mostra está instalada na Sala das Exposições Itinerantes da Fundação Gulbenkian.

A exposição está patente ao público, no horário da Fundação, até ao dia 8 de Fevereiro. Diariamente, no Auditório 3, serão projectados documentários sobre Gropius e a «Bauhaus».

No auditório do Instituto Alemão continua a apresentar-se todas as noites, às 21 e 15, até ao dia 18 (sábado), o Grupo de Teatro Independente «Os Cómicos», com a peça do expressionista alemão Karl Sternheim, *Da Vida Heróica da Burguesia: As Cuecas*. O texto é traduzido por Yvette Centeno. A música de cena é interpretada ao vivo por Carlos Zíngaro, Celso de Carvalho e Nelson Moura.

"ALMOÇO MISTÉRIO" DOS ALUNOS DE ANGELO CARUSO

Os alunos do professor Angelo Caruso e suas famílias promovem, no dia 25 deste mês, o seu quarto «almoço mistério». O almoço é antecedido de provas de ginástica para senhoras e homens e de uma pequena maratona só para homens. Haverá ainda um desafio de futebol, em que estarão frente a frente solteiros e casados.

As inscrições fazem-se através dos empregados srs. Francisco e Luís.

ENSINO DO CÓDIGO DA ESTRADA

. O Ministério da Educação e Cultura através da Direcção-Geral do Ensino Básico, acaba de informar o Automóvel Club de Portugal de que o programa apresentado para o Ensino do Código da Estrada, está sendo objecto de estudo a fim de serem propostas algumas alterações.

Tal comunicação, ainda que adiando, por algum tempo, a execução de um programa, que se entende do maior interesse para todos os portugueses, nomeadamente para a nossa juventude, dá a certeza de que o MEC não deixará de aprovar esta iniciativa, que constitui um dos pontos do programa da actual Direcção do Automóvel Club de Portugal.

teatro desmontável tel 87 42 96
L. Martim Moniz metro Socorro
ADÓQUE grupo de teatro

apresenta todas as noites
2 SESSÕES:
20 e 45 e 23 horas

Domingos: Matinée 16 h.
4.ª-FEIRA DESCANSO

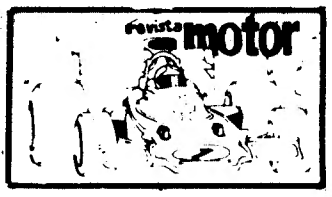
PIDES NA GRELHA

A MELHOR REVISTA DA TEMPORADA

Não ac. a men. 18 anos

com: Henriqueta Maya, Nicholson, António Montez, Henrique Viana, Helena Isabel, Magda Cardoso, Carlos Gonçalves, Samuel, Lia Sena, Fátima Veloso, Rosa Vendrell, Natália de Sousa, Maria N'Zambi.

O TEATRO TEM AQUECIMENTO



TEATRO VARIEDADES

Empresa Tequipa, Lda.

TODOS OS DIAS
Às 20.30 e 23.00 H.

ÊXITO TOTAL
DA REVISTA POPULAR

Ó PÁ, PEGA NA VASSOURA!

com
JOSÉ VIANA
DORA LEAL
LEÓNIA MENDES
CANTO E CASTRO
CARLOS COELHO
no compère
à frente de grande elenco

As atracções
MARIA LUIZA
VIEGAS
VUM-VUM
e seu conjunto
BALLET TOP-TEN

Aos domingos e feriados
Matinée às 16 horas

Às 3.as-feiras: Descanso

COLISEU

EMPRESA RICARDO COVÕES (HERD.) Telef. 36 19 97

¡ÊXITO FABULOSO!

150 ARTISTAS MUNDIAIS
E ESPECTACULARES GRUPOS
DE FERAS E ANIMAIS

HOJE

2 ESPECTÁCULOS
«MATINÉE», às 16 horas — NOITE, às 21 horas
(PARA TODOS) (Não ac. a men. 13 anos)
As crianças dos 6 aos 10 anos, devidamente acompanhadas, têm entrada gratuita á tarde e á noite

TODAS AS NOITES, às 21 horas

TARDES

SÁBADOS e 5.as-FEIRAS, às 16 horas
DOMINGOS: 2 — «MATINÉES» — 2
1.ª, às 14.45 h. ● 2.ª, às 17.30 h
(PARA TODOS)

BILHETES À VENDA A PARTIR DAS 13 HORAS

EXCLUSIVAMENTE ATÉ 2 DE FEVEREIRO

ATENÇÃO MENINOS

Amanhã, às 18 horas, como motivo de cumprir em Lisboa 15 anos de idade, o cavalo «FÚRIA» visitará os Grandes Armazéns GRANDELA e comerá um lindo bolo de aniversário à vista do público. O seu domador oferecerá fotografias a todas as crianças

TODOS OS MENINOS AOS ARMAZÉNS GRANDELA
SERÁ UMA FESTA INOLVIDAVEL

A EDITORA arcádia

LANÇA O "DOSSIER"
QUE INSPIROU O FILME

IMPERIO

ESTREIA
AMANHÃ, ÀS 21.30

O FILME QUE CHEGA NA HORA OPORTUNA!

YVES MONTAND
num filme de COSTA-GAVRAS

ESTADO DE SÍTIO
L'ETAT DE SIEGE

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

DOPERFILME

"A reconstrução nacional terá de ser obra de todos"

MINISTRO DO TRABALHO

Dos milhões de trabalhadores.

Das centenas de milhares de empresários.

Embora haja diversas concepções de Democracia, é prioritária a convergência de esforços para a construção de um Portugal livre e próspero.

As 47.000 empresas industriais portuguesas sabem qual é o seu dever e querem cumpri-lo. Confiantes em que os seus problemas sejam compreendidos. Para que possam investir — mais e melhor — a sua energia, o seu trabalho, a sua criatividade.

A criação de riqueza para todos é — também — dever dos industriais portugueses. A confiança no futuro da Democracia plural é — também — maneira de ser dos industriais portugueses.

As 47.000 empresas industriais portuguesas continuam dispostas a cumprir o seu dever. Perante o País e perante a sua própria consciência.

Para elas, a representatividade sindical é garantia da existência de interlocutores mais válidos.

Se a construção da Democracia passa pela criação de riqueza para todos — a criação dessa riqueza passa por uma indústria socialmente consciente e profissionalmente decidida.

cip confederação da indústria portuguesa

Espectáculos

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

JOAQUIM MURIETA: AS VINDIMAS DA IRA

«FULGOR E MORTE DE JOAQUIM MURIETA», de Pablo Neruda. Tradução: Virgílio Martinho. Encenação: Joaquim Benite. Cenários e Figurinos: João Vieira. Colaboração Musical: Carlos Paredes. Canções: Walter Conçalves. Execução Musical e Arranjos: Pedro Artur, Raquel Oliveira e Walter Gonçalves. Direcção Geral do Espectáculo: José Saraiva. Intérpretes: António Rita dos Santos, Carlos Borges, Carlos Alberto Machado, Dulcina de Freitas, Eduardo Brasão, Fernanda Cardoso, Isabel Bahia, José Balé, José Martins, José Saraiva, Luísa Moreira, Manuel Coelho, Manuel Maia, Teresa Gafeira, Vítor Marques, Vítor Sestelo. Execução de Figurinos: O Grupo sob a direcção de Alexandra Ribeiro. Colaboradores: Rodrigo de Freitas, Ivone Marques, Teresa Rodrigues José, Maria da Conceição Saraiva, Vítor Sales, América Barata, Luís Guerra, José Francisco Nereu, Ana Páscoa, João Paiva, Guida Mota, Josefina Agostinho, Guida Agostinho, Luísa Moreira, Carlos Luís, Jaime Miguel, José Manuel, José Barata, Mário Cunha, Antero Galvão. Jorge Calheiros, Fernando Jorge, Francisco Mário, Alfredo Agostinho, Grupo de Teatro de Campolide. 11/1/75

Lembro-me de ter lido há anos uma novela de ficção científica cuja história decorria numa região inacessível dos Andes que um explorador descobrira após porfiados esforços. Nessa região, ignorada do mundo, vivia uma tribo de índios que tudo ignorava do mundo. A principal característica dos membros dessa tribo era a sua total e absoluta cegueira, a qual atingia toda a população há dezenas de gerações. De tal forma, que os índios não só não viam como desconheciam a existência o sentido visual e, mais ainda, recusavam-se a acreditar nele. Desde o 25 de Abril que esta história me tem vindo várias vezes à memória porque também nós viviamos mutilados, como se algo de fundamental nos faltasse para entender o mundo e a vida, embora muitos de nós nem sequer o soubessem.

Lembramo-nos outra vez daquela história de fé, ao escutar na sede do C.A.C. a resistente chilena Elba Vergara, que foi secretária de Salvador Allende e é actualmente um dos dirigentes na Europa da frente unitária de resistência ao ditador Pinochet, chegada expressamente de Roma para assistir à estreia do G.T.C. Ali estávamos, alguns centos de portugueses, num bairro de Lisboa, prestes a assistir a uma peça de Pablo Neruda, vendo e ouvindo uma mulher antifascista que nos falava em palavras comovidas e comovedoras da emoção e da alegria de estar entre nós, da necessidade de estarmos unidos, do que significa para o povo chileno essa cadeia de solidariedade activa que quase em todo o mundo se ergue a favor da sua libertação. Era, outra vez e agora para sempre, reencontrar a face perdida, aluz que permanecia para além da solidão, a dimensão que nos ajuda a entender a força da fraternidade internacional.

É este o primeiro espectáculo do G.T.C. após o 25 de Abril: isto basta para sublinhar a importância desta estreia em relação à actividade de um grupo de amadores cujas criações tanto interesse têm despertado junto do público. Aliás, podemos dizer, sem exagero, que as estreias do G.T.C. despertam um calor, um entusiasmo que são difíceis de detectar em qualquer outro sítio. Esse ambiente repetiu-se na estreia da peça de Neruda que teve a presença de Carlos Carvalhas, secretário do Estado do Trabalho (que foi saudado pela assistência), além de outros elementos daquele ministerio.

Pablo Neruda, criador de alguns dos mais belos poemas do século XX, era mais homem da palavra do que homem da situação, ou seja, era mais poeta do que dramaturgo. O facto evidencia-se em «Fulgor e Morte de Joaquim Murieta» no prolongamento de situações através de palavras não justificadas sob o ponto de vista dramático. (pareceu-nos excelente a tradução de Virgílio Martinho). Levantamos este problema, na aparência menor, por nos parecer que explica um certo desencanto que esta peça nos deixou, exclusivamente no que se refere às suas estruturas dramáticas.

Feita essa reserva, devemos acrescentar que a palavra Neruda é quase sempre extremamente bela, e igualmente bela a história que nos conta. Lembrando a lenda do nosso Zé do Telhado, a peça de Neruda apresenta no entanto, implicações políticas que lhe dão uma outra projecção.

Do Chile, como de outros países subdesenvolvidos, como o México (vítimas no século XIX como hoje do domínio económico e político imposto pelos Estados Unidos), homens e mulheres partem para a Califórnia à procura do ouro, cujos raios cegavam meio-mundo. A peça de Neruda conta-nos uma linguagem lírica e épica, que não desdenha o grotesco e o directamente político, utilizando canções e narração. o itinerário da fome, do amor e da morte percorrido por aqueles que abandonam a miséria para encontrar a miséria. Joaquim Murieta é um deles, e acaba por ser chefe de um bando que se formou para defender os estrangeiros dos roubos, da exploração, dos assassínios que os americanos quotidianamente perpetram contra eles: **Joaquim Murieta foste tu que começaste as vindimas da ira.**

Ressalta da peça — e é inteligentemente sublinhado no espectáculo — a forma como as forças imperialistas (que dominavam, e dominam, o povo americano), exploravam e destruiam, e exploram e destroiem, aqueles que se lhes subjugam.

Joaquim Murieta (José Martins que domina a personagem nas raras ocasiões em que surge no palco conhece Teresa (Teresa Gafeiro — uma força do teatro destinada a grandes voos, se quiser); amam-se e casam. Teresa é assassinada, Murieta vai colocar uma rosa na sua campa e é executado pelas forças policiais norte-americanas.

«Fulgor e Morte de Joaquim Murieta» é uma oratória que vai do discurso político ao poema encantatório; fresco de uma viagem de homens e mulheres que lutam desesperadamente por uma vida melhor e mais justa e que, perante o muro com que deparam, se transformam em bandidos mais próximos do revolucionarismo que do puro banditismo.

Joaquim Benite serviu-se para a sua encenação da música e dos aspectos corais do texto, o que dá ao espectáculo uma força, uma alegria, uma eficácia ao nível da comunicação que por momentos superam o que tem sido feito no teatro português. O canto, a presença dos próprios músicos (violas e flautas), entre os actores — que lembra, como outros aspectos do espectáculo, «Morte e Vida Severina» — contribuem para que «Fulgor e Morte de Joaquim Murieta» adquira um ritmo que contraria o pendor literário do texto, a que acima nos referimos.

A caracterização grotesca dos **maus** em contraste com a simplicidade e a autenticidade dos **bons** conferem ao espectáculo uma marca aparentemente maniqueísta que deve ter sido intencional, não só porque se trata de uma história **ingénua** como por ser através dessa dicotomia que se pode fazer a leitura da situação opressor-oprimido que o espectáculo expressa. Um gigantones muito bem inventado (poderia ser um fantoche lusitano disfarçado de tio Sam), sob o qual passam os chilenos quando vão para a sua viagem; os «sheriffs», vestidos de negro e de «colt» à cinta que são a imagem dos vilões dos filmes de «cow-boys» (quem não se lembra do Jack Palance vestido de negro no «Shane»); as outras figuras que envergam capas igualmente negras como membros da «Ku-Klux-Klan» (umdelesrepresenta a própria Estátua da Liberdade): **Quem é o pai? — O Ouro? Quem é o filho? O Ouro!** — todos estas personagens sifnificam e figuram o opressor norte-americano.

Do outro lado, há o povo, os humilhados e ofendidos de que falava Dostoievski; os que ao longo dos séculos, têm vindo a construir o mundo para que os senhores o gozem. Como tem acontecido na história, também na peça há um momento em que o povo sacode o jugo que o escraviza, revoltando-se. É claro que na peça essa revolta não assume o sinal positivo da revolução; è necessário ter em conta as circunstâncias históricas que explicam determinados fenómenos.

Aqueles que partem para a descoberta do ouro junta-se o funcionário da Alfândega, **(cabeça de certificado)**, que é igualmente uma figura muito bem marcada (uma revelação: António Rita dos Santos). No final, ao agarrar ao mesmo tempo a espingarda com que vai lutar e a ideia de que essa luta é indispensável, tira as mangas de alpaca que usava desde o início.

Joaquim Benite contou com a colaboração de João Vieira e de Alexandra Ribeiro cujos cenários e figurinos ajudam a leitura não só política como cénica do espectáculo, ao mesmo tempo com simplicidade e com eficácia (o painel com o navio pintado; a escada de corda; os mapas dos vários estados norte-americanos; um fundo vermelho sobre o qual se levanta o corpo vestido de vermelho de Teresa; o balcão que é representado por uma tábua que dois actores seguram ajoelhados; a rotunda negra: a bela cortina).

A marcação resolveu satisfatoriamente os problemas de um espaço insuficiente para um número de actores inabitual e para um jogo cénico que implica a utilização de um espaço aberto; por dois ou três momentos esse jogo atingiu uma qualidade plástica, uma vivência dramática, uma qualidade teatral excepcionais: o número «Galopa Murieta, Galopa» foi justamente o quadro mais aplaudido. Um simples pormenor que nos pareceu errado: a cena de amor entre Murieta e Teresa em que esta parece ajoelhada (situação convencional e por isso menos importante) e, depois, dá uma volta completa ao corpo do marido, o que parece uma imagem da subordinação da mulher ao homem.

As cenas a partir da morte de Murieta, as cenas com a cabeça decapitada (que no final é habilidosamente substituída pelo próprio actor), parecem-nos menos bem resolvidas (mas não seria fácil resolvê-las de outra forma).

História de um combate de oprimidos contra opressores, atravessada pela explosão de um amor incontível (Murieta: **Só tenho uma faca e o meu esqueleto.** Teresa: **Dou-te a minha vida enquanto for vida e quando morrer aminha morte**), «Fulgor e Morte de Joaquim Murieta» é, ao mesmo tempo, um belo espectáculo que aqui vivamente se recomenda, e um acto de solidariedade não só com o povo chileno (hoje sob a pata da mais bestial ditadura) como com todos os povos oprimidos, desde o do Vietname do Sul aos nossos vizinhos. Assim o teatro cumpre a sua dupla função: ser uma obra de arte e um grito de alerta. Quer dizer: uma pergunta e uma resposta.

LIMOEIRO VERSUS

Continuação da pág. 3

mente disponível permite.

Com toda a sobrecarga ag l u tinante, que é a força e o desejo de mudança, que assiste ao povo após o 25 de Abril e com a ajuda dos artistas, que devem pôr ao seu serviço as suas técnicas e não os seus fantasmas, poder-se-á a partir do Limoeiro constituir o embrião das oficinas culturais de bairro, verdadeiras casas de cultura com representação ao nível da cidade, porque representam o povo.

Casas de Cultura que serão talvez o embrião duma universidade livre, uma Universidade de Trabalhadores e para trabalhadores.

MARIA VITÓRIA
TODOS OS DIAS ÀS 20.45 E 23 H.
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
O MAIOR ÊXITO DOS ÚLTIMOS TEMPOS!
a sensacional REVISTA
ATÉ PARECE MENTIRA!...
Uma revista livre, com: SALVADOR * FLORBELA * HENRIQUE SANTANA * LINDA SILVA * V. MENDES * JÚLIO CÉSAR
Estreia em revista de VERA MÓNICA
A atracção nacional CIDÁLIA MOREIRA
Estreia no teatro musicado de VARELA SILVA
À frente de um grande elenco
Um excelente corpo de baile
Aos domingos e feriados «Matinées» às 16 horas
Às 2.as-feiras: Descanso

VIAGENS A LONDRES
Partidas todas as quintas-feiras e domingos, a partir de 19 de Dezembro de 1974.
PREÇOS EXCEPCIONAIS:
4 dias — 3200$00
5 dias — 3500$00
8 dias — 4200$00
11 dias — 5500$00
15 dias — 6500$00
INCLUINDO:
— Viagem a jacto Boeing 737
— Estadia no Hotel London International (Luxo)
— Visita turística de Londres.
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA CONTACTE-NOS
SECOL
R. do Arsenal, 134 LISBOA-2
Tels. 324484 - 369838

CASINOS do ALGARVE
às 23 h. e 1 h. até 22 de Janeiro
ALVOR — a espectacular MANDI WILSON, os malabaristas FREDY CHY et Partenaire, o ballet THE BRAVO DANCERS e a Orquestra do Casino. Maiores de 18 anos. Alvor – telf. (0-082) 23141
VILAMOURA — a voz de ADA DE CASTRO, o equilibrista RIC BENNY, o ballet LEON GRIEG DANCERS e a Orquestra do Casino. Maiores de 18 anos. Vilamoura – telf. (0-089) 65319/86
M.te GORDO — a insinuante GAIL VAUGHAN, os famosos acrobatas FREDIANI BROTHERS, o ballet LES PARISIENNES e a Orquestra do Casino. Maiores de 18 anos. Monte Gordo – telf. 2224/5/6
Sala de máquinas – acesso livre a maiores de 21 anos – Sala de jogos – diariamente das 17 h. às 3 h.

FELLINI SATYRICON
ROMA ANTES DE CRISTO ...DEPOIS DE FELLINI!
HOJE ÀS 21.30
ESTREIA
SÃO JORGE
INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS
United Artists

Televisão

CANAL DA CRÍTICA

MÁRIO CASTRIM

PATRIOTISMO É OLHAR PARA O FUTURO

Vamos ficar para a grande festa da televisão, para a sua característica mais directamente dela: dar a ver o acontecimento no próprio instante em que acontece. Já temos muito que contar aos filhos e aos netos. Como diz José Viana na sua revista *O Pá, Pega na Vassoura, ninguém me contou: eu vi. Eu vi na televisão.* Também nós poderemos dizer que vimos claramente visto nascer três «pátrias de expressão lusíada», para repetir o Presidente da República no seu discurso de ontem. Ontem, foi Angola a passar o primeiro risco da meta da libertação, Angola que chegou principalmente até nós com a portuguesíssima palavra de Agostinho Neto.

Outros rostos que a pouco e pouco se nos foram tornando **familiares: Melo Antunes, Rosa Coutinho, Vítor Alves — membros desse movimento a que o poeta Agostinho Neto chamou *o quarto movimento de libertação,*** o M.F.A. Outro rosto amigo: o de Vasco Gonçalves, com a força e o calor das suas palavras *(o verdadeiro patriotismo é olhar em frente...).*

Agora, sim, agora posso começar a dormir descansado. O meu filho já não terá de entrar na noite colonial, não terá de combater e de matar contra a sua consciência. Dorme, meu filho. A noite acabou. É dia, agora. Dia de olhar para o futuro. Dia de patriotismo.

Travão às quatro rodas do lirismo. A reportagem da televisão: excelente, com a firmeza e a calma de Carlos Cruz a aguentar quase três quartos de hora, a inventar o que dizer enquanto não se dizia o essencial, sem cair no vácuo. Assim mesmo se entende um repórter: o que sabe o que fazer quando não pode fazer mais nada senão esperar — sem que os telespectadores venham a dar por isso. Sem esquecer a sobriedade exemplar de Carlos Albuquerque (e a propósito: quando regressa ele à sua «Crónica»?) e a intervenção correcta de Balsinha.

É DOURO MAS É POBRE

Descolonizar: um acto de libertação. A carta de alforria. O código da camaradagem e da fraternidade. Para descolonizar, evidentemente tem de haver *colónias*. E as colónias estava o nosso povo a pensar, quantas vezes, que essa história de colónias era só lá para África. Sem se lembrar que onde há subordinação, exploração, repressão, há colónias. As colónias não começam em África. Às vezes começam em nossa própria casa. Na nossa própria terra. As crianças são colónias, e as mulheres e os trabalhadores. Também pelos nossos lados a descolonização já começou.

O major-médico Delgado da Fonseca, numa sessão de esclarecimento em Peso da Régua, pôs este problema com muita clareza. Vamos ouvir e aprender como se esclarece sem paternalismos nem falsas facilidades. Assim:

. Aqui na região do Douro, eu queria que atentassem bem na região que é, região onde vivem e onde trabalham. Já viram bem o que é a região do Douro, uma região que se estende ao longo deste rio, que tem características especiais de temperatura e de clima, com encostas muito inclinadas e onde nasceram, nos últimos trezentos anos, pirâmides por aí acima em sucalcos.

Como é que estas pirâmides nasceram? Quem é que as construiu? Quem foram os homens que partiram a pedra, britaram a cheta, plantaram as vinhas, carregaram as uvas por aí abaixo? Quem é que fez esta obra monumental que me parece a mim não existe nada de semelhante no Mundo?

Foram vocês. Vós, os vossos pais, os vossos avós. Foram os homens que trabalham ali todos os dias. E no entanto a gente vê que as nossas aldeias são tristes, que se vive nas mesmas casas em que viviam os nossos trisavós, com a mesma pobreza, o mesmo tipo de ruas, as mesmas calçadas, o mesmo tipo de vida de sempre, a mesma rotina de sempre...

Porquê?

. Já ouviram falar de colonialismo. Falou-se de colonialismo em relação ao Ultramar, por exemplo. Mas o que é o Douro senão o colonialismo mais puro do Mundo? Para onde foram os grandes lucros do vinho do Porto? Quem é que aproveitou verdadeiramente? Foram os que partiram a cheta, fizeram a escada, podaram as vinhas? Se assim foi, porque é que os que verdadeiramente fizeram as pirâmides continuam na mesma como os nossos tetravós?

A colonização alastra como uma nódoa de azeite. Desce do Douro, vem por aí abaixo, assume não raramente proporções externas. Como todos são brancos, não se nota muito.

No caminho da descolonização interna, o «quarto movimento de libertação» tem ainda muito que fazer. Com a união de todos os portugueses, está claro, seremos uma dia *Território Livre da Europa.* Não seremos uma colónia de ninguém. A nossa hora chegará.

MÁRIO CASTRIM

P.S. Desculpem. Depois do serão de ontem, resolvi não caçar pardais. Mas lá que a reportagem da manifestação dos trabalhadores portugueses foi uma lástima, uma pepineira, isso foi. O quê!, sempre é verdade aquilo que os jornais disseram? Que estiveram lá para cima de 300 mil trabalhadores? Devem estar enganados. A julgar pela reportagem da televisão, aquilo não passou de um passeio de curiosos ali à Praça de Londres, meia-dúzia de pessoas desgarradas, o jovem de megafone, o homem que vendia bandeirinhas, o aprendiz da banda ainda menino, enfim, um manancial de notas pitorescas e inocentes.

Adiante... — M.C.

JOSÉ AFONSO EM ANGOLA POR INICIATIVA DO M.F.A.

Há poucos dias o «DL» noticiou em primeira mão, a próxima deslocação ao nosso país do conjunto britânico «Genesis». Hoje, outro acontecimento justifica, pelo seu interesse, a imediata informação do leitor: José Afonso, sem dúvida uma das figuras mais populares do Portugal renovado, parte no próximo dia 19 (domingo) para Angola.

Cabinda, Carmona, Luanda, Nova Lisboa e Luso, são alguns dos pontos onde actuará José Afonso, acompanhado de Adriano Correia de Oliveira, Rui Mingas e Fausto, outros generosos combatentes da luta antifascista.

Para terminar, falta apenas dizer que a iniciativa da viagem se deve ao Movimento das Forças Armadas que organizou, no futuro grande país africano, uma série de espectáculos em que se oferecerá aos angolanos a possibilidade de ver e ouvir o genial criador da canção que o povo português decorou: «Grândola, Vila Morena».

PARTIDO SOCIALISTA

POVO DE LISBOA! TRABALHADORES! DEMOCRATAS!

O Partido Socialista é um grande partido dos trabalhadores, um grande partido nacional, sem o qual não se poderá construir a democracia e o socialismo!

HOJE COMO ONTEM, O P. S. LUTA PELA UNIDADE E LIBERDADE DOS TRABALHADORES!

PELO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DO MFA

PELA VIA DEMOCRÁTICA PARA O SOCIALISMO

GRANDE COMÍCIO NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

5.ª Feira, 16 de Janeiro, às 21.30 h.
em Lisboa

COM O P. S. PELA DEFESA DA DEMOCRACIA
COM O P. S. PELA UNIDADE
COM O P. S. PELO SOCIALISMO

hoje

Manuel Freire

Glen Ford

I PROGRAMA

19.00 **TV Infantil** — Diário das Fábulas
19.05 **No País da Fantasia**
19.30 **TV Palco** — Panorâmica teatral — coordenação e apresentação de Igrejas Caeiro
20.00 **TV Rural** — Programa apresentado por Sousa Veloso
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — Noticiário do País e do estrangeiro
21.20 **«Afinal como é»?** — Programa de actividades económicas
21.55 **O Tempo** — Boletim Meteorológico
22.00 **Estúdio Aberto** — Um programa musical com Manuel Freire
22.30 **«O Piano»** — 2.º episódio. Série baseada num romance de Julius Tinzmann
23.15 **Telejornal** — 3.ª edição
23.25 **Fecho.**

II PROGRAMA

20.00 **Abertura e «Os Novos Robinsons»** — Série filmada
20.25 **Desenhos Animados**
20.40 **Da Saúde e da Vida**
20.55 **Sabe quem foi Nicolau Nazoni?**
21.40 **«Terras Bravias»** — Série do Oeste com Glen Ford
22.30 **Telejornal** — Em diferido a edição das 20 e 30 transmitida no I Programa
23.30 **Fecho.**

amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — 12 e 45: Abertura e desenhos animados; 12 e 55: Saber não faz mal — um programa por Vaz de Carvalho; 13 e 10: Sangue na estrada — um programa de Filipe Nogueira; 13 e 30: Telejornal (1.ª edição); 13 e 45: «Jamie» — série filmada (4.º episódio), com Garv Miller e Aubrey Menis; 4 e 10: Logo à noite — cartaz dos programas; 14 e 20: Ciclo Preparatório TV; 19: TV Infantil — «Diário das Fábulas»; 19 e 05: TV Juvenil; 19 e 40: «Se bem me lembro», apresentação pelo prof. Vitorino Nemésio; 20: Relatório internacional; 20 e 30: Telejornal (2.ª edição), noticiário do País e do estrangeiro; 21 e 05: A política é de todos; 21 e 30: Boletim do Serviço Meteorológico Nacional; 21 e 40: «Os inquéritos do comissário Maigret» — série baseada em novelas de Georges Simenon, com Jean Richard no protagonista; 23 e 15: Telejornal (3.ª edição); 23 e 20: fecho.

II PROGRAMA

20: Abertura e um episódio da série «Jamie»; 20 e 25: Desenhos animados; 20 e 35: Saber não faz mal; 20 e 50: Sangue na estrada, um programa por Filipe Nogueira; 21 e 10: «As Solteironas», série filmada com Marv Tyler Moore; 21 e 35: O homem e a sua música; 22 e 30: Telejornal (2.ª edição), em diferido a edição das 20 e 30 transmitida no 1.º programa; 23: fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Espectáculos

Crítica de Cinema

Por LAURO ANTÓNIO

SEMANA DO CINEMA CUBANO-3

As aventuras de Juan Quin Quin, explorado

No Teatro da Trindade tem prosseguido a apresentação de um conjunto de curtas, médias e longas metragens de cinema cubano que constitui a nossa primeira aproximação concreta da cultura dessa República Socialista incrustada na América Latina. As obras exibidas continuam a merecer o mais vivo interesse por parte do públic que a elas tem ocorrido (não em tão grande número como seria de desejar, e de supor...), lamentando-se todavia que aos espectadores não tenham sido facultados elementos que situem histórica e individualmente os filmes e as personalidades presentes. É, por exemplo, lamentável que não se saiba de que anos são os filmes projectados, que se desconheça igualmente quem são, e o que representam, os cineastas documentados. Mas, enfim, trata-se de lapsos que deverão ser corrigidos de futuro, mas de forma alguma ensombram o significado desta manifestação.

Continuando a falar dos filmes vistos, detemo-nos hoje em:

. *HISTÓRIA DE UMA BATALHA*, de Manuel Octávio Gomez.

1961 foi um ano importante, decisivo mesmo para a consolidação do socialismo em Cuba. Não só se expulsavam os agressores imperialistas na praia de Giron, como se incrementava uma campanha de esclarecimento mundial sobre a verdadeira face da Revolução Cubana, desde Punta del Este a Belgrado, onde representantes do povo cubano defenderam a sua vitória, mas também a justa luta dos povos de todo o mundo pela libertação nacional e pela justiça. 1961, foi, todavia, o ano de uma outra «batalha», única na história da civilização: um «exército» de 100 000 jovens lutando contra o analfabetismo de milhão e meio de cubanos. Uma nova vitória alcançada por força da determinação de um povo e confirmada publicamente em Havana, quando Fidel Castro hasteia a bandeira que proclama Cuba, «território liberto do analfabetismo». É esta batalha que o filme de Manuel Octavio Gomez documenta em várias frentes, não sendo todavia este o grande filme que uma tal ocorrência poderia justificar. Trata-se efectivamente de um testemunho de valor incalculável, deficientemente estruturado, contudo, com repetições inúteis e uma montagem aos solavancos algo caótica.

AVENTURAS DE JUAN QUIN QUIN, de Julio Garcia Espinosa.

Cremos que Julio Garcia Espinosa, o realizador de *Aventuras de Juan Quin Quin,* é vice-presidente do I. C. A. I. C. (Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos). Cremos igualmente que este filme data de 1967.

A estrutura narrativa e os espírito que presidiu à concepção de *Aventuras de Juan Quin Quin* vão beber influências directas a uma tradição literária latino-americana de aventuras picarescas, desenvolvendo as deambulações de um «herói» popular que, em tom irónico e divertido, vai atravessando diversas situações, variados ambientes sociais e definindo-os criticamente. No caso de Juan Quin Quin, o herói burlesco é um camponês cubano que irá peregrinar através de Cuba pré-revolucionária de Batista. Juan Quin Quin, interpretado com desenvoltura e muito gozo por Júlio Martinez, é um misto de Cantinflas e Errol Flynn, de Robin dos Bosques e Zé do Telhado. A agilidade simpática e invencível de um Douglas Fairbanks, a «inconveniência» de um Cantinflas (uma figura igualmente representativa do «lumpen» proletariado mexicano, particularmente nos seus primeiros filmes, ainda que sem consistência ideológica a nortear-lhe os passos), o leve toque romântico do heróico vaqueiro do *western* (toque romântico logo apagado por uma discreta distanciação irónica), de tudo tem um pouco Juan Quin Quin. Herói popular, retirado igualmente das histórias aos quadradinhos (de que o filme retém também outros elementos, como por exemplo a utilização dos «balões» com tiradas ou pensamentos), que tudo leva a crer possuírem grande tradição e exercem forte influência nas artes visuais cubanas.

Juan Quin Quin percorre um caminho que o leva ao exercício de diversas profissões. Primeiramente é sacristão, descobrindo a hipocrisia e o egoísmo de alguns representantes da Igreja, mais preocupados com *a ordem no rebanho do Senhor* do que com a generosidade que o Evangelho prega; depois, o espectáculo oportunista sedu-lo: é árbitro de lutas entre galos de combate; conduz de aldeia em aldeia, uma jaula com um leão, até ser expulso delas e excomungado; torna-se toureiro de aguerridos vitelos; passa por artista de circo, onde representa diversos papéis (entre eles o de Cristo crucificado que ressuscita para *informar o digníssimo público que amanhã há dois espectáculos*, ou ainda o de «enterrado vivo», com todas as contrariedades que daí podem advir). Mas será seguramente o trabalho como camponês, e camponês explorado, que lhe vincula uma ideologia de revolta e dele faz um guerrilheiro em luta contra os latifundiários e os representantes da opressão e da exploração esclavagista: certa igreja, certos ianques, certos militares, aliados congénitos do poder económico. A experiência pessoal, enquanto explorado, consolida contudo um saber que as anteriores experiências anunciavam. Sim, porque Juan Quin Quin não poderia esquecer a aldeia que lhe havia devorado o touro (tal era a fome dos seus parcos habitantes), nem a prepotência dos alcaides, nem a bajulice brutal das forças militares e policiais, nem a injustiça de tudo o que via em seu redor. É assim que a segunda parte do filme nos surge com Juan Quin Quin guerrilheiro. Uma legenda (das muitas que entrecortam a acção do filme) diz-nos que *a luta entre explorados e exploradores é perpétua; unicamente quase sempre quem tem as armas são eles (os exploradores); mas é altura de transformar este quadro.* Daí a exposição seguinte que nos demonstra (com lição ilustrada) como arranjar armas, quando as não temos. Lição retirado do manuel do perfeito revolucionário (e que, como tal, decorre sem um deslize), sendo todavia desmentida na prática *pelos imponderáveis* de Juan Quin Quin, que, por métodos menos ortodoxos, consegue resultados idênticos, «adaptando a realidades novas, as lições colhidas teoricamente» (parece-nos que este aspecto do filme reflecte, em tom de paródia aparentemente inconsequente, uma poderosa lição política, muitas vezes esquecida por papageadores de compêndios mal digeridos).

Filme divertido e extremamente inteligente, salpicado de inúmeros achados, de pequenos pormenores de um gozo indescritível, *Aventuras de Juna Quin Quin* tem unicamente o senão de uma montagem um pouco «morna», alternando momentos de ritmo acelerado com outros de uma certa «indolência», o que, num cômputo final, prejudica a unidade da obra. Os efeitos sonoros e visuais (com recursos a várias fontes de inspiração, da banda desenhada já citada, ao cinema mudo e a toda uma mitologia de heróis populares impolutos e invencíveis) demonstram ainda a poderosa imaginação de Julio Garcia Espinosa.

No *hall* do primeiro balção do Teatro da Trindade está patente ao público uma exposição de admiráveis cartazes cubanos com motivos cinematográficos destinados à publicidade de filmes cubanos e dos estrangeiros. Trata-se de uma exposição importantíssima, não só para o público habitual de cinema, como sobretudo para todos os que de perto ou de longe se interessam por artes plásticas. A visualização gráfica de certos filmes é verdadeiramente sensacional. A não perder.

"Os Bonecreiros": dois meses com o M.F.A.

De «Os Bonecreiros» — Teatro Laboratório de :isboa, recebemos o seguinte comunicado:

Entendendo «Os Bonecreiros» que a Campanha de Dinamização Cultural desencadeada pelo M.F.A. com vista à descentralização cultural e a um esclarecimento sócio-político do País se enquadra dentro do espírito que sempre norteou o grupo mesmo antes de 25 de Abril, atentendo à conjuntura específica do actual panorama político, vem pelos meios de`11Informação, comunicar que a partir de 17 de Janeiro o grupo participará nessa campanha de dinamização cultural durante os 2 prócimos meses.

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

OS GRANDES ROMANCES DE FICÇÃO CIENTIFICA
COLECÇÃO ARGONAUTA
Um livro que antecipa o futuro próximo:
CORRUPÇÃO NAS GALÁXIAS
por
KEITH LAUMER
20$00
À VENDA NAS LIVRARIAS
Pedidos contra reembolso
LIVROS DO BRASIL

FATOS E FACTOS

. . Na transcrição, ontem publicada, da entrevista concedida à «Flama» por Joaquim Letria, «impertinente» e «traiçoeira» gralha, alterou, em parte, o sentido de determinada afirmação daquele nosso camarada. Assim quando se lê, a propósito da televisão, que «as palavras é que mudaram, porque os factos, os gestos, os abraços, são exactamente iguais aos de antes de 25 de Abril» é evidente que o que Joaquim Letria pretendeu dizer foi: «as palavras é que mudaram, porque os fatos, os gestos, os abraços, etc., etc...»

Portanto os fatos (geralmente de bom corte) continuam. Os factos, tal como as palavras, é que mudaram.

Manifestação em S. Carlos

. . «Estudantes e professores do ensino artístico, particularmente do Conservatório Nacional, manifestaram-se contra a política de subsídios do Ministério da Educação e Cultura no decorrer do espectáculo de ópera com que sexta-feira dia 10, abriu a temporada.

(...) Entretanto, estes espectáculos continuam a ser muito frequentadas pelas mais conhecidas personalidade do regime deposto e constituem uma prova clara das contradições económicas que persistem na sociedade portuguesa.»

(»Sempre Fixe» de 11/1/75)

Charlot de regresso às origens

«Sir» Charlie Chaplin visitou o bairro onde passou a sua infância. Chaplin — está em Londres para receber, no Palácio de Buckingham, o título de Cavaleiro que lhe foi atribuído pela rainha.

O bairro é o de Kensington, a Sul de Londres, onde nasceu pobre há 85 anos. A visita fê-la de carro do qual não saiu por causa da sua saúde, mas apertou rindo todas as mãos que se lhe estendiam. Depois voltou para o seu hotel: o Savoy.

Encontro com cineastas cubanos

. . Promovido pelos cineclubes ABC e IMAGEM, realiza-se amanhã, sexta-feira, pelas 18 horas, na sede do primeiro (Rua Conde Redondo, 20-3.º Dto.), um encontro com os cineastas de Cuba presentes em Portugal enquanto decorre a primeira Semana de Cinema daquele país.

Com este encontro pretende-se contactar com a experiência destes autores, vivida na construção de um cinema revolucionário enquanto arte ao serviço do povo. A entrada é livre.

DESPORTO NA TV

As próximas transmissões

. A R.T.P. tem já programadas transmissões de algumas importantes competições desportivas a nível internacional — e pelo menos duas a nível doméstico — dando assim correspondência ao interesse que importante camada espectadora manifesta por este género de espectáculos.

Assim, e através da rede da Eurovisão, teremos no próximo sábado, dia 18, pelas 15 e 40 e directamente do Parque dos Príncipes, em Paris, um encontro de râguebi, que oporá a selecção da França à do País de Gales. Início da transmissão: 14 e 50.

No dia seguinte, domingo pelas 12 e 55, nova ligação à rede da Eurovisão para, directamente de Kiotzbiehel, na Áustria, se apresentar uma modalidade que, embora praticamente não seja praticada entre nós, tem muitos adeptos — ski. Disputar-se-á a prova de slalom-homens, a contar para a Taça do Mundo da modalidade. No dia 26, a partir das 12 e 55 outra transmissão directa, desta vez de Patscherkofel, também na Austria, e que servirá de teste para os Jogos Olímpicos de Inverno de 1976. Trata-se de uma prova de descida reservada a homens.

A patinagem artística é outra modalidade que merece a preferência dos espectadores. O respectivo Campeonato da Europa decorrerá em Copenhaque, de 28 de Janeiro a 2 de Fevereiro, e a R.T.P. transmiti-lo-á em directo, ainda via Eurovisão, no seu 2.º Programa após as 21 horas. A final no dia 2, pelas 15 horas será porém, apresentada no 1.º programa.

Finalmente, vejamos o que a R.T.P. nos reserva em matéria de competições desportivas nacionais, até final do mês de Janeiro. Basquetebol e Andebol de Sete, partidas para os respectivos campeonatos nacionais. Na primeira das modalidades o jogo é «prato-forte» — nada mais nada menos do que um Benfica-Sporting. Transmissão directa no domingo 19, desde o pavilhão do Estádio da Luz, a partir das 18 horas. Comentários a cargo de Carlos Gonçalves. Quanto ao Andebolde Sete o encontro a transmitir no próximo dia 26, a partir das 16 horas, é o Almada-Porto, que, dada a categpria das suas equipas, promete ser, também, bom espectáculo desportivo. Realiza-se no pavilhão do Almada e o comentador será Rodrigues Lopes.

Entre o capitalismo e o socialismo
Robert L. Heilbroner
um lançamento do CENTRO DO LIVRO BRASILEIRO · Lisboa · Porto · Luanda

EM LISBOA

A Câmara vai construir onze mil habitações

. Onze mil fogos destinados a habitação social serão construídos no biénio de 1975-76, segundo revelou o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, eng.º Caldeira Rodrigues, durante um colóquio efectuado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por iniciativa da secção cultural do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos. Sobre este assunto, o presidente da edilidade afirmou ainda que se trata de um plano de emergência, para o qual ainda não existem condições financeiras, mas que devem chegar. Este plano custará cerca de três milhões de contos a um custo médio por habitação de trezentos mil escudos, não tendo ainda sido calculadas as rendas. Mil desses fogos já estão em construção e até ao fim deste ano deverão estar concluídos quatro mil.

Relativamente a este plano habitacional, e de acordo com o que foi dito no colóquio, a Câmara Municipal de Lisboa deverá enviar amanhã ou depois, um comunicado pormenorizado aos órgãos de Informação.

No decurso da reunião foram ainda feitas as seguintes revelações:

. — A C.M.L. não está mais disposta a vender terrenos de sua propriedade. Está mais interessada no seu arrendamento que, no caso da habitação social, é exequível a cerca de dois escudos por mês o metro quadrado, mas que, fora deste âmbito, poderá ter valor médio de dez escudos.

— A C.M.L. está decidida a construir um grande pavilhão de exposições de todas as suas iniciativas, de forma a que o povo de Lisboa possa pronunciar-se sobre aquelas realizações a ponto, se for caso disso, de as impedir.

— O problema de evitar a poluição do Tejo a níveis irrecuperáveis exige imediatamente a construção do colector central de esgotos, que não custará menos de um milhão de contos.

Presidido pelo eng.º Caldeira Rodrigues e pelo arq.º Filipe Lopes, vice-presidente da edilidade, o colóquio foi orientado pelo eng.º Lemos Cardoso e arq.s Hernani Gandra e Duarte Fonseca, tendo sido abordados os aspectos sociais da habitação, problemas dos «bairros de lata» e saneamento da cidade.

Aspecto da sessão de abertura do Plenário dos Sargentos da Força Aérea, presidida pelo general Mendes Dias

PROSSEGUE EM SINTRA

O PLENÁRIO DOS SARGENTOS DA FORÇA AÉREA

. Na Base Aérea da Granja do Marquês, em Sintra, começou ontem de manhã o primeiro Plenário dos Sargentos da Força Aérea, que reuniu sargentos e delegados de todas as unidades da Metrópole, Açores e das unidades estacionadas em África.

A primeira reunião foi presidida pelo chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Mendes Dias, que se encontrava acompanhado pelo brigadeiro Ferreira Valente, sub-chefe do Estado-Maior para o pessoal; comandante da B. A. 1 Lemos de Mascarenhas, e pelo director da Escola Superior da Força Aérea.

No final da sessão foi lido aos representantes dos órgãos da informação, um comunicado em que se afirma nomedamente *Dentro dos assuntos tratados avultam a representação dos sargentos aos níveis superiores da Força Aérea e das Forças Armadas, e a reclassificação de sargentos em ordem ao prestígio da classe.*

A sessão desta manhã iniciou-se cerca das 9 e 30, prevendo-se que o Plenário se prolongue ainda por um dia ou dois.

Ontem foi eleita uma comissão para contactar com os Orgãos da Informação. É possível que estes venham a ser autorizados a assistir a uma das sessões.

M.R.P.P.:
"UNIDADE SINDICAL DIRIGIDA PELOS MARXISTAS-LENINISTAS"

O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M. R. P. P.) deu a conhecer numa conferência de Imprensa, as suas posições sobre a actual situação política e sobre alguns dos seus aspectos particulares — «a falsa e contra-revolucionária questão da unicidade ou pluralismo sindical», as confrontações partidarias ao nível do aparelho de Estado as eleições, o processo de descolonização, o desenvolvimento da luta de classes e outras questões.

Referindo-se à «quarta crise dentro da crise geral do capitalismo português», a mais longa e acentuada desde o 25 de Abril (na análise do M. R. P. P.), começada em 4 de Novembro e ainda por terminar, os porta-vozes daquele movimento, lembraram a maior dificuldade da classe dominante em controlar eficazmente as classes populares e entenderam que a controvérsia relativa à estrutura sindical não passa de uma discussão sobre o modo de melhor controlar os trabalhadores.

Entende o comité central do M. R. P. P. que a unicidade sindical reforçando as posições da linha do P. C. P., será uma forma de tentar garantir um controle da classe operária em ordem à efectivação do Plano de Emergência para a economia, classificado como «uma declaração de guerra ao proletariado», elaborada «nas costas das massas» e a elas imposta pela classe dominante. Quanto à táctica dos comunistas na luta sindical, o M. R. P. P. entende que seráa de «estar onde estão as massas» e «desmascarar as direcções sindicais revisionistas», considerando-se, no entanto, que a aprovação legal do princípio da unicidade sindical, poderá levar à organização autónoma do proletariado em sindicatos clandestinos. Para os dirigentes do M. R. P. P. não é de prever que a coligação se desfaça, pelo menos a curto prazo; o P. P. D. e o P. S. estarão demasiado fracos face ao P. C. P. e ao ascenso das lutas populares para se lançarem numa ruptura com este partido. Preveem tambem que a actual direcção do Partido Socialista, dado «o seu maior isolamento», não sobreviverá por muito tempo. A actual crise em Portugal não levaráainda, segundo a análise do M. R. P. P. à queda do actual Governo Provisório: «o mais natural que aconteça é que todos se voltem a unir, lambendo as feridas mútuas, para poder oprimir a classe operária, triunfante e revolucionária» — afirmaram.

O M. R. P. P. reafirmou as suas intenções de concorrer às eleições em oposição a todos os outros partidos ou organizações que se afirmam de Esquerda, nomeadamente os outros agrupamentos marxistas-leninistas: para o M. R. P. P. «quando se fala de Esquerda no nosso País, é o nosso movimento e mais nada; o resto é música.»

. O M. R. P. P. irá apresentar o número de assinaturas exigidas por lei e mais umas, a sua participação no processo eleitoral — esclareceu-se — nada tem a ver com a questão da fundação do Partido, «problema que diz respeito ao proletariado» e «que não está dependente de quaisquer assinaturas».

Durante a conferência de Imprensa, os dirigentes do M. R. P. P. manifestaram-se contra a manutenção das prisões de antifascistas e pela mobilização popular para a sua libertação e atacaram o serviço cívico para as universidades, classificado de «trabalho forçado estudantil».

A SITUAÇÃO DE ETELVINO DE JESUS

Um numeroso grupo de advogados, manifestando preocupação pela situação prisional e de saúde do soldado Etelvino Jesus, em greve de fome, desde o dia 17 de Dezembro, solicitou uma audiência ao brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho.

O documento dirigido ao comandante-adjunto do Copcon está subscrito pelos dr. Nuno Brederode Santos, Jorge Fagundes, Pinto Ribeiro, Carlos Sequeira, Ana Piata, Nunes de Almeida, Alda Vidigal, Jorge Sampaio, Xencera Camotim, C. Pinto de Almeida, Joaquim Mestre Luís Artur Rosado, Lopo, Vasco Valadares, Joaquim Pires de Lima, José Lebre de Freitas, António Corvelo, Alberto Costa, Simão Santiago, Vasconcelos Alves, Saul Nunes, J. Correia do Amaral, Rita Matias, Gilda Macedo Costa, José Marques Filismino e M. Roque Laia.

O soldado Etelvino de Jesus está no 31.º dia de greve da fome. Segundo informação do Copcon, foi transferido para a Cadeia Hospital de São João de Deus, em Caxias. O Copcon afirma que o seu estado de saúde é bom.

XAVIER DE LIMA ESTÁ NO PAÍS

Cerca das 20 horas de ontem, apresentou-se na nossa redacção, acompanhado de duas pessoas, o sr. António Xavier de Lima. O conhecido industrial de construção civil insistiu em mostrar o seu bilhete de identidade e declarou que a sua presença física nas instalações do nosso jornal visava

neira mais cabal...) que não tinha fugido do País.

O gesto do sr. Xavier de Lima foi motivado pela publicação, ontem, no nosso jornal, de um comunicado da comissão de trabalhadores da sua firma, em que se afirmava ter o referido senhor abandonado o País no sábado passado,

residência fixada pelo Estado-Maior General das Forças Armadas».

Mais afirmavam os trabalhadores no comunicado, que não tinham conseguido resposta concreta às suas diligências junto das autoridades para obterem uma explicação sobre o «desaparecimento» do sr. An-

PARTIDO SOCIALISTA

COMÍCIO DO PARTIDO SOCIALISTA

PELA LIBERDADE E UNIDADE DOS TRABALHADORES

A via para o socialismo passa pelo cumprimento do Programa do MFA !

NÃO AO «SINDICALISMO» DE ESTADO

SIM À INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE DOS SINDICATOS !

Unidade Construída pelos Trabalhadores!

Sindicalismo de Base!

Pelo Poder Democrático dos Trabalhadores!

5.ª Feira, 16 de Janeiro, às 21.30 h.

PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Nacional

Artes plásticas

PINTORA BELGA

. . Foi inaugurada, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, uma exposição da pintora belga Juliane Browers, que está aberta ao público até ao próximo dia 23.

BOLSAS DE ESTUDO NA ALEMANHA

. A Direcção Geral dos Serviços Culturais anuncia que está aberto concurso de bolsas de estudo, oferecidas pelo Governo da República Federal da Alemanha, para o ano lectivo de 1975-1976, no âmbito do respectivo acordo cultural e nos termos do edital publicado na imprensa diária para as seguintes modalidades: a) bolsas de especialização com a duração de 10 meses, destinadas a assistentes e a estudantes da universidade portuguesa; b) bolsas de investigação com duração não superior a três meses e destinadas a cientistas e investigadores.

A entrega das candidaturas deverá ser feita até ao dia 25 do corrente pessoalmente ou pelo correio, na Direcção Geral dos Serviços Culturais na Rua Ocidental ao Campo Grande, 83-1.º (Edifício da Biblioteca Nacional, Lisboa 5), onde também serão prestadas todas as informações sobre as referidas bolsas.

PINTURA DE MARIA BENAMOR

É inaugurada hoje, às 22 horas, no Palácio dos Coruchéus, à Rua Alberto de Oliveira, em Alvalade, uma exposição de óleos da artista Maria Benamor, que estará patente ao público todos os dias, das 14 às 20 horas, até 31 do corrente.

PEDRO CHORÃO NA EMENDA

. . Na Galeria da Emenda, à Rua da Emenda, 72, em Lisboa, foi inaugurada uma exposição do pintor Pedro Chorão Ramalho, que pode ser visitada todos os dias das 1? às 20 horas, excepto aos sábados e domingos.

ARMANDO LOUREIRO NA "QUADRANTE"

Uma exposição de pintura e desenho de Armando Loureiro está patente ao público na Galeria Quadrante. Não tendo, por enquanto, data marcada para o seu encerramento, a referida exposição decorrerá durante todo o mês de Janeiro e primeiros dias de Fevereiro.

Controlo da qualidade

A Associação Industrial Portuguesa promove na sua sede, de 20 a 24 do corrente, mais um seminário sobre «Organização do controlo da qualidade», que será regido pelos eng.ºs A. Almeida Junior e António Cavaca.

COM ADIAMENTO MILITAR

O curso médico-cirúrgico de 1973 decidiu prosseguir o estágio

A Comissão Provisória do Curso Médico-Cirúrgico de 1973, por decisão tomada em reunião tomada em reunião de curso, «decidiram intergrar-se no esquema de Reestruturação dos estágios de Prática Clínica e Internato de Policlínica com a duração de 24 meses, desde que lhe fossem aplicados deveres, direitos e regalias iguais aos do Curso de 1974, nomeadamente o adiamento da incorporação para prestação de serviço militar durante 1975, facto ao qual a Secretaria de Estado da Saúde (um dos organismos que elaboraram o Projecto de decreto-lei) deu inicialmente a sua inteira concordância reconhecendo a referida deficiente preparação profissional do Curso».

Depois de esclarecerem através de um comunicado o teor do Projecto de Decreto-Lei de Reestruturação dos actuais estágios de Prática Clínica e Internato de Policlínica», num único internato também chamado de Policlínica, com a duração máxima de 24 meses, durante os quais os licenciados em medicina não poderão exercer actos médicos para além dos efectuados nesse mesmo internato». prosseguem: «Posteriormente, o Estado-Maior do Exército informou a Secretaria da Saúde da necessidade da incorporação de cerca de 150 médicos durante o ano de 1975, ao que o Secretário de Estado respondeu ser possível ir buscar esse número de licenciados aos que concluiram o curso de 1973, revelando uma dualidade de critérios quanto ao nível de assistência médica à população civil e militar».

«Os licenciados de 1973, conclui o comunicado estão pois perante este Projecto de decreto-lei, numa flagrante situação de desigualdade em relação aos licenciados de 1974, na medida em que terão de preencher os efectivos de incorporação em 1975 e 1976, quando normalmente os efectivos de 76 seriam preenchidos pelos licenciados em 1974. Esta situação de desigualdade acarreta consequências graves no prosseguimento das carreiras médicas, para além do tempo de incorporação militar, que será provavelmente superior».

Que se passa em Madorna ?

Na Madorna, Parede, o Instituto da Sagrada Família tem sido pomo de discórdia entre moradores da localidade, sócios e a direcção, excepção feita à sua directora, Francisca Lindoso, a qual, dada a sua idade (83 anos), não pode assumir a gerência do Instituto.

Vem isto a propósito de uma reunião na qual participavam pais dos alunos, moradores e elementos da direcção do instituto, a qual foi interrompida abruptamente, tendo sido pedida a presença, no local, de elementos da P.S.P. que, requisitados pela direcção, convidaram as pessoas a abandonar a sala.

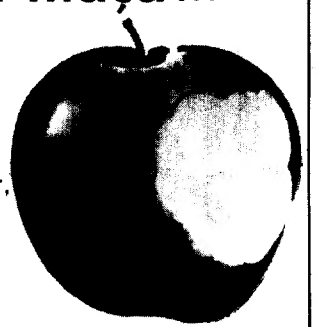
Não concordando com esta decisão arbitrária e anti-democrática, a população viu-se obrigada a reunir na via pública, ordeiramente, analisando os factos ocorridos.

Reforçando todas estas atitudes anti-poulares, quando a comissão de moradores nessa noite quis reunir numa sala do instituto que anteriormente lhe tinha sido cedida, encontrou-a trancada pelo interior, obtendo-se junto de um elemento da direcção a informação que inguém estava autorizado a entrar. Prevê-se que esta situação se mantenha privando inclusivamente o funcionamento de uma campanha de alfabetização, que a comissão de moradores estava a levar a efeito nessa sala.

Que se passa em Madorna?

Não recuse a maçã...

Agora com CALOX pasta para fixação de dentaduras você pode rir, falar e acima de tudo comer o que lhe apetecer, (inclusive caramelos...)



CALOX

Distribuido em Portugal pela
Sociedade Farmacêutica Leseque, Lda.

ALDEAMENTO TURVALBO

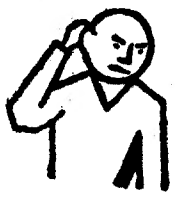
JÁ EM CONSTRUÇÃO!

Entrega das 15 primeiras moradias em AGOSTO DESTE ANO.

Peça informações a:

TURVALBO

Av. da Liberdade, 124 - 1.º, Dt.º — Tel. 32 67 73



SURDEZ

BONOCHORD - FOCUS os melhores aparelhos do mundo para a correcção da surdez. Consulte-nos sem compromisso.
MICROSOM — Organização especializada em prótese auditiva.
LISBOA — Av. Almirante Reis, 75-1.º, Esq.
PORTO — Praça da Batalha, 3-4 — FARO — R. Ivens, 24-26

BANCO DO ALENTEJO

TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

Lisboa
Praça D. João da Câmara 18
Telef. 32 80 45
Av. da República 3-B (ao Saldanha)
Telef. 56 01 41
Rua do Ouro, 52 - Telef. 36 03 09

SALDOS DE TAPETES e CARPETES QUINTÃO

30, RUA IVENS, 34

opal

Goodmans

EQUIPAMENTOS DE ALTA FIDELIDADE

som racionalizado:
• alta fidelidade ao mais ALTO NÍVEL amplificadores, sintonizadores, gira-discos e caixas acústicas

REPRESENTANTE
ICO
SEDE - PORTO - R. MOUZINHO DA SILVEIRA, 251 • TELEF. 20684 TELEX. 22301
FILIAL - COIMBRA - R. SIMÕES CASTRO, 161 • TELEF. 28071 TELEX. 13241
FILIAL - LISBOA - AV. ALMIRANTE REIS, 56 • TELEF. 823193 TELEX. 12667

Nacional

DOIS DEPOIMENTOS

A PRETENSA INCONSTITUCIONALIDADE DA CONSAGRAÇÃO LEGAL DA UNIDADE SINDICAL

Pelo DR. JOAQUIM GOMES CANOTILHO
assistente da Faculdade de Direito de Coimbra

. O **Diário de Notícias** de 7 de Janeiro de 1975 insere um artigo do dr. Salgado Zenha, ministro da Justiça, onde se toma uma posição abertamente crítica em relação ao projecto de lei sindical. Além de considerar algumas disposições pouco claras (ex: as referentes aos delegados sindicais) e outras de duvidósa constitucionalidade (ex: as restrições à constituição de novos sindicatos), não hesita em proclamar **inconstitucional** o preceito consagrador da unicidade sindical.

Justificaremos a seguir os motivos por que consideramos infundamentada, política e juridicamente,, a tese de inconstitucionalidade do dr. Salgado Zenha que jogou no caso o seu incontrastável prestígio de jurista, reforçado pela sua qualidade de ministro da Justiça.

É indubitável que o Programa do Movimento das Forças Armadas, ao qual a Lei n.º 3/74 conferiu dignidade constitucional, impõe ao Governo Provisório a obrigação de tomar medidas legislativas necessárias à garantia da liberdade sindical dos trabalhadores (cp. nº 1 alínea H, do Programa). E resulta claramente deste mesmo Programa que **a concretização legislativa da directiva constitucional é uma das tarefas atribuídas ao governo Provisório**. Carece pois de qualquer legitimidade a argumentação que subrepticiamente pretenda insinuar que só a Assembleia Constituinte poderia vir a precisar o sentido da liberdade sindical. Procedimento contrário equivaleria a uma **abstenção inconstitucional**, a um silêncio ilegítimo do Governo, abertamente violador de uma imposição concreta do Programa do Movimento das Forças Armadas.

A configuração da liberdade sindical, embora pressuponha um mínimo de princípios comuns delimitadores de um núcleo essencial inviolável, não é unívoca, sendo como não podia deixar de ser (a não ser para os que negam a dimensão superestrutural do direito) objecto de luta entre diferentes filosofias políticas, que em geral representam interesses sociais contrapostos.

Formalmente temos pois de considerar equiparáveis em direito e com igual força constitucional as interpretações que, não afectando o cerne de um direito, aspiram, dentro da correlação de forças existente à possibilidade legal de realização. Reputamos, assim, metodologicamente inadmissível, conferir rigidamente a uma norma aberta da Constituição (neste caso o Programa do M. F. A.) só o conteúdo que corresponda a uma das posições políticas em confronto. **Conforme à constituiccão não pode considerar-se apenas a interpretação feita de acordo com um certo código individual de valores. Constitucional não é só o conteúdo escolhido aprioristicamente pelo dr. Salgado Zenha. Constitucional será a materialização legislativa que, para garantir essa liberdade, o Governo Provisória venha a fixar, depois de auscultada a verdadeira vontade política das classes trabalhadoras, principais interessadas nela.**

É evidente que num período revolucionário, o Programa do Movimento das Forças Armadas, ele próprio instrumento legal revolucionário, teria de evitar um concretização cristalizadora inserta na própria Constituição. Longe de ser **neutro** ou **agnóstico** quanto à direcção a imprimir à vida político-económica (veja-se a declarada posição a favor das classes trabalhadoras e a acentuação da estratégia antimonopolista) o Programa deixou, porém, ao cuidado do Governo Provisório, o preenchimento material de muitas normas abertas. Referindo-nos concretamente ao princípio da liberdade sindical é nossa firme convicção que o Programa, a impor alguma interpretação a dar a este princípio, só pode ser aquela que venha a ser dada pelos principais interessados — as classes trabalhadoras.

Nada há no Programa do Movimento das Forças Armadas que autorize o dr. Salgado Zenha a afirmar que o único sentido possível da liberdade sindical é o da versão liberal burguesa, transformado em arquétipo obrigatório pela social-democracia capitalista.

Ao não compreender isto e ao visualizar o problema dentro dos parâmetros partidários, o dr. Salgado Zenha resvala para acusações gravemente ofensivas ao Governo Provisório. Insinua-se que a consagração legal da unicidade sindical, abusivamente equiparada à falta de liberdade sindical, outra coisa não representa senão uma quebra de compromisso consubstanciada no Programa do Movimento das Forças Armadas e uma falta de fidelidade ao pacto a que livremente se vinculou o Governo Provisório.

O **pacto constitucional** obriga efectivamente o Governo a garantir a liberdade sindical, mas não necessariamente na feição unilateralmente partidária do dr. Salgado Zenha.

Que razão lhe assiste para acusar o Governo Provisório de faltar aos seus compromissos pelo simples facto de não ter enveredado pelo seu conceito de liberdade sindical?

. O dr. Salgado Zenha identifica a liberdade sindical com o pluralismo sindical, isto é, com a possibilidade de escolha do sindicato, em termos de considerar a unicidade sindical (isto é, a consagração legal da unidade) como negação da liberdade sindical.

A tentativa de redução da liberdade sindical à liberdade de escolha de sindicato é por demais evidente. O dr. Salgado Zenha guarda-se cuidadosamente de referir sequer qualquer dos outros muitos aspectos jurídico-formais da liberdade sindical, escamoteando a menor referência à efectiva garantia que o projecto governamental confere a esses aspectos. O leitor desprevenido julgaria ao ler o artigo que o projecto governamental não mudava uma linha aos princípios da legislação sindical corporativo-fascista.

A liberdade sindical, porém, não se reduz efectivamente ao aspecto que o dr. Salgado Zenha tem por exclusivo. Não: a liberdade sindical não é a mesma coisa que possibilidade jurídica de sindicatos paralelos. É mais, muito mais do que isso: pode haver liberdade sindical sem liberdade de escolha sindical; pode haver liberdade de escolha sindical sem haver o essencial da liberdade sindical.

Liberdade sindical é a liberdade que os trabalhadores têm de constituir associações para a defesa dos seus interesses, de elaborarem os seus estatutos, de escolherem livremente os seus dirigentes, de planearem os seus meios de acção e de realizarem actividade sindical a todos os níveis relevantes.

Os aspectos jurídico-formais parcelares em que esta liberdade se analisa são multiplos: sindicatos sem necessidade de qualquer aprovação do Governo, que também os não poderá dissolver; liberdade de escolha do âmbito categorial e geográfico dos sindicatos, sem qualquer prévia determinação legal ou administrativa do critério de enquadramento e organização sindical; liberdade de eleição dos corpos gerentes, sem existência de qualquer controlo prévio de elegibilidade ou de qualquer homologação por parte do Governo; liberdade de praticar actos sem dependência de qualquer autorização ou aprovação administrativa; liberdade de acção sindical na empresa através da existência dos adequados direitos de reunião e de afixação; liberdade de actuação sindical quer através de adequadas garantias de defesa dos sindicalistas (dirigentes e delegados sindicais) contra despedimentos e outras discriminações, quer através da concessão de crédito de horas dedicado à actividade sindical; etc.

Estes são os campos em que historicamente se configurou a luta dos trabalhadores pela liberdade sindical. É neles que se encontra **a essência da liberdade sindical**. O dr. Salgado Zenha ignora todos estes aspectos da liberdade sindical. Todos eles eram mais ou menos violados pela lei sindical fascista e todos eles se encontram consagrados no projecto governamental. Perante esta ampla garantia de liberdade sindical, o dr. Salgado Zenha vem proclamar que o projecto viola frontalmente a liberdade sindical!

. Mas não fica por aqui a deformação da liberdade sindical feita pelo dr. Salgado Zenha. A afirmação de que a unicidade sindical — isto é a existência de um único sindicato para cada categoria de trabalhadores — é incompatível com a liberdade sindical, constitui outra das traves mestras da sua argumentação.

Na realidade o que se passa é ao contrário: **a unidade sindical pode ser, em certas condições históricas, o único meio de garantir uma efectiva liberdade sindical, ou seja, uma liberdade sindical na prática, a plena autonomia dos sindicatos perante o Estado, o patronato, os partidos políticos.**

Com efeito, a existência de um único sindicato para cada categoria de trabalhadores, a proibição de sindicatos paralelos, permite, por um lado, sindicatos fortes capazes de resistir eficazmente ao Estado e patronato; por outro lado, pela coexistência, dentro do sindicato, de trabalhadores de várias opções partidárias, garante-se a independência do sindicato face aos partidos políticos, desde que evidentemente haja garantias de democracia interna que possibilitem a todos os trabalhadores a participação na gestão do sindicato.

O pluralismo sindical, orientado segundo as opções partidárias de cada trabalhador, levaria a transformar os sindicatos em meros destacamentos dos partidos; cada sindicato — e cada central sindical — passaria a mera **secção partidária destinada aos trabalhadores**, atrelando estes a objectivos alheios aos seus interesses. Estaria, assim, impossibilitada na maior parte dos casos uma acção unitária dos trabalhadores que, em vez de mobilizarem todas as suas forças contra os adversários comuns, dividi-las-iam na competição entre si. Além disso, como prova a história sindical em vários países europeus, os sistemas do pluralismo sindical de acordo com opções partidárias não leva apenas à divisão dos trabalhadores por vários sindicatos; leva também a que uma parte dos trabalhadores, aqueles que não possuem opção partidária definida, não se inscrevam em qualquer sindicato, ficando à margem da vida sindical. Por tudo isto, a unidade sindical é de primordial importância para uma autêntica liberdade sindical. E a unicidade sindical pode ser uma condição de unidade sindical, a fim de evitar que o oportunismo de certas formações partidárias. ou os interesses da C.

Continua na pág. 16

UNIDADE SINDICAL

Por LUÍS CARVALHO E OLIVEIRA

Não há inconstitucionalidade na unicidade sindical.

A inconstitucionalidade é, em termos comuns, a ofensa da Constituição por outra lei. Quer isto dizer que uma lei comum violaria os princípios constitucionais, opondo-se-lhe.

No caso presente, nem se compreende como possa falar-se em inconstitucionalidade da lei sindical pelo facto de ela tender para a unicidade sindical.

Antes de mais o seguinte:

1.º Os trabalhadores consertaram as suas vontades através de amplas e livres reuniões no sentido de todos se subordinarem à decisão da maioria.

2.º A decisão da maioria, aliás esmagadora, foi no sentido da unicidade.

3.º Dado o largo debate e as condições em que este se operou a decisão dos trabalhadores foi consciente e livre.

4.º Livre igualmente foi a decisão de que a unicidade viesse a ser consagrada na lei sindical.

6.º É naturalmente o que o legislador terá imperiosamente de fazer ao dar-lhe redacção.

Vejamos a Constituição:

. Na alínea b) do número cinco de Medidas a Curto Prazo (Lei 3, de 14 de Maio de 1974) lê-se:

. *Liberdade de reunião e associação*. «Em aplicação deste princípio será permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuros partidos políticos e garantida a liberdade sindical, de acordo com a lei especial que regulará o seu exercício.»

. É bem evidente que quando a lei constitucional, publicada dias depois do 25 de Abril, fala em liberdade sindical pretende fundamentalmente estabelecer um regime livre das peias a que o fascismo submeteu os sindicatos: não eleição ou eleição falseada dos corpos gerentes; homologação descricionária por parte do Ministério das Corporações; repressão contra as decisões sindicais; eliminação de dirigentes sindicais, etc., etc.,

O que a lei de 14 de Maio pretendeu foi que, na verdade, os trabalhadores pudessem determinar — por si e sem imposição governamental — aquilo que mais lhes conviesse quanto à forma como deveriam associar-se em sindicatos.

A lei, ao falar em liberdade sindical, não quer, por forma nenhuma, significar ausência do direito de os trabalhadores tomarem uma resolução no sentido de uma unidade ou unicidade sindical e de a fazerem consagrar em diploma legislativo.

Impor-se aos trabalhadores uma norma segundo a qual eles não pudessem determinar a sua unidade é que seria inconstitucional. Isso violaria directamente o preceito legal acima transcrito.

De resto, a escolha da unicidade sindical já foi por si conseguida através do uso da liberdade sindical referida na lei.

Não há dúvida de que a constitucionalidade, isto é, a harmonia entre a lei sindical e a Constituição, fica inteiramente estabelecida desde que aquela seja o produto da vontade dos trabalhadores que, em sucessivas assembleias, resolveram subordinar-se à vontade da maioria. Inconstitucionalidade haveria se nascesse do poder legislativo um diploma que impusesse a unicidade sindical sem audição e decisão prévia dos trabalhadores.

Os factos, revelando coisa bem diferente daquilo que constituiria inconstitucionalidade, vêm dizer que a decisão que se pretende assuma forma de lei, foi obtida na base das associações sindicais, portanto pelos elementos que têm a função deliberativa em assembleia, indo ao Governo como movimento da base sindical que são os trabalhadores.

q Quando o Governo consagra em lei a vontade expressa dos trabalhadores não está a cercear-lhes a sua liberdade sindical. Está sim a exercer um mandato, cujo mandante é o conjunto dos trabalhadores.

Não se compreende, assim, qualquer arrazoado no sentido da inconstitucionalidade da lei sindical ao consagrar a unicidade. Mas haverá ainda que acrescentar algo, para que, do ponto de vista jurídico melhor se comprrenda o assunto.

A interpretação das leis pode fazer-se por formas diversas.

Uns procuram através dela o espírito do legislador. Outros, buscam apenas a letra da lei secamente, fazendo a interpretação literária. Outros buscam o seu espírito. São estes os que podem, na verdade, encontrar a vontade da lei num enquadramento circunstancial, social ou teleológico.

Ora, quem busque hoje, com espírito progressivo, o objectivo de todas as leis publicadas após o 25 de Abril, ou pelo menos da quase totalidade, encontrará um objectivo comum e que é o mais elevado: a organização da população, a organização das massas por forma a ser resultante o combate à reacção.

Acondição essencial para a vitória é a unidade: a unidade entre os partidos antifascistas, a unidade entre os camponeses, a unidade entre os operários fabris, a unidade entre todos os que sofreram o peso criminoso do fascismo.

A unicidade sindical constitui um dos grandes elos na luta contra o fascismo, portanto, para uma vitória da Democracia.

Como poderia entender-se a unicidade inconstitucional, uma vez legislada por vontade dos trabalhadores?

. Todos os incompreensíveis argumentos de que com a unicidade sindical se suprime uma liberdade, de que se corre o risco de violar o programa revolucionário do 25 de Abril, etc., etc., tudo isso resulta de uma interpretação retrógrada, não progressiva, que se opõe, exactamente por isso, à verdadeira interpretação que a lei exige no momento presente, nas condições que se vivem, condições revolucionárias, mas não de atropelo aos princípios do 25 de Abril, nem a quaisquer outros que estejam na base de um real e saudável movimento democrático.

É que mesmo no puro aspecto jurídico, sem recurso — aliás legítimo — à legalidade revolucionária, a interpretação que um verdadeiro jurista pode fazer da referida alínea b) do n.º 5 das *Medidas a Curto Prazo* da lei de 14 de Maio, conduzem à absoluta constitucionalidade da lei da unicidade sindical.

Basta que o intérprete seja progressivo e esteja voltado para a frente; que sinta, portanto, como dissemos, a unicidade sindical como poderosa arma antifascista, anti-reaccionária.

Se toda a legislação após o 25 de Abril é antifascista, anti-reaccionária, não pode deixar de ter-se como constitu-

Continua na pág. 16

Nacional

PEQUENOS E MÉDIOS COMERCIANTES PEDEM NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

. PORTO, 16 — «Desde o «25 de Abril» que os banqueiros fizeram saír do País 25 milhões de contos. Os bancos recusam o auxílio às pequenas e médias empresas e, no entanto, os seus lucros ainda não diminuíram. A questão é que a Banca deixe de estar nas mãos dos monopolistas e passe a atender às necessidades de todos vós. Não tenhamos dúvidas que somos todos nós que devemos exigir essas medidas antimonopolistas». Estas palavras foram proferidas ontem por um dirigente do P.C.P., em resposta a uma questão levantada por um pequeno comerciante do Porto, durante um primeiro encontro realizado na sede daquele partido. Depois do encontro efectuado com agricultores, recentemente nesta cidade, os pequenos e médios comerciantes acorreram em número bastante elevado à reunião que ontem teve lugar, no extenso salão anexo à sede do P.C.P.

A abrir o encontro, José Carlos almeida situou o problema: «O P.C.P. está interessado em ouvir os vossos problemas, que não são poucos, a fim de nos ser possível, noEncontro Nacional que terá lugar em Lisboa, no dia 19, levar dados concretos sobre a vossa situação e sobre as vossas propostas. Durante esta semana iremos efectuar outras reuniões destas aqui no Porto, para se conhecerem os problemas dos vários sectores dos comerciantes. Agora estamos aqui para ouvir as vossas opiniões». Um outro dirigente do P.C.P. concretizou ainda: «Discutam os vossos problemas, digam quais as vossas dificuldades e nós, comunistas, no Governo ou fora dele, apoiaremos as vossas justas reivindicações. Temos consciência de que se não forem adoptadas as medidas pretendidas pelos operários, agricultores e pequenos e médios comerciantes, o processo de democratização dificulta-se e corre-se o risco desses vários sectores da população se divorciarem deste processo.» Por seu turno, ainda antes de os comerciantes começarem a apresentar os seus problemas, um outro dirigente do P.C.P. afirmou: «Se as condições depois do«25 de Abril» se vieram a agravar em alguns sectores, isso deve-se à acção negativa da burguesia, da Banca privada e dos monopólios. Não será sem vocês nem nas vossas costas que o processo de democratização se vai realizar. Por isso estamos aqui para vos ouvir.»

A discussão que se seguiu, durante algumas horas, decorreu com enorme vivacidade e grande número de intervenções, tendo os comerciantes focado questões e dificuldades concretas da sua actividade e proposto mesmo algumas soluções, aliás, dentro do espírito apontado inicialmente para este encontro. Entre os problemas levantados salientaram-se: as horas de trabalho da maioria dos pequenos comerciantes (15 e mais horas por dia), a escassa ou nula margem de lucros de diversos artigos, a enorme quantidade de intermediários, o facto de terem vindo, desde há alguns anos, a ser liquidadas nas cidades e vilas pelos monopólios comerciais, as dificuldades da obtenção de créditos, a inoperância do sistema oficial criado para auxílio às pequenas e médias empresas, as dificuldades (capazes de levar à falência em pouco tempo) decorrentes do pagamento de retroactivos e aumentos de salários, a falta de segurança social e de reforma, etc. Todavia, os problemas que suscitaram maior número de intervenções e que os presentes (entre os quais se contavam, também, pequenos industriais) referiram como os mais prementes da classe foram os da concessão de créditos e os da falta de segurança e de garantias na idade mais avançada. Aquela primeira questão mereceu a um dos comerciantes estas palavras (aliás bastante aplaudidas): «O pequeno e médio comerciante não é aquele burguês, como o acusam, ele é um trabalhador sem horário. É ele que está a aguentar com o repuxo neste momento, não são os grandes monopólios.» Os dirigentes do P.C.P. estavam no encontro mais para ouvir e tomar apontamentos das questões levantadas, o que não impediu um deles de afirmar: «Devemos tomar uma atitude mais crítica em relação à Banca privada. É verdade que todos nós não podemos fazer mais porque o poder económico não deixa. Na matança que se aproximava com o 28 de Setembro bem sabemos que estavam envolvidos os apoios de dois grupos económicos.»

Um pequeno comerciante de vestuário afirmou nomeadamente: «Grande parte das nossas dificuldades nascem de não termos segurança social. Por outro lado há o velho problema do crédito bancário e, quanto a isto, parece que só há uma solução: nacionalizar os bancos privados.» Muitos dos presentes manifestaram então o apoio a esta medida, enquanto aquele mesmo comerciante apontava dois casos concretos de condições postas por bancos à concessão de créditos: ficar a escrita do comerciante a cargo de um funcionário do banco , noutro caso, concessão de mil contos de empréstimo mas com autorização de levantar apenas metade embora pagando juros pela totalidade. E perguntava a concluír: «Será preciso citar mais exemplos para dizer que a solução é nacionalizar os bancos? Temos que repensar as nossas atitudes e tomar consciência de que temos de ser aliados das classes trabalhadoras, pois trabalhadores somos também nós. Louvo o P.C.P. pela iniciativa deste encontro, que já estava na intenção de muitos de nós há bastante tempo.»

Vendedores da Ultrapal contra a administração

. Em face da atitude da administração da Ultrapal — Transformadora Nacional de Papel, S.A.R.L., que teima em não cumprir o estipulado nos contratos de trabalho, os vendedores daquela empresa, com sede em Lisboa, tornaram público o seguinte comunicado:

. «Os vendedores da Ultrapal por se unirem contra a ditadura do fascismo, estão proibidos pela administração de venderem, de cobrarem, em suma, de prestarem assistência aos seus clientes, em virtude de exigirem o cumprimento integral do contrato colectivo de trabalho em vigor desde Junho de 1974.

«Os vendedores da Ultrapal pediram a colaboração do seu Sindicato, o qual está neste momento a tratar do assunto, dado que considerou terem os vendedores toda a razão, uma vez que nada exigem para além do cumprimento da lei.

«Os contratos de trabalho aprovados pelo respectivo Ministério fizeram-se para se cumprirem e as empresas que os não cumprem prejudicando os trabalhdores, estão alongando a época do fascismo que o povo português deseja que termine de uma vez para sempre.

«A administração da Ultrapal não dá importância ao que a lei do trabalhador estipula e como os vendedores lutam para que ela se cumpra, ameaça-os com o despedimento colectivo.

«Amigos clientes, os vendedores da Ultrapal pedem a vossa colaboração. Unam-se a nós na luta contra o fascismo. Suspendam as vossas compras à Ultrapal enquanto durar o litígio entre esta e os seus vendedores/Sindicato. Prometemos, depois, a nossa melhor boa vontade, a nossa melhor atenção, para vós.»

O CASO DA CLÍNICA DE SANTA CRUZ

Os trabalhadores da Clínica de Santa Cruz, que paralisaram o trabalho há mais de duas semanas, emitiram um comunicado em que dão conta da sua situação, afirmando nomeadamente:

. «Os trabalhadores aguardam ainda o empréstimo pedido à Caixa Geral de Depósitos pela entidade patronal e que permitirá pagar o ordenado de Dezembro na base do salário mínimo nacional a todos os trabalhadores.

2.º Declaram que o atraso referido se deve a entraves de ordem burocrática postos pela entidade patronal.

3.º Todo o fundo existente (excepto o fundo de maneio para alimentação minimamente necessária) foi distribuído pelos trabalhadores equitativamente — como aprovado em assembleia geral — num total de 500$00 por pessoa.

4.º Salienta-se que não voltou a haver qualquer contacto com a comissão administrativa da Clínica de Santa Cruz ou com a Secretaria da Saúde, e que se mantêm os contactos entre a comissão de trabalhadores e o Ministério do Trabalho através do capitão Tomás Rosa.

5.º Os trabalhadores da Clínica de Santa Cruz mantêm total abertura a todas as provas de solidariedade já tidas e que venham a surgir e salientam a importância do comunicado da Comissão dos Moradores de Carnaxide e o apoio amplamente divulgado na Imprensa por parte do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde da Zona Sul.

6.º Prosseguem a sua luta até à obtenção de uma resposta da Secretaria da Saúde seguros de que só a requisição por parte do Estado da Clínica de Santa Cruz dará aos trabalhadores a garantia de trabalho e colocará a Clínica de Santa Cruz ao serviço da população.»

Trabalhadores homenagearam o dr. Pereira Bastos

Os trabalhadores da Lusalite promoveram um almoço de homenagem do dr. João Carlos Pereira Bastos, que deixou os serviços da empresa para ocupar entretanto o lugar de sub-director geral do Comércio Interno no Ministério da Economia.

O dr. Pereira Bastos fora oficial da Marinha e, por não concordar com a orientação política do Governo, abandonou a carreira.

Estiveram presentes na homenagem, a convite dos trabalhadores, o sr. Daniel Cabrita, e um representante da delegação da Lusalite no Proto, o arquitecto Agnelo de Azevedo Moreira.

Durante o almoço usaram da palavra muitos trabalhadores para analisarem as qualidades de inteligência, trabalho e justiça do homenageado que deixou em cada trabalhador um amigo tendo a certa altura um dos oradores concluído que se tratava de uma homenagem singular a um homem verdadeiramente singular.

O dr. Pereira Bastos fez uma análise pormenorizada do passado dos trabalhadores, do processo de luta nas suas reivindicações e tendo prometido continuar a sua colaboração apelou para a unidade de todos.

Ao dr. Pereira Bastos foi entregue pelo empregado mais antigo na empresa, há quarenta e dois anos ao serviço, sr. José Mendes Alves, uma oferta de todos os trabalhadores, que receberam, por sua vez, da parte do dr. Pereira Bastos uma colecção de livros para a biblioteca do Grupo Desportivo.

PASSAGEM INFERIOR EM ALGÉS

Segundo informação proveniente da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Oeiras, a passagem inferior de Algés, a construir numa zona que constantemente põe em perigo o trânsito de peões, que ali se verifica em grande quantidade, estará concluida no início do próximo ano lectivo (Outubro).

Os trabalhos para a construção da referida passagem devem inciar-se dentro de dois ou três meses.

Encontro nacional dos pequenos e médios agricultores

. Por iniciativa do Partido Comunista Português, vai realizar-se em Lisboa, no próximo dia 19, às 9 horas, no Instituto Superior Técnico, o 1.º Encontro Nacional dos Pequenos e Médios Comerciantes.

Propõe o P.C.P. que este encontro à semelhança das jornadas dos pequenos e médios agricultores, recentemente efectuadas, seja «uma análise da situação, um franco diálogo e a busca colectiva de soluções, de perspectivas em comum e de garantias de futuro».

Porto: Assembleia magna no Rodrigues de Freitas

Ao princípio da tarde de hoje, efectuou-se no Liceu Rodrigues de Freitas (Amílcar Cabral) uma assembleia magna de estudantes e professores, na qual foram debatidos assuntos de interesse para aquele estabelecimento de ensino.

Às 21 e 30, efectuar-se-á uma sessão conjunta de esclarecimento de alunos, professores, empregados e encarregados de educação.

Paralelamente a esta iniciativa, continuam a funcionar os grupos de trabalho, para estudo do saneamento, greve e outras importantes questões da vida do liceu.

VIOLINISTA SOVIÉTICO

Na sua primeira actuação em Portugal, o violinista soviético Vladimir Spiakov, estará no próximo dia 22, no Porto, onde dará um concerto, promovido pelo Círculo de Cultura Musical.

NOVOS DIRIGENTES

Tomaram posse, na presença do delegado do Porto do Ministério do Trabalho, dos cargos para que recentemente foram eleitos, os presidentes da assembleia geral, direcção e conselho fiscal do Sindicato dos Motoristas do Distrito do Porto.

EXPOSIÇÃO

Amanhã, às 21 e 30, na Galeria Abel Salazar, o artista Francisco Barcelo inaugura uma exposição de pinturas, que reúne abstractos, miniaturas e estilizados.

VIDA ESTUDANTIL

No ginásio do Liceu de Rainha Santa Isabel, no Porto, realiza-se no sábado, às 14 e 30, uma reunião de pais e encarregados de educação das alunas daquele estabelecimento de ensino, para tratarem de assuntos relativos à vida estudantil.

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Não terminou, ainda, a discussão do texto proposto para regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Ontem, houve mais uma reunião, presidida pelo eng. Ferreira da Silva e nela se fizeram intervenções pertinentes. A conclusão da discussão do texto ficará, muito possivelmente, feita numa próxima reunião.

FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

Curso de História ameaçado de interrupção

A reunião dos alunos do Curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa marcada para ontem, foi adiada, por número irrelevante de presenças, para a próxima quarta-feira, às 18 horas, no anfiteatro II daquela escola.

Depois de uma troca de impressões sobre os motivos que desinteressarão os alunos do debate das questões urgentes que constavam da ordem de trabalhos: «Estatutos do Departamento» e «Avaliação de Conhecimentos», os presentes (alunos e professores) aprovaram por 39 votos contra 18 e duas abstenções uma moção em que, no caso de a reunião marcada para a próxima quarta-feira não ter número representativo de presenças, se determina que sejam interrompidas as aulas já iniciadas, até serem tomadas resoluções sobre os assuntos em discussão.

Que se passa com os telefones de Santiago do Cacém ?

Da secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações recebemos, com pedido de publicação, o seguinte esclarecimento relativo à notícia «Que se passa com os telefones de Santiago do Cacém?»

. «Reportando-nos aos reparos apresentados na local do Jornal «Diário de Lisboa» de 10/11/74, em que os assinantes do grupo de redes de Santiago do Cacém se queixam de contas telefónicas astronómicas, cumpre-me informar V.Ex.ª de que das averiguações a que se procedeu, verificou-se que nada de anormal se passa que origine contagens indevidas de chamadas.

O que leva os assinantes a suporem que há alguma anomalia, é o facto de em 7/6/74, se ter iniciado a marcação automática para quase todos os telefones automáticos do País. Houve também o aumento das taxas de Abril, em que o custo de cada impulso passou de $70 para 1$00. Nada se pode apurar quanto às outras reclamações referidas na nocal, por não estarem especificadas».

SERVIÇO TELEFÓNICO EM MEDA

Dos C.T.T. recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte informação relativa à notícia publicada no «Diário de Lisboa» acerca do serviço telefónico no concelho de Meda:

. «Sobre o assunto cumpre-me informar que, na impossibilidade de se proceder já a automatização da respectiva rede, estão em curso diligências no sentido de ampliar o horário presentemente em vigor».

JUVENTUDE CENTRISTA

. A Juventude Centrista (C. D. S.) congratula-se, num comunicado, com a publicação recente do decreto-lei destinado a institucionalizar a gestão democrática nos estabelecimentos do ensino superior. Para a Juventude Centrista a presente crise no sector universitário deve-se largamente à não regulamentação das novas formas de funcionamento e gerência daqueles estabelecimentos, originando hesitações, lacunas e contradições a nível de actuação.

Estrangeiro

A INDOCHINA AINDA EM GUERRA

. Milhares de vietnamitas e de cambojanos morreram diariamente em comabte. Sessenta e sete mil militares mortos nos dois campos, cinquenta e sete mil feridos em 1974, indica Saigão. Número bastante mais elevados que em 1973. Mais duzentos e vinte e cinco mil adversários postos fora de combate, afirma o G.R.P. sul-vietnamita. No país vizinho, os habitantes de Phnom Penh passaram a noite de fim de ano a escutar os tiros das metralhadoras e as explosões de bombas.

Irredutíveis na sua recusa de discutir com os «traidores», os revolucionários Khmers, pouco impressionados pelo desanuviamento causa profunda da sua derrota diplomática na O.N.U., voltam a partir ao assalto das defesas da cidadela Phnom-Penh. Sem ilusões: o fim da guerra não está à vista. A sua vitória passa pela sua capacidade de organização, mas também pela expulsão dos americanos. O problema cambojano continua muito ligado ao problema sul-vietnamita.

Washington continua sempre a defender o regime de Saigão, todavia sem afastar a hipótese de uma mudança de direcção. Porém as actuais operações comunistas, juntando-se a uma crise urbana, cada vez mais perceptível, contribuem para abalar os fundamentos de um sistema que pouco ou nada se assemelha ao previsto nos acordos de Paris. Será preciso, no entanto, não exagerar a amplitude dos ataques das últimas semanas. Se as ofensivas localizadas dos comunistas provocam mais comentários, é porque são mais conhecidas, graças aos comunicados de Saigão, pois que as violações aos acordos por parte das tropas de Thieu são inumeráveis.

A recolha do arroz provoca no Delta um recomeço de «concorrência entre os dois campos. Os comunistas que, aqui e ali retomam terreno perdido anteriormente, pretendem sem dúvida testar o adversário, que continua a ressentir duramente os efeitos da diminuição do auxílio americano, enquanto que Hanoi não poupa no auxílio ao G.R.P. Mas o essencial não reside na análise das forças militares. O fundo da questão é político.

No dia em que Thieu pedia à população para se unir em volta do exército numerosos estudantes católicos manifestavam-se em Saigão contra a ditadura e o arcebispo da capital, Binh, pregava a reconciliação, essa palavra-chave dos acordos de Paris.

Hanoi, pelo seu lado entra decididamente pela via da reconstrução e da construção, levando em efeito importantes reformas agrárias e planeando ambiciosos projectos industriais. O G.R.P. trabalha, a um nível mais modesto, no desenvolvimento económico das suas próprias zonas. Entretanto Thieu elogia as vantagens de livre empresa repetindo uma lição, mal adaptada ao país perante uma população cada vez mais pobre e impressionada pela corrupção de uma minoria de exploradores.

Conscientes da «degradação» da situação os americanos não estão, no entanto dispostos a modificar realmente a sua política de sempre. Pelo Congresso, dispõem, porém, de meios mais limitados que no passado. E estarão completamente enganados, se pensam que Hanoi e o G.R.P. modificarão os seus planos para se porem de acordo com o «espírito de Vladivostok».

Le Monde

Colhendo o arroz de espingarda ao ombro: imagem sugestiva de um Camboja em luta, onde camponeses e milicianos se apressam, na altura devida, a fazer as colheitas, presa fácil do inimigo. Esta foto foi colhida este mês nos arrozais que ficam perto de uma estrada estratégica. (Foto AEI)

FILMES PORNOGRÁFICOS PARA ...GORILAS

. SACRAMENTO (Califórnia), 16 — (R.) — Filmes pornográficos estão a ser exibidos a gorilas relutantes no jardim zoológico desta cidade, na esperança de que os animais imitarão o que se passa na tela.

Não é porque Chris e Susie não tenham inclinação para isso. Apenas não sabem como fazê-lo, observaram tratadores do jardim zoológico.

«Os gorilas precisam de ter experiência de observação quanto a muitas das suas supostas capacidades inatas, como a forma adequada de se procriarem», eis como Bill Meeker, o director do zoo descreveu a situação.

Devido a terem vivido sempre no cativeiro, sem a companhia de outros gorilas, «Chris» e »Susie», ambos com nove anos, ignoram os factos da vida.

O jardim zoológico obteve um filme educacional do zoo de Basileia, na Suiça, onde são apresentadas cenas sexuais entre vários gorilas.

Os resultados das três exibições feitas até agora deixaram a desejar. Durante a primeira, os gorilas mostraram-se mais interessados no projectionista do que no filme e as esperanças dissiparam-se temporariamente na terceira quando a máquina de projectar se avariou. Contudo, está planeada a exibição de mais películas.

"Internacional Negra"

. TURIM, 16 — (F.P.) — O inspector Luis Garcia Rodriguez, membro da contra-espionagem espanhola, teria participado na «reunião internacional Negra de Lião em 28 e 29 de Dezembro último segundo notícia a agência italiana Ansa, citando fontes oficiosas».

O inspector Rodriguez (que está a ser processado pelos magistrados de Turim, que investigam «as pistas negras») teria afirmado na reunião que todos os atentados que se cometeram na Itália desde 1968 foram projectados financiados e executados com os apoio dos serviços secretos israelitas.

Teria além disso, informado que o chefe da «ordem europeia» seria Clemente Graziani, possivelmente refugiado na Alemanha Federal.

QUATRO ESTAÇÕES DE RÁDIO ENCERRADAS NA BOLÍVIA

. BUENOS AIRES, 16 — (A.N.I.) — Quatro estações de Rádio do principal centro mineiro da Bolívia estão encerradas, foram detidas 15 pessoas, entre as quais 3 sacerdotes e 5000 mineiros entraram em greve, o que torna a situação nessa nação ainda bastante tensa — anunciou-se em Buenos Aires.

Foram ocupadas e encerradas em operações militares simultâneas, as quatro estações radiofónicas bolivianas: «A Voz do Mineiro», «Llallagua», «Dezembro 21» e «Pio XII», esta última pertencente à Ordem Católica Oblata.

Os membros da Ordem comunicaram que às 4 horas da madrugada da passada segunda-feira, tropas do regimento «Andino» estacionado na região mineira de La Paz, dirigiram-se para as estações radiofónicas com ordens para as «destruir completamente».

O secretário presidencial da Imprensa, Javier Arce, justificou a medida, alegando que as estações «moviam uma campanha de subversão para desacreditar o regime», violando portanto, o severo embargo às actividades políticas, proibidas no passado 9 de Novembro.

No decurso da operação que Arce classificou de «desmantelamento e encerramento», os sacerdotes Gustav Pelletier, Roberto Durette e Froilan Gonzales foram detidos juntamente com 12 mineiros, ainda não identificados.

O secretário de Imprensa Javier Arce sublinhou, por outro lado, que o estatuto «Nova Ordem» do Governo só permite liberdade de Imprensa para «fomentar a paz social», enquanto as quatro estações de Rádio efectuavam «campanhas subversivas».

Com milhões de mortos nos EUA ou na URSS numa guerra atómica

. .WASHINGTON, 16 (FP) — Num cálculo do Pentágono, um ataque nuclear maciço da União Soviética contra os centros urbanos americanos, ou dos Estados Unidos contra os da URSS, saldar-se-ia, em cada um dos países, por cerca de 100 milhões de mortos.

Num relatório feito em Setembro passado, a subcomissão senatorial dos Negócios Estrangeiros encarregada das questões de controlo dos armamentos e publicada ontem, o secretário da Defesa, James Schlesinger, indicou que no caso da União Soviética atingir as cidades americanas com armas atómicas, as perdas em vidas humanas ascenderiam a 95 ou 100 milhões, incluíndo os mortos vítimas das cinzas. Este número, indicou, seria aproximadamente o mesmo na União Soviética no caso dum ataque semelhante por parte dos Estados Unidos.

Em contrapartida — notou Schlesinger — no caso dum ataque nuclear soviético limitado às bases nucleares americanas (silos de mísseis, aeroportos de estacionamento de bombardeiros estratégicos, bases de submarinos) o número das vítimas seria de 6 700 000 mortos e de 5 100 000 feridos. As explosões, propriamente ditas, e as radiações «imediatas» matariam cerca de 700 000 pessoas e seis milhões de outras morreriam em 30 dias, vítimas das cinzas radiactivas.

John Glenn (à direita na telefoto), o primeiro americano a efectuar um voo orbital, prestou juramento no Congresso dos E. U. A. como senador democrático pelo Estado do Ohio. Dada a impossibilidade legal de fotografar a cerimónia dentro da Câmara, John Glenn e o vice-presidente dos E. U. A., Nelson Rockefeller, prestaram-se a repetir o juramento, cá fora, sob o olhar radiante da mulher do ex-astronauta, Annie. (Telefoto UPI-Telimprensa)

Cientistas descobrem a dieta do mamute

. .MOSCOVO; 16 (R) — O mamute, antepassado do elefante coberto de pelos, animal de sete toneladas que enxameava o norte dos continentes na Idade da Pedra e que se extinguiu há cerca de 10 000 anos, alimentava-se quase exclusivamente de erva.

A agência noticiosa Tass anunciou que peritos em Leninegrado chegaram a essa conclusão depois de terem estudado atentamente os restos de um mamute que foram escavados num solo impermeável às infiltrações deteriorantes de humidade por acção de gelo seco. Os restos do animal foram encontrados no delta do rio Indigirka, no Norte da Sibéria.

As condições árticas de profunda congelação que actuaram no bolo dentro das entranhas do animal foram excelentes para o enunciado alimentar. Aliás este mamute era um dos mais bem preservados dos 40 corpos desses animais até agora descobertos.

O professor Nikolai Veresshchagin, perito em fosséis, disse à Tass que a dieta do mamute era composta em nove décimos de caules de plantas herbáceas e de junça ou carriço como é conhecida nas suas formas mais ocidentais. Mas nas entranhas, e formando o outro décimo, encontraram-se também rebentos de salgueiro, amieiro e chorão.

Os invistigadores estabeleceram que este mamute era um macho de 60 anos que morreu há 41 000 anos ao afogar-se num pantanal.

GRAVE PENÚRIA DE GÁZ NOS ESTADOS UNIDOS

. WASHINGTON, 16 — (F.P.) — Uma grave penúria de gaz natural está a sentir-se nos Estados Unidos e ameaça já a actividade industrial de vários estados.

A Federal Power Commission tenciona pedir a seis estados, Vírginia, Delaware, Alabama, Pensilvânia, Carolina do Norte e do Sul, que tomem medidas urgentes perante a escassez que atinge proporções «catastróficas» e pode provocar numerosos despedimentos.

Segundo os peritos as necessidade de gaz neste Inverno são 13 por cento superiores às possibilidades de abastecimento.

As companhias fonecedoras de gaz reduzem os seus fornecimentos aos clientes industriais por pagarem um preço baixo, o que provoca a diminuição de produção e portanto um número crescente de despedimentos por todo o país.

Assim, por exemplo, a U.S.Steel, a primeira empresa siderurgica americana, despediu 1300 empregados e reduziu a sua produção de aço em 90.000 por mês.

Estrangeiro

Os ecessionistas da Eritreia unem as suas forças

. ADDIS ABEBA, 16 (ANI) — Dois grupos secessionistas que lutam pela independência da Eritreia, província situada no extremo Norte da Etiópia, assinaram ontem um acordo destinado a unir as suas forças contra os dirigentes militares etíopes afirma-se em círculos governamentais.

Este facto deu-se depois de duas semanas de intensas negociações e parece deitar por terra as intenções do Governo em pôr termo ao conflito da Eritreia, que se arrasta há quase 13 anos.

Entretanto, o Governo revelou que nos últimos dois dias foram raptados 12 civis e foi morto um homem de negócios, Zeleka Amde, em Asmara, capital da Eritreia.

Um comunicado oficial emitido ontem refere vários atentados bombistas nesta cidade, juntamente com tiroteio esporádico.

Os dois guerrilheiros — a Frente de Libertação da Eritreia, apoiada pelos árabes, e a Frente (marxista) de Libertação Popular — conferenciaram com autoridades provinciais, como parte das negociações governamentais, que se processaram há quatro meses, destinadas a pôr fim ao conflito sangrento.

As conversações cairam, contudo, no malogro depois dos dirigentes militares terem recusado a exigência dos guerrilheiros de um acordo de princípios sobre a independência da Eritreia e a retirada imediata de todas as forças governamentais da província.

O resultado foi o acordo entre a F.L.E. e a F.L.P., assinado na aldeia de Coazien, a 24 quilómetros a Oeste de Asmara.

Membros do Partido Radical manifestam-se, na Piazza Navone, de Roma, pela liberalização do aborto. O Partido Radical é um grupo extra-parlamentar que luta pelos direitos humanos e pela libertação da mulher, advogando a liboralização do abortó. Os manifestantes empunham uma bandeira, na qual criticam o Ano Santo como um meio a que o Vaticano recorre para fazer dinheiro. (Telefoto UPI-Telimprensa).

Enviados para Pamplona reforços da polícia

. MADRID, 16 — (FP) — Pamplona e Barcelona foram, uma vez mais, na quarta-feira, os pontos nevrálgicos dos conflitos sociais espanhóis.

Em Pamplona, cerca de 12 000 operários entraram em greve, em sinal de solidariedade com os 1500 operários das minas de potassa e os minieros que desde 7 de Janeiro se encontram fechados na mina. Os operários dos serviços de segurança juntaram-se-lhes e nas fábricas de papel de Navarra os operários recusaram-se a voltar ao trabalho.

No entanto, parece que a ordem de greve geral lançada pelos dirigentes operários de Pamplona não foi seguida pelos operários em todas as empresas.

Na cidade, porém, os clima era de tensão. A Polícia enviou reforços para Pamplona, na terça-feira. Grupos de manifestantes atacaram o edifício do jornal conservador «Diário de Navarra», causando prejuízos materiais. Além disso, grupos de grevistas circularam nas ruas de alguns bairros periféricos, pedindo aos comerciantes que fechassem as suas lojas. A Polícia atacou-os à bastunada e procedeu a várias prisões.

Em Barcelona, os oeprários da Seat parecem ter voltado à actividade normal na tarde de quarta-feira, depois de terem paralisado o trabalho de manhã. A direcção decidira fiscalizar as entradas de modo a impedir o regresso dos 300 operários que resolvera punir despedindo-os.

Nos círculos governamentais espanhóis segue-se com atenção mas sem alarme, os diferentes conflitos sociais que constantemente nascem em Espanha. Não se nega a influência de grupos políticos clandestinos junto dos operários e, em certos círculos ificiais, chega-se mesmo a considerar necessária uma liberalização rápida da legislação do trabalho, que ainda não reconhece o direito à greve.

Dois mortos num sismo em Messina

. MESSINA (Itália), 16 — (R) — Pelo menos duas pessoas morreram em consequência de um violento sismo registado esta madrugada em Messina, mas não houve estragos materiais de grande monta.

Segundo a polícia as vítimas foram dois homens idosos que sucumbiram a ataques cardíacos.

O sismo atingiu o grau sete da escala Mercalli onde o máximo de intensidade é doze.

Compañia Trasatlantica Española, S. A.

MADRID

anuncia os seus navios em Lisboa:

«RUISENADA» em 18 de Janeiro para
San Juan, Puerto Rico
La Guaira
Veracruz
Tampico

«BELEN» em 24 de Janeiro para
San Juan, Puerto Rico
La Guaiara
El Guamache
Curaçao
Cristobal
Santa Marta
Barranquilla

«GALEONA» em 3 de Fevereiro para
New York
Baltimore

«VALVANUZ» em 17 de Fevereiro para
New York
Baltimore
Norfolk

Agentes Gerais em Portugal

WIESE-TRANSPORTES, S. A. R. L.

RUA DO ALECRIM, 12-A — LISBOA

Telef. 37 02 41/9 **Telex. 12322 Wiese P**

Mensagem do Estado da União

O QUADRO MAIS SOMBRIO DA ECONOMIA DOS E.U.A. DESDE OS ANOS 30

. WASHINGTON, 16 (R.) — Democráticos do Congresso deram o primeiro passo para bloquear o pedido do presidente Ford de tarifas sobre combustível importado, parte da sua iniciativa para diminuir nos Estados Unidos a utilização de petróleo estrangeiro.

O pedido de tarifas estava incluído no plano económico de Ford apresentado ontem ao Congresso na sua mensagem sobre o Estado da União — uma alocução de 40 minutos que pintou o quadro mais sombrio da economia do país, desde os dias tenebrosos da grande depressão dos anos 30.

Contudo, horas depois do discurso de Ford, dois congressistas do Massachusetts, o senador Edward Kennedy e o membro da Câmara dos Representantes, Thomas O'Neill, anunciaram que tinham apresentado legislação que exigiria a aprovação pelo Congresso antes de poderem ser impostas as taxas sobre importações.

Ambos representam círculos eleitorais da Nova Inglaterra, que depende quase inteiramente de petróleo estrangeiro para o combustível com que aquece as casas. A proposta tarifa de três dólares por barril sobre a importação de ramas, imposta em três fases, durante os próximos dois, aumentaria significativamente o orçamento doméstico

Presentemente o Governo não precisa da anuência do Congresso para impor taxas sobre ramas estrangeiras, mas necessitará de aprovação legislativa antes de poder onerar o petróleo doméstico em dois dólares por barril, outra das propostas submetidas ontem pelo presidente Ford.

Havia oposição em ambos os partidos do Congresso a muitas das medidas de Ford para a poupança de combustível, uma das características principais de um programa económico destinado a conseguir que os Estados Unidos debelem uma das suas piores crises e possam prescindir da sua carência de petróleo estrangeiro.

Muitos argumentam que as medidas seriam inflacionárias logo numa altura em que a inflação constitui outro dos tremendos problemas económicos do país.

Apenas se mostram um pouco mais receptivos ao pedido de Ford para redução de impostos e outras formas de diminuição das talhadas do fisco como meio para conseguir a circulação de mais dinheiro no país, a fim de encorajar os gastos. O chefe de Estado espera melhorar também a situação quanto ao desemprego.

Geralmente, as críticas a essa medida batiam todas na mesma tecla: que os grupos que precisam e de rendimentos mais baixos beneficiarão menos do que as outras classes com a revisão das tabelas fiscais.

Observadores políticos afirmam que era claro que todas as propostas de Ford seriam submetidas a cuidadoso estudo — e talvez a cirurgia maciça — antes de sairem do Congresso.

Contudo, mesmo quando o presidente descrevia o terrível panorama económico — «trago más notícias», declarou ao Congresso, «e não espero aplausos» — o Departamento do Comércio contribuíu para certo optimismo, ao anunciar que os preços por atacado baixaram em Dezembro pela primeira vez, em 14 meses.

No entanto, o declínio de 0,5 por cento foi ligeiro, reflectindo geralmente uma acenuada baixa nos preços dos víveres.

O Departamento do Comércio notou, porém, que, durante todo o ano de 1974, os preços por atacado subiram em quase 20 por cento.

"Queremos emprego"

. WASHINGTON, 16 — (ANI) — Vários milhares de manifestantes, protestando contra a política económica do presidente Ford e entoando frases como «queremos emprego», tentaram marchar à volta da Casa Branca, ontem, por sete vezes, mas pararam a meio.

Os manifestantes, caminhando atrás do dirigente dos direitos cívicos, reverendo Jesse Jackson, da congressista Bella Abzug, de Nova Iorque e de Walter Fauntroy, o delegado da Câmara dos Representantes do Distrito de Columbia, tencionavam recriar simbolicamente a Marcha de Josué em redor das Muralhas de Jericó.

Só o fizeram até meio. Os manifestantes declararam que a Polícia os tinha obrigado a parar, mas entidades policiais negaram terminantemente essa afirmação, observando que «não se verificou nenhum incidente». Não foram feitas detenções.

24 horas no mundo

■ Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, foi ontem hospitalizado depois de ter sido acometido de um colapso cardíaco. O dirigente, de 54 anos de idade, adoeceu na sua casa dos subúrbios de Paris, pouco depois de ter acabado de gravar uma entrevista para a Televisão.

■ Reconhecendo que o «estado da União não é bom», Gerald Ford pediu formalmente ao Congresso na sua mensagem do Estado da União, que diminua a recessão, reduzindo em 16 milhões de dólares os impostos sobre os rendimentos de 1974 e reduzindo permanentemente em 16 500 milhões de dólares os impostos globais.

■ Foram nacionalizadas na Grã-Bretanha as duas maiores empresas de construção aeronáutica, British Aircraft Corporation e Hawker Siddeley. A medida que nacionaliza as fábricas é tomada em aplicação do programa do Governo trabalhista.

■ O Governo inglês libertou 25 presos políticos na Irlanda do Norte e concedeu licenças de três dias a outros 50, num esforço para tentar manter o cessar-fogo do I.R.A. que expira às 24 horas de hoje

■ A situação na Eritreia está a detiorar-se rapidamente. Um atentado com uma carga de plástico contra a estação central dos Correios e vários tiros de «bazooka» foram dirigidas contra o Quartel-General da Segunda Divisão etíope. Entretanto, foi firmado um acordo entre a Frente de Libertação da Eritreia e o Movimento Popular de Libertação, duas organizações que eram até agora rivais.

■ Uma força de comandos israelitas atacou, pelo quarto dia sucessivo, povoações no sul do Líbano, travando recontros com guerrilheiros palestinianos. «As nossas forças conseguiram impedir que o inimigo entrasse na aldeia de Kfar Chouba e causaram-lhe pesadas baixas» informaram os palestinianos.

Marchais continua hospitalizado

. PARIS, 16 (Ani) O dirigente do Partido Comunista Francês, Georges Marchais, continua hospitalizado, devido ao ataque cardíaco de que foi acometido.

Os médicos consideram no entanto, que o seu estado não inspira cuidados, mas terá de ficar internado pelo menos até ao fim da semana.

Entretanto, membros do Partido Comunista indicaram que não tentarão encontrar um sucessor nem um substituto interino.

«Parece que não será necessária uma reorganização da direcção do Partido» — afirmou a Comissão Central.

A VIRAGEM SOCIALISTA NA ARGÉLIA-2

A nova estratégia do poder

Boumedienne, da Argélia, com Anwar Sadat, do Egipto

Por PAUL BALTA

Em diversos sectores, grupúsculos religiosos particularmente conservadores, sob pretexto de defenderem princípios muçulmanos, exercem toda a espécie de pressões. É certo que as suas concepções se opõem àquelas que por várias vezes têm sido expostas pelo chefe do Estado, que defende o pensamento igualitário e social do islão, esbatido por séculos de decadência. Ainda há pouco, na cimeira islâmico de Lahore, Boumedienne afirmava: «As experiências humanas em numerosas regiões do mundo demonstraram que os laços espirituais, sejam eles islâmicos ou cristãos, não conseguiram resistir à pobreza nem à ignorância pela simples razão de que os homens não estão dispostos a ir para o paraíso de barriga vazia. Este é o fundo da questão. Um povo que tem fome não necessita de escutar orações. Afirmo-o com toda a consideração que tenho pelo Corão, que aprendi com dez anos. Os povos que têm fome precisam de pão; os povos ignorantes de cultura; os povos doentes de hospitais.»

. Fiel à ortodoxia muçulmana, este texto foi acolhido pelo conjunto da população, mas teve efeitos de electrochoque em algumas camadas tradicionalistas e junto de alguns jovens integralistas que não hesitaram mesmo, em duas cidades, vir para a rua gritar: Abaixo a revolução agrária» e outros «slogans» hostis às opções do regime.

Tudo se passou como se as diferentes tendências da burguesia tivessem tentado multiplicar os seus avisos: «É preciso não ir demasiado longe, pois nós temos a nossa capacidade de sabotagem», ao constatar que o chefe do Estado parece decidido a levar a maioria dos dirigentes para posições mais avançadas e procurar promover uma renovação da filosofia política mais conforme aos objectivos socialistas.

Nos primeiros tempos o Estado dava a impressão de «ir deixando fazer», contentando-se com algumas admoestações que viessem a propósito. Terá sido depois surpreendido por estas reacções? Terá subestimado a importância do adversário ou terá querido deixá-lo desmascarar-se para melhor o situar? O que é facto é que a resposta do Governo só começou a ser dada a partir de Setembro.

Perante os quadros do partido da «Wilaya» de Tizi-Ouzou, o presidente Boumedienne denunciou os boatos. Pessoas acusadas de os terem propagado receberam sérios avisos ou foram presas. Os comerciantes responsáveis pelas altas ilícitas de preços e açambarcamento foram sujeitos a sanções. A Imprensa lançou uma campanha com este tema: «O sector privado é culpado de numerosas infracções. «Um inquérito levado a efeito em empresas privadas e nacionalizadas revelou 1552 infracções à legislação do trabalho, das quais mais de 1200 foram cometidas pelas primeiras. Os jornais explicaram, apoiados em provas, que o sector privado pode evidentemente fazer valer o facto de ser mais rentável que o sector nacionalizado visto nem sempre pagar os encargos sociais ou os feriados e mais, que ele procura por todos os meios opor-se à actividade sindical da empresa.

So o título «Complementaridade ou afrontamento?», a revista «Revolução Africana» recorda que a Argélia se encontra numa fase de transição, caracterizada pela «coexistência de duas economias: uma socialista e outra privada». Posteriormente, o semanário da FLN põe a questão: «Será o sector privado imperiosamente necessário e em caso afirmativo até quando?» E concluiu: «Não se poderá falar de complementaridade na verdadeira acepção do termo. O problema é maior, os dados estão já lançados. Trata-se de um verdadeiro confronto».

O aviso não era platónico. Greves explodiram em várias empresas privadas. Nas sociedades nacionalizadas os controlos passaram a ser mais severos, no próprio momento em que eram anunciadas a suspensão e depois a acusação do P. D. G. da Sonatiba (Sociedade Nacional de trabalhos de infra-estruturas e da construção) e de «cinco dos seus cúmplices» e a condenação de sete anos de prisão e 539 000 dinares de multa por desvios de fundos públicos de um ex-representante para a província de Uranie da CAAR (Caixa argelina de seguros).

No campo, a mobilização dos camponeses pobres, agrupados no seio da União Nacional dos Camponeses Argelinos foi acelerada, enquanto que nas reuniões do partido, nas organizações de massa ou de quadros do estado se martelava o «slogan»: «Dedicação! Competência! Integridade!»

. O presidente Boumedienne não fica por aqui. Por ocasião do vigéssimo aniversário do início da luta armada, anunciou que a fase da revolução socialista se iniciaria em 1975. Como será realizada?

UM ENORME APOIO POPULAR

Segundo um trabalhador da cidade de Argel, «o socialismo tal como o praticamos poderia bem ser o exemplo de socialismo mediterrânico». Socialismo, para cuja edificação, segundo Boumedienne, 1975 será ano decisivo, socialismo cuja edificação se apoia basicamente em quatro grandes forças populares: a grande massa de camponeses a quem se reconhece o maior espírito revolucionário; os trabalhadores das cidades (a classe proletária embora armada de forte consciência de classe, mas numericamente fraca); os intelectuais revolucionários e os soldados jovens e oficiais com os quais o regime conta incondicionalmente, pois, ainda segundo o chefe do Estado, «constituem um exército popular e revolucionário, pela sua composição social e pela sua ideologia».

ARGEL — No final de 1974, terminamos a primeira etapa da revolução argelina para iniciarmos agora a segunda etapa... Uma nova revolução em 1975.

— Que revolução?

— A revolução socialista.

— Mas a Argélia não é socialista?

— A Argélia não é ainda um país socialista. Eu só acredito e respeito a realidade. Fugir à verdade não beneficia ninguém, nem o povo, nem os seus dirigentes».

O presidente Boumedienne não poderia expressar melhor as suas intenções do que neste diálogo com o jornalista egípcio Loutfi El Kholi, pouco antes de Novembro de 1974. Expressara mais ou menos a mesma ideia, algumas semanas antes, ao presidente do Partido Comunista francês, George Marchais. Após a sua ascensão ao Poder em 1965 e durante vários anos, a esquerda acusou-o de se apoiar nas forças tradicionalistas, acreditando que ele queria em nome da eficácia, inflectir à direita as orientações do país. Teriam os seus adversários e alguns dos seus partidários cometido um erro de análise ou aconteceria antes que Boumedienne se tivesse, por razões tácticas, acomodado momentaneamente com o apoio de certas camadas da população, enquanto esperava pela altura de poder atingir os seus objectivos?

. O facto é que actualmente ele conseguiu a união com a grande maioria da oposição de esquerda. «Recuperou» em vários ramos da economia um considerável número de antigos comunistas, conhecidos pela sua competência. O embrião mais dinâmico do voluntariado dos estudantes é composto quase exclusivamente por estudantes de tendência marxista. O boletim policopiado do Partido da Vanguarda Socialista (P. A. G. S.), pequeno movimento clandestino saído do antigo Partido Comunista argelino (P. C. A.), defende as grandes opções de política interna e estrangeira — industrialização, revolução agrária, independência nacional, não alinhamento e reserva os seus ataques às «forças antinacionais e anti-sociais».

Os grupúsculos de oposição que agora se manifestam são de direita e provêm das fileiras da burguesia ou de meios religiosos conservadores. Apareceram por exemplo em Oran, depois do discurso do presidente na Cimeira Islâmica de Lahore. Voltaram a dar sinal de si recentemente em Argel com a distribuição de um panfleto, cuja assinatura era mais ou menos «os partidários da democracia», onde afirmavam nomeadamente: **O Islão e os seus valores morais que constituiram o principal suporte dos combatentes durante a guerra, são agora combatidos. Estes princípios são hoje em dia escandalosamente espezinhados e nós constatamos a baixa de civismo e da moral pública, a degradação dos costumes, a corrupção, o desperdício dos fundos públicos, o alcoolismo...».** Como conclusão, o texto reclama **uma Assembleia Constituinte soberana, eleita por sufrágio universal e uma Constituição que não vá contra os ensinamentos do Islão.**

A grande maioria da população, que durante muito tempo permaneceu passiva, vem saindo progressivamente do seu sono milenário, principalmente depois da nacionalização dos hidrocarburantes, em Fevereiro de 1971, e o Governo beneficia actualmente de um grande apoio popular. Boumedienne, que fora vice-presidente do Conselho antes de se tornar chefe de Estado em 1965, considerava que na época a Argélia não dispunha ainda dos meios para atingir os objectivos socialistas proclamados, entre outros, pela Carta de Argel. Para que a edificação de uma sociedade socialista não passasse de uma palavra oca ou de um «slogan» demagógico, era necessário, segundo ele, começar por dotar o país com estruturas estatais e económicas, recuperando ao mesmo tempo as riquezas nacionais, especialmente os hidrocarburantes. Ora, um processo como este exigia tempo.

O regime optava igualmente por um ritmo rápido de desenvolvimento, fundado numa industrialização de vários ramos da economia. Um grande número de antigos comunistas, conhecidos pela sua competência, numa primeira fase pensava menos em criar empregos do que em dotar a nação de instrumentos modernos, implicando a formação intensiva de técnicos. Os dirigentes da F. L. N. tinham, certamente desde o Congresso de Tripoli, na Primavera de 1962, optado pelo socialismo, mas um certo número de entre eles aspirava, uma vez adquirida a independência, a colher os frutos do desenvolvimento no quadro de uma economia mais ou menos liberal. A jovem burguesia nacional pensava que com uma nova roupagem lhe seria fácil suceder à burguesia colonial. As escolhas do regime limitaram as suas prerrogativas, mas o crescimento económico do país favoreceu a sua prosperidade e atiçou as suas ambições. Do mesmo modo se a industrialização acelerou a formação de quadros e de técnicos, também por consequência que muitos deles constituissem o embrião da burguesia tecnocrática.

RENOVAR O PARTIDO ÚNICO

Dois problemas põem-se então ao regime: como neutralizar as tendências burguesas? Em que forças se apoiar para construir o socialismo? Teoricamente competiria ao partido único tomar essa tarefa para si. Na prática, só conseguiu isso muito parcialmente: os seus melhores quadros passaram para o serviço do Estado e das sociedades nacionalizadas. Deste modo, ele foi muitas vezes reduzido a uma mera correia de transmissão, ou então ficou limitado a tarefas de enquadramento. Em Argel talvez se pensasse também que a sua origem e a sua composição sociológica o impediam de realizar um trabalho de concepção e de animação de tipo socialista.

As declarações do presidente Boumedienne ao jornalista egípcio Loufti Kholl dão que pensar: «Até à independência, disse ele, formaremos uma frente de libertação, no sentido lato. No momento actual, em que nos preparamos para iniciar uma nova fase, temos necessidade de um partido socialista de vanguarda, unicamente constituído por quadros socialistas agrupados em torno de um programa bem definido e de uma linha política unificada».

Segundo o chefe do Estado, os quatro elementos desta nova força socialista são os Fellahs, os trabalhadores das cidades, os intelectuais revolucionários e os soldados. Depois de ter relembrado que «entre nós a classe operária é proporcionalmente fraca», sublinhou que os camponeses têm desde sempre constituído os focos de resistência às invasões e à ocupação. Se a tomada de consciência é menos elevada nos campos do que nas cidades, pela falta de instrução, em contrapartida «o espírito revolucionário é aqui muito mais profundo». É por isso, acrescenta ele, «que não temos outra via se não a criação da sociedade rural revolucionária com a qual eliminaremos as excrecências e a burocracia, que constituem um perigo ameaçador e crescente para a revolução».

A revolução agrária, desencadeada em Novembro de 1971, aparece como uma das peças fundamentais na estratégia do presidente. Além da repartição das terras, ela já permitiu agrupar 750 000 camponeses pequenos no seio da UNPA (União Nacional dos Camponeses Argelinos) que deveria ser o fermento nos campos. Ela revelou igualmente, através do voluntariado dos estudantes, ser uma força política nova, a dos intelectuais comprometidos, enquanto que no Terceiro Mundo acontece frequentemente, segundo palavras de Boumedienne, que «os intelectuais nas cidades se transformam em burocratas e em burgueses ou, ainda, voltam as costas à revolução». A fórmula do voluntariado estudantil poder-se-ia estender às fábricas, enquanto que os operários das cidades são já solicitados pela U. G. T. A. (União Geral dos Trabalhadores Argelinos) a irem para os campos auxiliar os camponeses.

Último elemento: o soldado. Associado pelo serviço nacional à obra de edificação do país (Transsahriana, barragem Verde, etc.) assegura a defesa no exterior e no interior. «O nosso exército é um exército popular e revolucionário pela sua composição social e pela sua ideologia política», afirma o presidente durante a sua conversa com o jornalista egípcio, acrescentando: «Nenhuma revolução real se pode realizar sem a presença de um exército aliado às forças produtivas». Gosta, de resto, de evocar a discussão que teve a este respeito com o presidente Allende. «Ele estava de acordo comigo neste ponto, mas queria jogar a cartada da democracia burguesa na esperança de conseguir ligar o exército a ele, para em seguida se conseguir desembaraçar dos seus chefes reaccionários. Não lhe respondi que não estava convencido do êxito dessa tentativa». Sublinhando que os acontecimentos lhe deram razão, conclui Boumedienne: «Com toda a franqueza, é indispensável um mínimo de violência para conduzir uma revolução».

Quanto à renovação da F. L. N., chamada a transformar-se num partido de vanguarda socialista e a deixar de ser uma simples frente patriótica, o chefe de Estado conta aparentemente para esta tarefa com as organizações de massa, União Geral dos Trabalhadores Argelinos (J. G. T. A.), União Nacional das Mulheres (UNFA), e União Nacional dos Camponeses (UNCA) e sobre as forças novas, como os estudantes voluntários. Em contrapartida, foi menos explícito nas modalidades práticas desta reorganização e sobre o conteúdo do socialismo.

A LUTA DE CLASSES EM QUESTÃO

Não há dúvida que ele também afirmou: «Somos socialistas e somos muçulmanos, não somos marxistas», e recusou a luta de classes. No entanto, parece reintroduzir esta noção nas suas análises, quando declara a M. Loufti El Kholi: «É necessário passar da solidariedade nacional à solidariedade revolucionária», ou ainda «Não podemos seja sob que pretexto for, ligar a burguesia às forças socialistas, mesmo que ela seja nacionalista e anticolonialista, porque é anti-socialista.

Todavia, esta burguesia nacionalista tem o direito de ser defendida enquanto continuar a servir a pátria no plano da produção e não tentar constituir uma força hostil à revolução». Tratar-se-á de uma simples querela semântica, de uma posição táctica ou de uma divergência mais profunda com os marxistas?

. As reacções a todos estes projectos variam de categoria social para categoria social. A grande massa de camponeses observam os acontecimentos com prudência, mas representam potencialmente um dos pilares do regime. Os burgueses adoptam, segundo as circunstâncias, um cepticismo inquieto — **Tentam estrangular-nos, mas nunca se poderá acabar com o individualismo do homem argelino** ou cínico — **o presidente é corajoso mas é o único a acreditar no socialismo,** enquanto que os operários exigem cada vez mais a participação no poder na empresa. Quanto aos estudantes voluntários e aos jovens oficiais, formam um sólido bastião do militantismo.

A via argelina para o socialismo aparece, pois, como um «socialismo temperado», obrigado a ter em linha de conta factores tão complexos e diversos como a tradição religiosa, a herança cultural árabe-muçulmana, os costumes sociais, o peso do tribalismo ou o espírito de clã, as diversidades regionais, um certo oportunismo e expedientes tão vulgares na zona do Mediterrâneo, a proximidade da Europa e a atracção exercida pela sociedade de consumo.

Teria sido diferente, em Itália, na Espanha ou na Grécia, se estes países tivessem optado pelo socialismo? A Jugoslávia não conheceu problemas do mesmo género?

. A última palavra para aquele argelino que nos dizia: «Tal como nós o praticamos, o nosso socialismo é mais rigoroso que o de Allende ou o «socialismo» de Palm na Suécia e é mais humano do que o dos países de Leste. Em suma, o nosso poderia ser um exemplo de socialismo mediterrânico».

© «LE MONDE»

Nacional

Pretensa inconstitucionalidade

Continuação da pág. 11

I. A. e do imperialismo, capitalizem lucros políticos da falta de consciência de classe de alguns sectores ou do divisionismo de minorias de trabalhadores, mais apostados em fazerem valer os seus interesses partidários do que os interesses políticos globais das massas trabalhadoras. Nestes termos, não é a unicidade sindica, mas sim o pluralismo sindical, que sacrifica a liberdade sindical.

De resto, é fácil demonstrar jurídicoconstitucionalmenteque o projecto de lei sindical em nada afecta o conteúdo essencial da liberdade sindical. É doutrina assente no direito constitucional a da admissibilidade de restrições aos direitos fundamentais desde que essas ressas restrições não impliquem um ataque ao **núcleo fundamental** desses mesmos direitos. O direito fundamental da greve, por exemplo, foi objecto de importantes restrições legais, prejudiciais aos interesses dos trabalhadores, e nunca o dr. Salgado Zenha, que nós saibamos, veio contestar a legitimidade constitucional de tais restrições a um direito fundamental da classe trabalhadora. Restrições e limitações foram também impostas à liberdade de reunião e associação.

Confundir **restrições legais** com **aniquilações inconstitucionais de direitos conduz às «liberalísticas» interpretações, totalmente inadequadas à compreensão da moderna realidade constitucional e reveladoras, muitas vezes, de um firme propósito de defesa de posições políticas conservadoras ou reaccionárias.**

A consagração legal da unicidade sindical é, quando muito, uma **simples restrição do âmbito abstractoformal** da liberdade sindical. Com efeito, ao percorrermos o projecto de lei sindical verificamos que estão assegurados os dois momentos fundamentais da liberdade sindical: a liberdade («negativa») face ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos, e a liberdade («positiva») de acção sindical. A possibilidade de formar sindicatos paralelos é apenas um entre muitos aspectos da liberdade sindical abstracto-juridicamente considerada. Sem, de algum modo, violar o núcleo essencial da liberdade sindical pode-se excluir um ou mais desses elementos; e devem ser excluídos quando esses elementos sejam contrários a esse núcelo essencial.

A consagração da unidade sindical aparece na lei não como limitação, mas como garantia desses momentos fundamentais da liberdade sindical. Ora, é a partir desta **limitação-garantia**, politicamente significativa pela sua sintonia com a vontade expressa dos trabalhadores, que o dr. Salgado Zenha vem alertar para o perigo da instauração em Portugal da falta de liberdade sindical! **A simples limitação de uma liberdade, justificada pela necessidade de manter a dignidade de participação democrática de um grupo — a classe trabalhadora — no campo das lutas sociais, de forma a esta classe se poder opor com êxito às estratégias monopolistas e ao imperialismo capitalista, é equiparado à manifestação patológica de «medo à liberdade»!**

Em conlusão:

A liberdade sindical, tal como todas as outras liberdades, não tem um conteúdo abstractamente definível. A sua delimitação depende sempre em maior ou menor medida da perspectiva política utilizada, perspectiva que especialmente quanto às liberdades políticas, em geral, e quanto à liberdade sindical em particular, depende dos interesses sociais considerados. A visão que o patronato tem de liberdade sindical não é, nem nunca foi, a dos trabalhadores.

O Programa do M. F. A., texto constitucional quanto às liberdades fundamentais, não pode ser entendido com uma interpretação unívoca perfeitamente delimitada em todos os pormenores, sendo susceptível de várias interpretações dentro de limites mais ou menos amplos. De resto, vivendo-se ainda em período revolucionário a interpretação mais conforme à constituição é aquela que em cada momento, de acordo com a correlação de forças políticas existentes, melhor sirva os objectivos reveolucionários contidos no Programa do M. F. A.

Nenum direito fundamental é ilimitado. Todos podem ser limitados pela lei em ordem a defender outros direitos ou interesses fundamentais de hierarquia superior, ou em ordem a **defender o próprio direito fundamental limitado**. Assim, por exemplo, a nacionalização de um sector monopolizado da economia (e, consequentemente, a nacionalização da liberdade de empresa) pode ser uma condição para garantir a liberdade de empresa noutros sectores, até aí excluída pela «liberdade de empresa» dos monopólios. A lei da greve veio estabelecer graves limitações ao seu exercício, e no entanto ninguém invocou que a lei era inconstitucional só por não permitir a greve política, tendo-se entendido nessa altura que a greve política não fazia parte do **núcleo essencial** da liberdade de greve.

A possibilidade jurídica de criar sindicatos paralelos é apenas um elemento, entre muitos outros, da liberdade sindical abstracta genericamente considerada. Liberdade sindical, mesmo em termos jurídico-formais, não se consome ao pluralismo sindical. Além disso, não é de modo algum um elemento essencial da liberdade sindical sempre se dirigiu para a conquista da autonomia face à administ4ação e pela liberdade de acção face ao patronato. A lei sindical fascista nunca foi considerada atentória da liberdade sindical por consagrar a unicidade sindical mas sim por autorizar toda a espécie de controlo administrativo sobre os sindicatos e por lhes não permitir liberdade de acção sindical.

Além de não ser elemento necessário da liberdade sindical, a experiência histórica mostra que o pluralismo sindical é elemento **contrário aos aspectos fundamentais da liberdade sindical**, pois conduz à sujeição dos sindicatos aos partidos e ao enfraquecimento da sua capacidade de acção perante o patronato. De resto são normalmente os interesses e os partidos de direita os mais acérrimos defensores do pluralismo sindical. A existência de dois ou mais sindicatos controlados não é certamente liberdade sindical (imaginemos que a lei sindical fascista permitia mais do que um sindicato por categoria, igualmente submetidos ao aparelho de Estado fascista e aos interesses patronais — seria isso liberdade sindical?)

A liberdade individual de escolha sindical não pode, pois, considerar-se dogmaticamente como elemento da l i berdade sindical. Ao contrário, a unidade sindical é condição de uma autêntica liberdade sindical. E a consagração legal da unidade — ou seja, a unicidade sindical — pode ser o único meio de preservar a unidade sindical contra aquelas forças políticas que estão interessadas em quebrá-la (embora se digam a favor dela).

A consagração legal da unidade sindical não viola pois o Programa do M. F. A. e a Constituição vigente. O que, pelo contrário, pode defender-se é que ela é a solução que melhor se quadra com esse programa. Ao afirmar como princípio fundamental a defesa dos interesses das classes trabalhadoras, o Programa terá de remeter para a visão desses interesses por parte das próprias classes trabalhadoras. Ora, parece não restarem dúvidas que os trabalhadores se pronunciaram esmagadoramente pela consagração legal da unidade sindical, e que se fossem eles a legislar assim o fariam. Pelo menos a liberdade sindical a consagrar pela lei não poderá ser a liberdade sindical tal como os patrões a vêem. É que ela interessa fundamentalmente aos trabalhadores.

Importa não sobrevalorizar a importância da Convenção n.º 87 da O. I. T. Celebrada em 1947, quando a O. I. T. era esmagadoramente dominada por países capitalistas desenvolvidos e no período da guerra-fria, ela traduziu a concepção dos governos e do patronato desses países, já que os trabalhadores têm na O. I. T. apenas 1/3 dos membros da assembleia.

Finalmente importa afastar a ideia generalizada de que a unicidade sindical é característica dos regimes socialistas e fascistas, enquanto que o pluralismo sindical é característica da «democracia». Por um lado, os «sindicatos únicos» são de natureza completamente diversa no fascismo e no socialismo: num lado, são instrumento de sujeição dos trabalhadores ao serviço do patronato; no outro, forma de gestão pelos trabalhadores da economia do Estado socialista. Além disso, a unidade sindical, legalmente garantida, é característica de todos os países do Terceiro Mundo, realmente democráticos e progressistas (por exemplo, Argélia, Tanzânia). Do mesmo modo, interessa afastar a ideia de que o pluralismo sindical é exigência do pluralismo partidário. Este paralelismo é duplamente mistificador: por um lado, arranca duma concepção de sindicato como mero destacamento partidário para trabalhadores e de uma concepção de partido político como organizações que cortam através das classes e não como expressão dos interesses de certos grupos e classes sociais e de maneiras diversas de prosseguir esses interesses; por outro lado, ignora a diferença de natureza entre sindicatos e os partidos políticos e os sindicatos não estão para os trabalhadores como os partidos estão para a sociedade em geral; de facto, os sindicatos estão para os trabalhadores como o Governo está para a asociedade em geral. Por isso, tal como se não admite que um partido minoritário vá formar um governo paralelo, também não se deve admitir que uma tendência de trabalhadores vá formar um sindicato paralelo. Mais correcto do que um paralelismo entre pluralismo partidário e pluralismo sindical é o paralelismo entre governo único e sindicato único.

Enfim, a liberdade sindical não se afirma por características formais, que podem ser idênticas em sistemas sociais e políticos radicalmente opostos. Sindicatos livres, na prática são aqueles que servem a liberdade de as classes trabalhadoras defenderem os seus interesses. E se, ao menos num período revolucionário, o direito deve estar de acordo com a realidade, então a maior liberdade sindical, também no plano jurídico é aquela que melhor serve juridicamente os interesses colectivos das classes trabalhadoras.

Para terminar, formularemos também um voto. As classes trabalhadoras não têm medo à liberdade, mas conhecem sobejamente as tácticas divisionistas do capitalismo internacional. Os trabalhadores deste País querem que a lei proíba «os especialistas sindicais» do capitalismo de formarem confederações ao serviço do patronato. Os trabalhadores portugueses desejam, sim, que a sua Central Única se transforme em instrumento da sua própria libertação. Por isso não temos medo à liberdade dos trabalhadores — votamos numa única confederação dos trabalhadores ao serviço dos próprios trabalhadores. Por isso também respeitamos e apoiamos a «liberdade de escolha» — a escolha livre que os trabalhadores portugueses fizeram pela unicidade sindical

UNICIDADE SINDICAL

Continuação da pág. 11

cional a unicidade sindical. Questão é que o intéprete seja progressivo, e queira, na realidade, aquilo que a lei quer para a construção da Democracia.

E nem venha alvitrar-se o debate público (como quem diz entre todas as classes sociais) da lei da unicidade sindical, pois que isso será reacionariamente, entregar também a outra classe, a discussão dos interesses dos trabalhadores e das suas associações de classe. Por esse caminho chegámos a uma nova etapa da reacção.

Os verdadeiros democratas devem confiar na unidade sindical dos trabalhadores como elemento fundamental da defesa da Democracia.

Problemas do Monte Abraão

Os moradores do Bairro das Casas das Caixas, no Monte Abraão (Queluz Ocidental) através da sua comissão, e em colaboração com a Junta de Freguesia de Queluz, enviaram exposições à Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e à Caixa Nacional de Pensões no sentido de obterem a carreira de camionetas pela empresa Eduardo Jorge e solicitarem um inquérito para determinar os efeitos das frequentes explosões da pedreira vizinha que fazem abalar assustadoramente todos os edifícios.

Para satisfazer as necessidades mais urgentes do populoso bairro, votado ao abandono pelo regime fascista, a Comissão de Moradores, com o apoio das autarquias locais, fará outras diligências junto das entidades responsáveis.

SINDICATO DOS CAIXEIROS, PROFISSIONAIS EM ARMAZÉM E PROFISSÕES SIMILARES DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 29-29-A — Telef. 57 40 73

LISBOA

CONVOCATÓRIA

C. C. T. INDUSTRIAIS DE TINTAS E VERNIZES

Convocam-se todos os trabalhadores deste sector para uma reunião a realizar no **dia 16, às 21.30 horas**, na sede deste Sindicato, a fim de se apreciar e aprovar o novo projecto de Contrato Colectivo de Trabalho a negociar brevemente.

Só com o apoio e mobilização de toda a classe alcançaremos novas conquistas!

COMPARECE E PARTICIPA!

Lisboa, 13 de Janeiro de 1975.

A COMISSÃO DIRECTIVA

ESCOLA DE REGENTES AGRÍCOLAS DE SANTARÉM

A Escola da Regentes Agrícolas de Santarém, aceita até às 13 horas do dia 18 do corrente, candidaturas para professores provisórios das seguintes disciplinas:

Matemática (Curso Geral e Curso Complementar) — Ciências Físico Químicas (Curso Geral e Curso Complementar) — Ciências Naturais (Curso Geral e Curso Complementar) — Filosofia — Agrologia — Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas — Silvicultura — Fruticultura.

Os candidatos devem indicar o «Curriculum» e as suas preferências por disciplinas, em carta fechada dirigida à Comissão de Gestão desta Escola.

V A D E M E C U M

UM DOS MELHOES ELIXIRES DENTÍFRICOS VENDIDO EM QUASE TODOS OS PAÍSES

PEDIDOS PARA REVENDA:

RUA DA GLÓRIA, 72-1.º ● TELEFONE 36 15 51 / 2

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA — Depart. de Confecções

Av. João XXI, 5 D — R. Infantaria 16, 55 C — LISBOA

Excursões C P

MIMOSAS FLORIDAS

E A SUGESTIVA COZINHA MINHOTA...

18-19 de Janeiro 75

- **VIANA (em festa), Vila Praia de Âncora, Caminha e o Monte de St.ª Luzia coberto de exuberante floração.**
  - Viagem em 1.ª classe e circuito de autocarro turístico.
  - Alojamento no melhor Hotel de Vila Praia de Âncora.
  - Festa (sábado à noite) e almoço especial, no domingo, baseado em pratos típicos da região.

Preços por pessoa (tudo incluído):

	2 DIAS Sáb./Dom.	1 DIA Domingo
LISBOA	920$00	—
PORTO	580$00	390$00

Programas e informações:

— Lisboa: Estações de Lisboa-Rossio e St.ª Apolónia EGT — Rua do Arsenal, 124

— Porto: Estação de Porto-S. Bento

— TODAS AS AGÊNCIAS DE VIAGENS DO PAÍS

RESERVAS RÁPIDAS: T. 367529 (LISBOA) T. 57061 (PORTO)

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA LIVRARIA MAGALHÃES

Nacional

"ENCERRADO UM CAPÍTULO QUE FORÇAS RETRÓGRADAS PROLONGARAM INJUSTAMENTE"

-afirmou o Presidente da República no fecho da Cimeira do Algarve

A encerrar os trabalhos da Cimeira, o Presidente da República potuguesa, general Costa Gomes, proferiu o seguinte discurso:

«Senhores presidentes:

As vossas assinaturas selaram com Portugal um acordo de transcendental importância nos destinos dos povos de Angola.

Ficou aqui encerrado um capítulo que forças retrógradas prolongaram injustamente.

Trabalhamos nesta reunião cimeira com uma geração de atrazo nas correntes da História.

Compete-nos agora ser generosos quanto ao passado, diligentes quanto ao presente e esclarecidos quanto ao futuro.

Senhores presidentes,

Meus senhores:

Dos mais humildes aos mais importantes que directa ou indirectamente colaboraram nos trabalhos desta reunião cimeira, todos deveremos beneficiar do sentimento empIgante de ter cooperador numa obra com sentido e grandeza.

Sobre a crueza das realidades, em dias de intenso labora, a nossa tolerância e espírito criador deram forma jurídica a uma obra política que a História julgará.

No corrente mês entrará no poder um Governo de Transição. Das eleições surgirá uma Assembleia Constituinte que elegerá o primeiro Presidente da República de Angola, representante legal e legítimo da vontade superior dos povos do novo país.

Em 11 de Novembro de 1975, o Estado Português transmitirá a essa autoridade incontestável todos os soberanos poderes de uma Angol atotalmente independente.

Esquematicamente bem poderemos dizer que neste acordo começamos o virar de uma folha da História de Angola que encerra um capítulo onde o sangue e as lágrimas de dois povos deixaram um traço amargo de graterno sofrimento.

Em 11 de Novembro de 1975, começa um capítulo totalmente novo para ser escrito com génio à luz da esperança, da liberdade e da independência.

Senhores presidentes.

A vossa determinação na luta armada legitimou a representatividade dos vossos sofrimentos.

Como representantes dos povos de Angola vos recebemos na mais africana das províncias de Portugal, com a alegre espectativa de irmãos que dão fim a uma querela que, recém terminada, já querem perdoar e esquecer.

A partir de hoje, vós e os vossos movimentos estão colocados perante um desafio duplo.

É assperança de todos os angolanos a exigir que, homens e partidos, apesar das diferenças sociais filosóficas ou políticas, saibam encontrar soluções angolanas autênticas, baseadas na capacidade de diálogo no espírito de cooperação e na boa vontade de servir o vosso país, que Vossas Ex.as acabam de demonstrar.

É o sentimento dos homens bons, dos quatro cantos da terra, e a observação especializada dos sociólogos mais atentos que se debruçam na experiência social angolana como uma derradeira esperança de ver criar no século vinte uma grande comunidade onde o espírito vence definitivamente os convencionalismos raciais, um dos dramas da sociedade internacional contemporânea.

Temos sólidas razões para crer que ireis triunfar dos dois desafios, criando condições sociais e políticas para o desenvolvimento acelerado do vosso portentoso país.

Do lado português, este acordo é um passo fundamental do desenvolvimento do processo descolonizador programado generosamente pelos homens do MFA, nas noites clandestinas que precederam a revolução iniciada em 25 de Abril.

Apesar dos escolhos e dificuldades que têm surgido neste processo complexo e dificílimo, creio que o Governo Português e os seus interlocutores têm demonstrado uma maturidade política, uma flexibilidade de espírito e uma imaginção notáveis.

Para cada território tem-se obtido uma solução realística que melhor se adapte aos interesses dos respectivos povos, com a coragem de abandonar teorias idealistas, com os seus modelos esteriotipados e esterilizantes.

Desejo aqui deicar vincada a minha estima por todos quantos, com ou sem referências públicas, souberam abnegadamente contribuir para o sucesso desta reunião cimeira.

Senhores presidentes,

Meus senhores:

O povo angolano, todos os homens bons de Angola desejam viver e trabalhar em clima de justiça social, penosamente saturados por uma guerra sem grandeza, sentem na alma o bálsamo da esperança.

O seu desejo de paz e tranquilidade é tão forte que estou certo, todos darão o seu melhor do seu esforço e colaboração para que os seus sofrimentos e esperanças não sejam vãos na História da grande pátria que vai nascer.

Vós angolanos, governantes e governados, seris capazes de dirigir e aplicar as potencialidades do território ao ritmo trepidante de quem tem a construir um dos mais florescentes países do continente africano.

Repouasará nas vossas mãos, homens de Angola, tudo quanto o destino vos reservou para criardes uma Pátria materialmente grande e rica, espiritualmente fraterna e justa».

Senghor sugere unificação dos três partidos

DACARV; «! __ Leopold Sedar Senghor, presidente da República do Senegal, sugeriu que os três Movimentos de Libertação angolanos formassem um partido unificado.

O presidente Senghor exprimiu esta ideia num brinde pronunciado num jantar em honra de Marien N'Gouabi, presidente da República do Congo.

O chefe do Estado senegalês declarou nomeadamente: «desejo por minha parte que os três movimentos transformem o seu acordo conjuntural em acordo durável. Porque não formarem por exemplo, um partido unificado que se encarregasse, numa base nacional, da independência e do desenvolvimento do jovem Estado».

Quanto à descolonização na África Austral, Senghor afirmou que o presidente N'Gouabi e ele próprio estavam de acordo em manter políticas convergentes, que se podem resumir numa frase: «Continuar a pressão das armas e permanecer abertos ao diálogo».

Por outro lado, no comunicado final da visita oficial de quatro dias do presidente congolês, Senghor e N'Gouabi «encorajam vivamente os dirigentes do M.P.L.A. F.N.L.A. e U.N.I.T.A. a operar para a unificação política dos seus movimentos

DOMINGOS REBÊLO

MISSA DO 7.º DIA

A viúva e filhos do pintor Domingos Rebêlo, participam que será celebrada missa do 7.º dia na próxima 6.ª-feira, dia 17 pelas 12.30 horas, na igreja de S. João de Deus, à Praça de Londres. Desde já agradecem a presença das pessoas que se dignarem participar nesta celebração.

SÓCIO

FIRMA 50 EMPREGADOS, EDIFÍCIO NOVO, TERRENO PARA EXPANSÃO, A TRABALHAR PARA AS MELHORES FIRMAS DO PAÍS, PROCURA SÓCIO COM CAPITAL

RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 1543

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

SECTOR TÊXTIL E MALHAS

Convocatória n.º 28

Convocam-se todos os trabalhadores dos têxteis, das malhas, da sirgaria, passamanaria, cordoaria e redes de pesca, para uma reunião, dia 18/1/75, pelas 21 horas, na Delegação do Sindicato — Rua Dr. João Gomes Patacão, 26 cave - Moscavide.

A Ordem de Trabalho é a seguinte:

Contrato Colectivo de Trabalho

Lisboa, 15/1/75.

A DIRECÇÃO

— SANO —

CIGARROS DESNICOTIZADOS

(Fabricados com puro tabaco seleccionado)

— SANO —

Recomendados aos fumadores sensíveis à NICOTINA

— SANO —

Recomendados aos fumadores sensíveis ao ALCATRÃO

É Tabaco — Satisfaz !

A venda em cigarros e para cachimbo nas Boas Tabacarias

Representante : TABACARIA INGLESA

Telef. 32 38 46 — LISBOA

ANGOLA

descobrir uma literatura

através da colecção

VOZES DO MUNDO

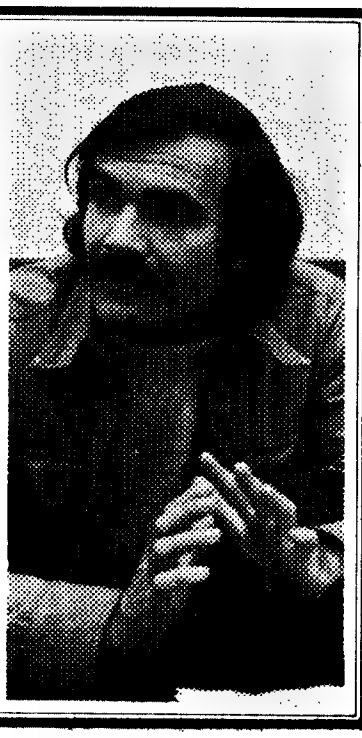
SAGRADA ESPERANÇA

poesia completa de AGOSTINHO NETO

NÓS, OS DO MAKULUSU

narrativa de LUANDINO VIEIRA

SÁ DA COSTA editora



S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Portel em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8/46302, do arquivo 5460, para o estabelecimento nas freguesias de Amieira e Alqueva, concelho de Portel, de uma linha aérea a 15 kV, com 5974 metros, do apoio n.º 74 da linha «Portel-Amieira» para o posto de transformação de Alqueva, na freguesia de Alqueva.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento em 8 de Janeiro de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Nacional

AGOSTINHO NETO:

Afastado o colonialismo nem o povo português nem o povo angolano desejarão recuar

Em nome dos presidentes dos três movimentos de libertação de Angola, que participaram na conferência da Penina, o dr. Agostinho Neto, presidente do M. P. L. A., disse antes de falar o Presidente Costa Gomes:

. Senhor Presidente da República Portuguesa, Senhores Ministros do Governo, Provisório Português, Amigos, Camaradas:

. De 11 a 15 de Janeiro, de 1975 as nossas delegações, respectivamente do Governo Provisório Português e dos representantes legítimos do Povo Angolano, reuniram-se no Algarve, para tomar decisões sobre o fim do sistema colonial.

A presença de Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República Portuguesa, ao acto final da assinatura do acordo ficará registada na História de Portugal e de Angola, como um eloquente anúncio de progresso político para os povos de ambos os Países.

Seja-me permitido pois, em nome da Frente Nacional de Libertação de Angola — F. N. L. A. — do Movimento Popular de Libertação de Angola — M. P. L. A. — e da União Nacional para a Independência Total de Angola — U. N. I. T. A., em nome das respectivas delegações, honradas pela Vossa presença, em nome do nosso Povo, que legitimamente representamos, exprimir satisfação pela perfeita avaliação do valor histórico deste momento.

Da ponta de Sagres, partiram as caravelas que contribuiram positivamente para o contacto com outros povos e continentes e, portanto, para o advento de uma nova etapa na sociedade humana.

Relativamente perto da Ponta de Sagres, terminaram para o continente africano, as relações injustas, que mais tarde, enegreceram os brilhantes feitos dos navegadores portugueses. Aqui, as pretensões dos colonialistas ficam enterradas para sempre. Tenho o imenso prazerde felicitar o Povo Português por este acto final do vergonhoso colonialismo em África.

Senhor Presidente da República Portuguesa e presidente da Comissão para a Descolonização, permita-me que me dirija, também aos representante do Governo Provisorio Português, cujo Primeiro-Ministro nos honra, igualmente com a sua presença, para os saudar e para lhes manifestar, com dignidade e apreço o nosso sentimento de amizade por todos eles, os executores dapolítica de democratização e de descolonização, através dos instrumentos apropriados, criados após o glorioso 25 de Abril, de 1974.

Estendemos o nosso apreço aos técnicos e colaboradores dos Ministérios que foram os artífices da apresentação perfeita do texto do acordo.

Ao quarto movimento de libertação, quero dizer ao Movimento das Forças Armadas, que catalisou a vontade popular para derrubar o fascismo em Portugal e lançar as bases sólidas para terminar a exploração colonial, espinha dorsal da vontade popular para as transformações democráticas em Portugal, nós representantes do F. N. L. A., do M. P. L. A. e da U. N. I. T. A., desejamos dizer quanto admiramos **a sua coragem e firmeza, que permitiram não só libertar o povo português da ditadura salazarista e caetanista, não só dar garantias de democracia a este povo português que bem a merece**, mas também tornou uma realidade tornou possível a verdade da nossa afirmação comum relativa à não existência de ódio entre o povo português e o povo angolano.

O sistema é que estava errado e, agora, que ele foi corrigido senhor Presidente da República a confraternização em Angola é um facto entre a grande maioria das forças militares portuguesas e os guerrilheiros angolanos.

Aqui, nestas discussões que se convencionou chamar a Cimeira do Algarve, nunca apareceram antagonismos irreversíveis. A cordialidade, o respeito e a sinceridade facilitaram imenso o nosso trabalho. O objectivo foi sempre comum. Os interesses de ambos os povos foram defendidos à base do princípio da nossa igualdade em direitos.

Não quereria deixar de agradecer neste momento solene aos nossos amigos portugueses da segurança da Polícia e das Forças Armmadas que nos garantiram a tranquilidade e a discreção para que esta reunião se desenrolasse em clima de perfeita calma, sem inquietações, afastado o receio de incidentes e de pressões externas.

A nossa permanência na Penina, e isso é de salientar, foi facilitada pelo pessoal do hotel, cujas excelentes instalações nos foram oferecidas, e pela cordialidade da direcção que nos facultou conforto e uma temperatura tão africana, como o calor amigo dos seus demais componentes.

Possivelmente, não estarão completamente satisfeitos os representantes da Imprensa portuguesa angolana, e estrangeira mas creio terem compreendido as razões de discrição necessária para esta cimeira. Agradecemos a sua paciência e a cobertura dada a este acontecimento.

As delegações da F. N. L. A., do M. P. L. A. e da U. N. I. T. A. felicitam-se pela boa colaboração e entendimento que existiu, durante esta conferência, colaboração que confirma o respeito prometido na pré-cimeira de Mombaça e é prenúncio de uma estreita colaboração no começar do exercício de responsabilidades novas na nossa terra.

O elemento fundamental para o êxito da luta de libertação foi finalmente adquirido e não consentiremos mais que as divergências não fundamentais sejam transformadas, pelos nossos inimigos em disputas graves

Angola e Portugal iniciam uma nova era nas suas relações. Uma era de amizade, de cooperação e de solidariedade. Os laços que existiram entre os nossos povos, embora fortemente marcados pelo carácter de exploração, durante séculos não deixarão de nos conduzir, facilmente, à necessária e desejada cooperação em vários domínios.

Afastado o obstáculo do colonialismo, nem o povo português, nem o povo angolano desejarão recuar, na sua transformação progressiva para uma nova definição do homem na sociedade. A dinâmica da vida só nos pode conduzir a um destino. O destino do progresso. Se recuarmos o processo em Portugal ou em Angola, este importante acordo, hoje selado pelo estabelecimento das relações justas entre os nossos povos, romper-se-á inevitávelmente.

Para chegarmos a este momento histórico, foi derramado sangue de alguns dos melhores filhos do povo angolano, sacrificados na defesa da honra, da dignidade e dos direitos de todo um povo.

Os patriotas portugueses somaram centenas de anos de cadeia, perderam elementos valiosos do seu povo na luta antifascista e muitos dos seus jovens pereceram na guerra colonial.

E eis que hoje substituido o gatilho pelo diálogo, reconhecido o direito de ambos os povos à independência e à liberdade, os abraços e a confraternização substituem subitamente as confrontações violentas. Uns e outros somos dignos deste momento.

O movimento de libertação nacional e o movimento antifascista português que permitiram o 25 de Abril contribuiram magnificamente para a construção de um novo clima político.

E não só isso.

Contribuiram para uma radical transformação na África e para um novo equilíbrio no Mundo.

Por isso, neste momento, solene, não poderemos esquecer os nossos amigos em África, na Europa, na Ásia e no resto do Mundo, que contribuiram directa ou indirectamente para a vitória dos nossos povos.

Com confiança e decisão, o povo angolano enfrentará as novas condições. Durante a longa noite colonial, o povo angolano aprendeu que é preciso bater sempre na exploração, venha ela de onde vier, assuma ela a forma ou a cor que assumir. Esta lição histórica será para nós, o fundamento de toda a acção futura. Só o progresso social, constantemente exigido pelos dirigentes e pela base conseguirá a independência, completa, a liberdade e a facilidade para todos.

Senhor Presidente da República Portuguesa, amigos, camaradas de luta; no nome da F. N. L. A., do M. P. L. A. e da U. N. I. T. A., reafirmamos, aqui o nosso desejo e a nossa determinação de defender, por todos os meios, as vitórias já adquiridas pelo nosso povo e de cooperar com o vosso País a base dos princípios justos de respeito mútuo, não ingerência e reciprocidade de vantagens, ou seja cooperação na independência e na dignididade.

O ministro major Melo Antunes lê o acordo ontem assinado entre Portugal e os movimentos de libertação de Angola

O TEXTO DO ACORDO

É o seguinte o texto do acordo entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola (F.N.L.A.); o Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (U.N.I.T.A.):

O Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola — F.N.L.A., Movimento Popular de Libertação de Angola — M.P.L.A. e União Nacional para a Independência Total de Angola — U.N.I.T.A., reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975 para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência, acordaram o seguinte:

Capítulo I

DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

ARTIGO 1.º — O Estado Português reconhece os movimentos de libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola — F.N.L.A., Movimento Popular de Libertação de Angola — M.P.L.A., e União Nacional para a Independência Total de Angola — U.N.I.T.A., como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

ART. 2.º — O Estado Português reafirma, solenamente, o reconhecimento do direito do povo angolano à independência.

ART. 3.º — Angola, constitui uma entidade, una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos actuais e neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

ART. 4.º — A independência e soberania plena de Angola serão solenamente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu, expressamente designado.

ART. 5.º — O Poder passa a ser exercido, até à proclamação da independência, pelo alto-comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975.

ILÍCITO QUALQUER ACTO DE RECURSO À FORÇA

ART. 6.º — O Estado Português e os três movimentos de libertação formalizam pelo presente acordo, um cessar-fogo geral, já observado, de facto, pelas respectivas Forças Armadas em todo o território de Angola.

A partir desta data, será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes com vista a impedir a violência interna ou a agressão externa.

ART. 7.º — Após o cessar-fogo as Forças Armadas da F.N.L.A., do M.P.L.A. e da U.N.I.T.A. fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes à sua implantação actual, até que se efectivem as disposições actuais, previstas no capítulo IV do presente acordo.

ART. 8.º — O Estado Português obriga-se a transferir progressivamente até ao termo do período transitório, para os órgãos de soberania angolana, todos os poderes que detém e exerce em Angola.

ART. 9.º — Com a conclusão do presente acordo consideram-se amnistiados para todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis pela legislação vigente à data em que tiveram lugar.

ART. 10.º — O Estado Independente de Angola exercerá a soberania, total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

Capítulo II

DO ALTO COMISSÁRIO

ART.º 11.º — O Presidente da República e o Governo Português são, durante o período transitório representados em Angola pelo alto comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

ART. 12.º — O alto comissário em Angola é nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa, perante quem toma posse e responde politicamente.

ART. 13.º — Compete ao alto comissário:

a) representar o Presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, de pleno acordo com o Governo de Transição o cumprimento da lei;

b) salvaguardar e garantir a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição;

c) assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que venham a ser celebrados entre os movimentos de libertação e o Estado Português;

d) garantir e dinamizar o processo de descolonização de Angola:

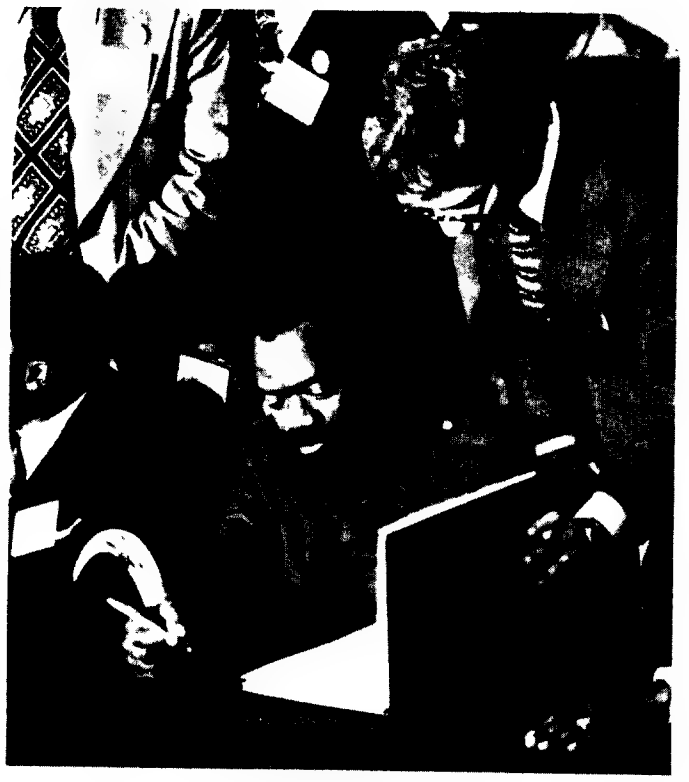
e) ratificar todos os actos que interessem ou se refiram ao Estado Português;

f) assistir às sessões do Conselho

CEMAV
CENTRO DE ENSINO POR MEIOS AUDIO-VISUAIS
Rua D. Estefânia, 32 3.º Esq. Lisboa 1
CURSOS TÉCNICO/ADMINISTRATIVOS:
• CONTABILIDADE GERAL
• ORG. ADMINISTRATIVA DE EMPRESAS
• TÉCNICA DE VENDAS
Visite-nos. Conheça as instalações que o CEMAV preparou para si.

Em OLHÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA MODERNA

Nacional



Agostinho Neto (M. P. L. A.), Holden Roberto (F. N. L. A.) e Jonas Savimbi (U. N. I. T. A.) assinam o texto do Acordo.

de Ministros, quando o entender conveniente, podendo participar nos respectivos trabalhos, sem direito de voto;

g) assinar, promulgar e mandar publicar os decretos-leis e os decretos elaborados pelo Governo de Transição;

h) assegurar, em conjunto com o colégio presidencial, a direcção da Comissão Nacional de Defesa, e dirigir a política externa de Angola, durante o período transitório, coadjuvado pelo colégio presidencial.

Capítulo III

DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO

ART. 14.º — O Governo de Transição é presidido pelo Colégio Presidencial.

ART. 15.º — O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada movimento de libertação, e tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição.

ART. 16.º — O Colégio Presidencial poderá sempre que o deseje, consultar o alto-comissário sobre assuntos relacionados com a acção governativa.

ART. 17.º — As deliberações do Governo de Transição são tomadas por maioria de dois terços, sob a presidência rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

ART. 18.º — O Governo de Transição é constituído pelos seguintes Ministérios: Interior, Informação, Trabalho e Segurança Social, Economia, Planeamento e Finanças, Justiça, Transportes e Comunicações, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Agricultura, Recursos Naturais.

ART. 19.º — São, desde já, criadas as seguintes Secretarias de Estado:

a) duas secretarias de Estado no Ministério do Interior;

b) duas Secretarias de Estado no Ministério da Informação;

c) duas Secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social;

d) três Secretarias de Estado no Ministério da Economia, designadas, respectivamente, por Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, Secretaria de Estado da Indústria e Energia e Secretaria de Estado das Pescas.

ART. 20.º — Os ministros do Governo de Transição são designados, em proporção igual, pela Frente Nacional de Libertação de Angola (F.N.L.A.), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.) pela União Nacional para a Independência Total de Angola (U.N.I.T.A.) e pelo Presidente da República Portuguesa, e tomam posse perante o alto comissário.

ART. 21.º — Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita do seguinte modo:

a) ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e dos Transportes e Comunicações;

b) à F.N.L.A. cabe designar os ministros do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura;

c) ao M.P.L.A. cabe designar os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça;

d) à U.N.I.T.A. cabe designar os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

ART. 22.º — As Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

a) à F.N.L.A. cabe designar um secretário de Estado para a Informação, um secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e o secretário de Estado do Comércio e Turismo;

b) ao M.P.L.A. cabe designar um secretário de Estado para o Interior, um secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um secretário de Estado da Indústria e Energia;

c) à U.N.I.T.A. cabe designar um secretário de Estado para o Interior, um secretário de Estado para a Informação e o secretário de Estado das Pescas.

ART. 23.º — O Governo de Transição poderá criar novos lugares de secretários e subsecretários de Estado, respeitando na sua distribuição a regra da heterogeneidade política.

COMPETÊNCIA DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO

ART. 24.º — Compete ao Governo de Transição:

a) velar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização até à independência total;

b) superintender no conjunto da administração pública assegurando o seu funcionamento, e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade;

c) conduzir a política interna,

d) preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola;

e) exercer por decreto-lei a função legislativa e elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis;

f) garantir, em cooperação com o alto comissário, a segurança das pessoas e bens;

g) proceder à reorganização judiciária de Angola;

h) definir a política económica, financeira e monetária, e criar as estruturas ao rápido desenvolvimento da economia de Angola;

i) garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais ou colectivas.

ART. 25.º — O colégio presidencial e os ministros são solidariamente responsáveis pelos actos do Governo.

ART. 26.º — O Governo de Transição não poderá ser demitido por iniciativa do alto comissário, devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o alto comissário e os movimentos de libertação.

ART. 27.º — O alto comissário e o colégio presidencial procurarão resolver em espírito de amizade e através de consultas recíprocas todas as dificuldades resultantes da acção governativa.

ART. 28.º — É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição: alto comissário; colégio presidencial; Estado-Maior Unificado.

ART. 29.º — A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo alto comissário sobre todos os assuntos relativos à defesa nacional, tanto no plano interno como no exterior, com vista a:

a) definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo;

b) assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola;

c) garantir a paz, a segurança e a ordem pública;

d) velar pela segurança das pessoas e dos bens.

ART. 30.º — As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, tendo o alto comissário, que preside, voto de qualidade.

ART. 31.º — É criado um Estado-Maior Unificado que reunirá os comandantes dos três ramos das Forças Armadas portuguesas em Angola e três comandantes dos movimentos de libertação.

O Estado-Maior Unificado fica colocado sob a autoridade directa do alto comissário.

ART. 32.º — Forças Armadas dos três movimentos de libertação serão integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas forças militares mistas em contingentes assim distribuídos: oito mil combatentes da F.N.L.A.; oito mil combatentes do M.P.L.A.; oito mil combatentes da U.N.I.T.A. e 24 mil militares das Forças Armadas Portuguesas.

ART. 33.º — Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à integração progressiva das Forças Armadas nas forças militares mistas, referidas no artigo anterior, devendo em princípio respeitar-se o calendário seguinte: de Fevereiro a Maio inclusive, serão integrados por mês, quinhentos combatentes de cada um dos movimentos de libertação e mil e quinhentos militares portugueses. De Junho a Setembro, inclusive, serão integrados por mês, mil e quinhentos combatentes de cada um dos movimentos de libertação e quatro mil e quinhentos militares portugueses.

ART. 34.º — Os efectivos das Forças Armadas Portuguesas que excederem o contingente referido no artigo 32.º, deverão ser evacuadas de Angola até trinta de Abril de 1975.

ART. 35.º — A evacuação do contngente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas forças militares mistas deverá iniciar-se a partir de um de Outubro de 1975 e ficar concluída até vinte e nove de Fevereiro de 1976.

ART. 36.º — A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar forças mistas de Polícia encarregadas de manter a ordem pública.

ART. 37.º — O Comando Unificado da Polícia, constituído por três membros, um de cada movimento de libertação, é dirigido colegialmente e presidido segundo um sistema rotativo, ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

Capítulo V

DOS REFUGIADOS E DAS PESSOAS REAGRUPADAS

ART. 38.º — Logo após a instalação do Governo de Transição serão constituídas comissões paritárias mistas, designadas pelo alto comissário e pelo Governo de Transição encarregadas de planificar e preparar as estruturas os meios e os processos para acolher os angolanos refugiados.

O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisará a acção destas comissões.

ART. 39.º — As pessoas concentradas nas «sanzalas da paz» poderão regressar aos seus lugares de origem.

As comissões partidárias mistas deverão propor ao alto comissário ao Governo de Transição medidas sociais, económicas e outras para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes actividades da vida económica do país.

ELEIÇÕES EM OUTUBRO

Capítulo VI

ART. 40.º — O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de trinta e um de Janeiro de 1975, data da sua instalação.

ART. 41.º — As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos movimentos de libertação — F.N.L.A., M.P.L.A. e U.N.I.T.A. — únicos representantes legítimos do povo angolano.

ART. 42.º — Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma Comissão Central, constituída em partes iguais por membros dos movimentos de libertação, que elaborará o projecto da lei fundamental e preparará as eleições para a Assembleia Constituinte.

ART. 43.º — Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo colégio presidencial a Lei Fundamental, a Comissão Central deverá:

a) elaborar um projecto de lei eleitoral;

b) organizar os cadernos eleitorais;

c) registar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte apresentadas pelos movimentos de libertação.

ART. 44.º — A Lei Fundamental, que vigorará até à entrada em vigência da Constituição de Angola, não poderá contrariar os termos do presente acordo.

Capítulo VII

DA NACIONALIDADE ANGOLANA

ART. 45.º — O Estado Português e os três movimentos de libertação, F.N.L.A., M.P.L.A. e U.N.I.T.A. comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a F.N.L.A., o M.P.L.A. e U.N.I.T.A. reafirmam a sua política de não discriminação segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação angolana através de uma opção consciente.

ART. 46.º — A F.N.L.A., o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A. assumem desde já o compromisso de considerar cidadãos angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua actual nacionalidade, ou optar por outra.

ART. 47.º — Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste país, é garantida a faculdade de requererem a cidadania angolana, de acordo com as regras da nacionalidade angolana que forem estabelecidas na Lei Fundamental.

ART. 48.º — Acordos especiais a estudar ao nível de uma comissão paritária mista, regularão as modalidades da concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses domiciliados em Angola, e o estatuto de cidadãos portugueses residentes em Angola e dos cidadãos angolanos residentes em Portugal.

Capítulo VIII

DOS ASSUNTOS DE NATUREZA E FINANCEIRA

ART. 49.º — O Estado Português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por forma a facilitar a transferência desses bens, ou do correspondente valor para o território e a posse de Angola.

ART. 50.º — A F.N.L.A., o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A., declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome e em relação a Angola, desde que o tenham sido no efectivo interesse do povo angolano.

ART. 51.º — Uma comissão especial paritária mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no Art.º 49.º e os créditos referidos no Art. 50.º, procederá às avaliações que tiver por convenientes, e proporá àqueles Governos as soluções que tiver por justas.

ART. 52.º — O Estado Português assume o compromisso de facilitar à comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma comissão careça para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas dentro dos princípios da verdade, do respeito pelos legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação.

ART. 53.º — O Estado Português assistirá o Estado angolano na criação e instalação de um banco central emissor. O Estado Português compromete-se a transferir para o Estado de Angola as atribuições e o activo e o passivo do departamento de Angola no Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da comissão mista para os assuntos financeiros. Esta comissão estudará igualmente todas as questões referentes ao departamento de Portugal do mesmo banco, propondo as soluções justas, na medida em que se refiram e interessem a Angola.

ART. 54.º — A F.N.L.A., o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A., comprometem-se a respeitar os bens e os interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

Capítulo IX

ART. 55.º — O Governo Português por um lado e os movimentos de libertação por outro acordam em estabelecer entre Portugal e Angola laços de cooperação construtiva e duradoura em todos os domínios, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

Capítulo X

ART. 56.º — Serão criadas comissões mistas de natureza técnica e composição paritária nomeadas pelo alto comissário de acordo com o colégio presidencial, que terão por tarefa estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação activa entre Portugal e Angola, nomeadamente nos seguintes domínios:

a) cultural, técnico e científico;

b) económico e comercial;

c) monetário e financeiro;

d) militar;

e) da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.

ART. 57.º — As comissões referidas no artigo anterior conduzirão os trabalhos e negociações num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento. As conclusões a que chegarem deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do alto comissário e do colégio presidencial com vista à elaboração das disposições gerais.

Capítulo XI

ART. 58.º — Quaisquer questões que surjam na interpretação e na aplicação do presente acordo e que não possam ser solucionadas nos termos do Art. 27.º, serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os movimentos de libertação.

ART. 59.º — O Estado Português, a F.N.L.A., o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A., fiéis ao ideário sócio-político repetidamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na declaração universal dos Direitos do Homem bem como o seu activo repúdio por todas as formas de discriminação social, nomeadamente o «apartheid».

ART. 60.º — O presente acordo entrará em vigor imediatamente após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa. As delegações do Governo português, da F.N.L.A., do M.P.L.A. e da U.N.I.T.A. realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorreram as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente acordo, que dará satisfação às justas aspirações do povo angolano e enche de orgulho o povo português, a partir de agora ligados por laços de funda amizade e propósitos de cooperação construtiva para bem de Angola, de Portugal da África e do Mundo.

Assinado em Alvor, Algarve, aos 15 dias do mês de Janeiro de 1975 em quatro exemplares em língua portuguesa.

Desporto

Ginásio Clube Português: 100 anos e muitos problemas

Estando prestes a comemorar o seu centenário, o Ginásio Clube Português tudo tem feito no sentido de proporcionar a prática da ginástica (mas não só) a um cada vez maior número de associados. Embora tenha inaugurado a sua nova sede há apenas dois anos, vê-se o (quase) centenário clube a braços com problemas de falta de espaço, isto porque das três dependências da sede, está em funcionamento apenas uma.

Para dar conta das dificuldades em que se debate, a direcção do Ginásio Clube Português pediu uma audiência ao secretário de Estado dos Desportos. Contudo, o eng.º Luís Casanovas preferiu ser ele próprio a visitar as instalações do ginásio, para melhor poder apreciar e avaliar das necessidades que lhe iriam ser apresentadas.

Receberam o eng.º Luís Casanovas os drs. Cunha Mota (presidente da Assembleia Geral), Enes da Lage (vice-presidente do Conselho Fiscal), e por Emílio Santos Lapa, Manuel Sancho Osório e Mota Ferreira, respectivamente presidente da direcção em exercício, tesoureiro e secretário permanente.

Durante a visita, os dirigentes do Ginásio Clube Português participaram ao secretário de Estado dos Desportos que o clube estava na disposição de colaborar com o Governo, na medida das suas possibilidades. Assim, foram postos à disposição dois dos seus ginásios, para que sejam utilizados por alunos de escolas e liceus que não possam praticar ginástica por falta de instalações. Todos os dias úteis (das 14 às 16 e 20), o Governo (e, neste caso específico, o Ministério de Educação e Cultura) podem, se assim o entenderem, utilizar os ginásios.

Também foram facultados números de praticantes e sua divisão por modalidades, para uma melhor apreensão das lutas que o clube mantém para poder albergar «todo o mundo». Assim, para uma massa associativa de 4750 sócios, cerca de 3200 praticam desporto no Ginásio Clube Português, sendo a seguinte a sua distribuição: ginástica (2 200): classes infantis (dos 3 aos 9 anos), 370; dos 10 aos 16 anos, 350; classes de adultos (a partir dos 16 anos) 1150; ginástica pré-aplicada e aplicada, 100; classes de representação (masculnas e femininas) 90; praticantes individuais, 50; praticantes de ginástica de recuperação funcional, 90.

As outras classes têm a seguinte distribuição de praticantes: Dança (a partir dos 5 anos) 104; Esgrima (a partir dos 12 anos) 26; Halterofilismo (a partir dos 14 anos) 23; Karate (a partir dos 16 anos) 160; Luta (a partir dos 10 anos) 12; Judo a partir dos 4 anos) 260; «Yoga» (a partir dos 10 anos) 280; Jogo de Pau (a partir dos 14 anos) 10; «Aikido» (a partir dos 7 anos) 45; Musculação, 30. Total de 950 praticantes.

Até final da época está prevista a inscrição de cerca de 300 novos praticantes, o que elevará o seu número para 3500.

Outra forma de colaborar com o Governo é a divulgação, através da província, da ginástica. Nos planos do Ginásio Clube Português estão a aceitação de convites para levar a todo o rinção luso o gosto pela ginástica. Em princípio, é provável a deslocação a Tomar (em 26 deste mês) e a Alcochete (14 de Fevereiro).

Estão a ser ultimados os pormenores finais que ponham em funcionamento as duas carreiras de tiro, inauguradas já, embora simbolicamente, em 26 de Dezembro último, pelo sócio Manuel Nunes Correia, o que chamou a seu cargo todos os encargos com a instalação e equipamento das referidas carreiras, que se destinam ao tiro a chumbo e arco.

Problema do G.C.P. encontrar solução para pagamento dos encargos que o empréstimo pedido à Caixa Geral de Depósitos comporta. Espera-se que esta visita do eng.º Luís Casanovas dê os seus frutos, para que um clube que tanto tem feito pela prática da ginástica possa continuar a servir, cada vez melhor, os seus associados.

RALI DE MONTE CARLO: HOJE EM LISBOA

. Com partida de cinco cidades (Atenas, Monte Carlo, Estocolmo, Varsóvia e Agadir), principiou ontem o mais famoso rali do mundo: o de Monte Carlo, que hoje mesmo visita Lisboa, através dos concorrentes que escolheram Agadir como ponto de partida. A hora oficial da chegada do primeiro concorrente ao Espelho de Água (onde funciona o controlo horário) è 21 e 40 horas. Uma hora depois, os 13 concorrentes inscritos, partirão de Lisboa para a fronteira de Vilar Formoso.

Alguns nomes conhecidos do público português partiram de Agadir, passando portanto hoje em Lisboa: destacamos Jean Pierre Nicolas, Jean Piot, Jean Ragnotti.

F.C. Porto-Sporting em andebol de sete

Com a disputa de cinco dos seis jogos que a jornada comportava, recomeçou o Campeonato Nacional de Andebol de Sete, que (como noticiámos) deu os seguintes resultados: Benfica - F. C. do Porto, 19-16; Beira-Mar - Sporting, 16-18; Almada - Campo de Ourique, 29-12; Belenense - Desportivo de Portugal, 30-14; Passos Manuel - Técnico, 14-13. Por falta de luz no recinto, não se disputou o jogo Vitória - Académico.

Dois dos encontros concitavam as atenções gerais, especialmente aquele que se disputava no Pavilhão da Luz, e que punha frente a frente os segundos classificados (Benfica e F. C. Porto). O outro grande embate disputava-se em Aveiro e restava esperar para saber até que ponto o Beira-Mar podia chegar, na sua tentativa de bater o pé ao guia da classificação.

Estando a vencer ao intervalo por um escasso golo (9-8) os aveirenses iam conseguindo travar a marcha dos «leões». Foi apenas a um minuto do fim que o Sporting marcou os golos que ditaram a diferença final. Um aviso para os futuros visitantes a Aveiro, pois não acreditamos que as dificuldades tivessem surgido apenas para o Sporting.

As (esperadas) «goleadas» do Belenenses e Almada não trouxeram novidade alguma, sendo apenas de destacar os nove golos conseguidos por Espadinha, o que já vem sendo (afinal) um hábito. Minisurpresa pode qualificar-se a vitória (tangencial) do Passos Manuel sobre o Técnico, se atendermos à maior experiência dos «engenheiros», frente à recém-chegada dos «liceais» ao escalão maior.

O jogo maior encheu, quase por completo, o Pavilhão da Luz, apesar do encontro ser transmitido pela televisão. Porém, a sua realização após o futebol, foi o factor que ditou a quantidade de público presente (bastante mais do q habitualmente) embora as entradas fossem pagas.

O espectáculo não defraudou ninguém: no aspecto de emoção como na incerteza do marcador. Pena foi que o espectáculo fosse ensombrado por cenas que não dignificam, sendo de realçar a (indevida) répicla que um «banco dos responsáveis» deu a certo sector do público, alimentando assim uma polémica que não interessava. Valeu (uma vez mais) existir vedação: maiores seriam as lamentações em caso contrário...

A vitória dos «encarnados» não sofre a mínima contestação, pois foi valorizada pela excelente réplica dada pelos «portistas». A maior coesão (em especial na segunda parte) da defesa benfiquista foi factor que ditou leis. Com esta vitória, o Benfica isolou-se no segundo lugar, mantendo intactas as suas pretensões.

Continua na pág. 21

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N. 20 DE 19 DE JANEIRO DE 1975

. Alvo Desportivo, 111 111 2x1 112x; Auto Rádio, 1x1 x21 x1x 11x2; Badaladas, 112 x1x 2x1 122x; Boa Nova, 11x x11 211 x112; Brados do Alentejo, 211 211 2x2 11x2; O Emigrante, 111 x11 2x1 112; Cardeal Saraiva, 11x 221 x11 1211; Cavalgada do Ritmo, 111 x11 21x 11xx; Clube do Ar, 111 221 211 111x; Estação Rádio da Madeira, 11x 211 21x 1112; O Comércio de Leixões; 11x 211 211 1x21; O Comércio do Porto, 111 221 x11 1xx1; O Concelho de Estarreja, 11x 2x1 21x 1xxx; Correio dos Açores, x11 211 212 11x2; Correio de Coimbra, 111 x11 211 111x; Desporto e Rotações, x1x 2x1 211 x122; Correio do Vouga, 111 211 211 2111; A Defesa, x11 x11 22x 1122; Às 10 espere por nós, x12 2x1 xx1 122x; Diário de Coimbra, x11 21x 211 1121; Diário do Porto, 1x1 2x1 2x1 11xx; O Distrito de Portalegre, 111 2x1 2x1 1121; Ecos de Cacia, 111 211 211 1122; Estrela da Manhã, 111 211 211 1121; Estúdio 64, x11 2x1 211 1x11; Eu Sei Tudo, 111 112 111 111x; Folha do Domingo, x11 2x1 2xx 11x2; Dos fracos não reza a história, 1xx x21 221 1112; Gazeta das Caldas, 111 xx1 2xx 11x1; Jornal da Beira, 11x 211 21x 1122; O Jornal de Felgueiras, 111 2x1 211 1111; Jornal do Fundão, 11x 2x1 21x 12xx; Jornal da Graça, 111 x11 111 1111; O Jornal da Lixa, 111 2x1 2x1 11x2; Jornal de Sintra, 111 x11 2xx 1xx1; O Mensageiro, 111 x11 2xx 1x11; Linhas de Elvas, xx1 211 2xx 11xx; Litoral, 112 xx1 21x 1111; Manchete Desportiva, 111 xx1 211 11x1; Maria da Fonte, 111 2x1 211 11xx; Mundo Desportivo, 1xx 211 211 11xx; Pajú Desportivo, x1x 2x1 21x x122; O Norte Desportivo, xx1 2x1 21x 1xx1; Notícias de Chaves, 11x x11 211 11x1; Notícias do Douro, x11 x11 21x 11x1; Notícias de Évora, x11 x11 2x1 1x11; Notícias de Felgueiras, 11x 211 212 11xx; Notícias de Gouveia, 11x 211 2x2 112x; Notícias de Guimarães, x11 211 211 1x22; O Notícias de Penacova, 1xx x11 2x1 xxx1; A Ordem, 111 211 211 x1x1; Peça que não maça, x11 211 2x1 111x; Penalti, 111 2x1 x11 1121; Placard Desportivo, 111 2x1 2x1 11xx; Placard Desportivo-Açores, x21 x11 xx2 1x1x; Programa sem nome, 111 2x1 2x1 112x; Quadrante Desportivo, 111 221 x11 1x22; Quadrante Norte, 111 xx1 2xx 11x2; Rádio Altitude, 11x 2x1 xx2 112x; Rádio Alvo, x11 1x1 xx1 11xx; Panorama, 111 221 211 1121; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Rádio Sports, 111 111 211 1111; Reconquista, 111 211 2xx 11xx; Renovação, 11x x21 211 1xxx; Repórter do Dia-Angola, x11 211 211 x121; Resenha Desportiva, 111 211 211 11xx; Encontro Musical, 111 2x1 212 1122; Ritmo e Amizade, 111 2x1 22x 1x2x; O sorriso da hora do almoço, 111 1x1 xx1 11x1; A Voz das Beiras, xx1 x11 21x 1xxx; A Voz Desportiva, 112 2xx 21x 1111; A Voz do Domingo, x11 211 2x2 x1x1; Voz de Lamego, 111 2x1 211 1112; A Voz dos Ridículos, 111 x11 211 1xx1; A Rabeca, x1x 2x1 x11 x1x2; Sporting, x11 211 x11 12xx;

Diário de Lisboa, 111 x11 221 x11x; Jornal Desportivo, 122 x12 2x1 122x; Sempre Fixe, x11 x11 2xx 1112; A Voz do Casa Pia, 111 2x1 211 11xx; Boletim Desportivo, 111 2x1 211 1111;

Jornal de Gaia, 1x1 x11 2x1 1xx2; Jornal de Notícias, 112 2x1 2x1 11xx; Miscelânea Musical, x11 x11 21x 2x1x; Montra do Êxito, 111 211 211 11x1;

Música e Desporto, x11 x11 211 1111; Programa da Manhã, 11x 211 21x 1112; Só Rádio, 11x 112 211 1x11; O Primeiro de Janeiro, 111 211 2x1 11x1;

Notícias do Totobola, 111 x11 xx1 111x; Por Deus e Pela Pátria, 111 2x1 211 2112; Domingo Alegre, 12x 1x1 21x 1x1x; Roteiro Sonoro, 1x1 111 221 1111; Terceiro Programa, 121 111 21x 2112; Passatempo, 211 111 121 1111; Bondiazinha, 111 111 2x1 2212; 20 Ponto D, x21 1x1 x11 1x12; Extensão 10, 2x1 x11 2x1 111x e Talismã Desportivo, xx1 x11 221 x11x.

	RESUMO			BOLAS			(a)
	1	X	2	1	X	2	
1. LEIXOES-FARENSE	71	26	3	8	3	1	
2. ESPINHO-ATLÉTICO	83	12	5	10	1	1	
3. CUF-SETÚBAL	73	21	6	9	2	1	
4. ORIENTAL-GUIMARAES	13	32	55	1	4	7	
5. SPORTING-PORTO	58	34	8	7	4	1	
6. BELENENSES-ACADÉMICO	94	3	3	10	1	1	
7. OLHANENSE-BENFICA	4	14	82	1	1	10	
8. TIRSENSE-RÉGUA	59	34	7	7	4	1	
9. VARZIM-BEIRA MAR	66	26	8	8	3	1	
10. UNIÃO LEIRIA-SESIMBRA	85	10	5	10	1	1	
11. E. PORTALEGRE-LUSITANO	72	21	7	9	2	1	
12. MONTIJO-BARREIRENSE	38	39	23	5	5	2	
13. JUVENTUDE-MARITIMO	37	36	27	5	4	3	

a) Nos termos do Artº. 10º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A chave lógica será:

111 211 211 11X1

Desporto

O FUTEBOL PROFISSIONAL VIVERÁ DO AMADORISMO DOS OUTROS DESPORTOS

. Entre as receitas e as despesas dos clubes existe um abismo no fundo do qual tombam as melhores boas vontades dos tesoureiros. Nesse mesmo abismo mergulham (igualmente) em desesperos e angústias todos os dirigentes clubistas dos mais diversos escalões. É o abismo para onde se precipitam irremediavelmente os sonhos doirados, como as mais legítimas aspirações, daqueles que dos seus consócios recebem o pesado encargo de governar a colectividade.

Até há uns tempos, mais a troco da satisfação de vaidades pessoais ou de insuspeitados previlégios do que propriamente por altruismo ou carolice (com ressalva para as excepções bem conhecidas de toda a gente) os clubes (uns melhor do que outros, naturalmente) sempre conseguiam «lançar» uma «tábua de salvação» sobre o abismo do «deve e haver» seguindo em frente (com mais ou menos êxitos) sem vertigens, que é como quem diz sem olhar a défices. Agora afundaram-se no abismo das dívidas e dos compromissos imprudentemente assumidos no tempo das «vacas gordas» e desenvolvem porfiados (e nem sempre eficazes) esforços para saíre da aflitiva situação em que se encontram (referimo-nos aos clubes, porque os dirigentes, alguns deles, lá se vão desenrascando o melhor que podem).

Como que quer que seja há muita boa gente pelos clubes com as mãos na cabeça — para não dizer mesmo de cabeça perdia. O alarme é geral: vem do Belenenses, do Oriental, do Atlético, do Vitória de Setúbal, do Benfica, de todos os clubes de futebol enfim. A adopção de medidas de austeridade económica terá que ser a palavra de ordem.

Mas que medidas; que austeridade? Como aplicá-las; e em que sentido? Aqui é que parece estar o «busilis» da questão. Começam, é certo, a ser postas em experiência algumas soluções (enquanto outros hesitam ainda quanto ao caminho a seguir). Algumas das soluções fazem-nos lembrar aquela história do fidalgo arruinado a quem o «mordomo» chamou a atenção para o facto de ser necessário reduzir as despesas, e que, depois de ouvir quanto se gastava nos lautos banquetes oferecidos em sua casa aos amigos, decidiu: «Cinquenta escudos de palitos? Mas que desgoverno! Baptista, corta nos palitos.» Pois em nossa opinião parece-nos que há por aí muitos dirigentes a fazerem a economia dos palitos...

Alguém é responsável no estudo da legislação que um dia virá a ser implantada para regular a prática do futebol como profissão, manifestava-nos a sua estranheza pelo facto de os clubes se mostrarem pouco interessados na instituição de tais leis de trabalho, pois considera que elas só lhes serão benéficas. É que como clubes de futebol que são, se o querem continuar a ser, terão naturalmente de sacrificar alguma coisa em favor desse desejo. E, sendo o futebol a sua principal fonte de receita, apenas dele deverão desviar para a prática das modalidades amadoras os dinheiros que aquele possa dispensar, sem comprometer a sua actividade em condições rendáveis. O profissionalismo no futebol só pode subsistir à custa do integral amadorismo das outras modalidades. Eis, pois, uma filosofia que nos parece válida.

GUITA JUNIOR

ANDEBOL DE SETE

Continuação da pág. 20

Classificação actual:

	J	V	E	D	B	P
SPORTING	9	8	1	—	173-102	26
Benfica	9	8	—	1	209-119	25
Belenenses	9	7	—	2	200-132	23
F. C. Porto	9	7	—	2	189- 32	23
Almada	9	5	2	2	106-131	21
V. Setúbal	8	4	—	4	121-137	16
O. Portugal	9	3	—	6	112-163	15
Beira Mar	9	2	2	5	130-185	15
C. de Ourique	9	2	—	7	130-185	15
P. Manuel	9	2	—	7	112-152	13
Técnico	9	2	—	7	118-147	13
A. do Porto	8	—	1	7	104-168	9

. A próxima jornada (a disputar no sábado), comporta os seguintes encontros: F. C. Porto - Sporting; Desportivo de Portugal - Beira-Mar; Campo de Ourique - Vitória de Setúbal; Técnico - Belenenses; Académico - Pssos Manuel e Benfica - Almada.

Sobre futebol

TREINADORES

Em Coverciano (próximo de Florença) habitual centro de estágio da «squadra azzurra», estiveram reunidos os principais técnicos do futebol europeu para analisar as conclusões extraídas do último campeonato mundial, disputado na Alemanha. Encontrava-se presente o «escol» dos treinadores europeus, verificando-se apenas a ausência, por doença, de Helmut Schoen (Alemanha Ocidental e de Casimir Gorski (Polónia).

Este sexto encontro de técnicos organizado pela U.E.F.A. foi subordinado ao tema **análises e métodos de preparação utilizados pelas equipas participantes no último campeonato mundial.**

Dirigiu os trabalhos o presidente da U.E.F.A. (Artemio Franchi) entre, os 60 técnicos que assistiram a esta reunião contava-se Bernard Blaut (Polónia), Small (Escócia), Aladjov (Bulgária), Michel Hidalgo (França), Stephan Kovacs (Roménia), Don Revie (Inglaterra); Ladislau Kubala (Espanha); Fluvio Bernardini (Itália), Derwall (Alemanha Federal); Seipelt (Áustria) Knobel (Holanda), Sandberg (Suécia) Barori (Hungria) Hussy (Suíça) e Pedroto (Portugal).

A título de observadores estiveram igualmente presentes Rudolfo Kraly (novo director técnico argentino) Neyi (Tunisia) e Cluseau (Marrocos).

FRANÇA

O Olimpique de Marselha multou em 50 mil francos, o futebolista brasileiro Paulo César devido ao seu **surpreendente comportamente e indisciplina.** Paulo César regressou com cinco dias de atraso do Brasil e efectuou uma péssima exibição, no jogo contra o Metz, que o seu clube perdeu por 1-0. Os dirigentes do clube consideram que a má exibição de Paulo César fora devida ao seu atraso e decidiram multá-lo.

SOLUÇO

Depois dos jogos de ontem, a «Taça de Portugal» dá novo pulinho a 22 do corrente, com os embates Gil Vicente-Naval 1.º de Maio e Estoril-Barreirense. O sorteio para a eliminatória n.º 4 efectua-se um dia depois.

DESCONSIDERAÇÃO

Estava marcado para o domingo último em Fátima, um jogo do grupo local (Centro Paroquial de Fátima) com o Grupo Desportivo Espinhense, da zona de Alcanena, a contar para o distrital da 1.ª divisão de Santarém. Duarante 45 minutos, infrutiferamente, mais de três centenas de pessoas esperaram pela turma de arbitragem: que não apareceu. Portanto, tudo voltou a penantes sem ver a bola...

JUSTIÇA FEDERATIVA:

Dinis-5 jogos

. São os seguintes os castigos aplicados pelo Conselho de Disciplina da Federação de Futebol no que diz respeito à 1.ª Divisão:

. Com 1 jogo de suspensão, Vítor Manuel Pinho Esmoriz (Atlético), Vítor Manuel Gomes Lopes (Cuf) e Américo Costa Martins (Oriental).

Com 2 jogos, Eliseu António Vinagre Ferreira (Belenenses).

Com 5 jogos, Joaquim António Dinis (Sporting).

TAÇA DE PORTUGAL:

Marítimo, Peniche e Sesimbra eliminados

. Relativos à terceira eliminatória da Taça de Portugal, disputaram-se ontem quatro jogos que deram os seguintes resultados: Torriense-Sesimbra, 5-2; Marinhense-Campomaiorense, 2-1; Lusitano de Vila Real-Peniche, 2-0 e Lusitano-Maritimo, 3-2.

Os restantes jogos, a disputar em 22 do corrente, são: Gil Vicente-Naval 1.º de Maio e Estoril-Barreirense.

Já estão apurados Lusitano de Vila Real, Lusitano de Évora, Marinhense e Torriense.

carnaval na neve

ST. ANTON

8 a 15 de Fevereiro de 1975

Preços desde 7.650$00

Incluindo:
- Transp. aéreo e terrestre;
- Estadia em Hotel em regime de pensão completa;
- Todas as taxas; acompanhamento de guia abreu

Informações e inscrições abreu

LISBOA — Av. Liberdade, 160 — Telef. 3200 31
PORTO — Av. Aliados, 207 — Telef. 3 7 9 2 1
COIMBRA — Rua da Sota 2 — Telef. 2 2 0 1 1

ESCOLA DE CONDUÇÃO MONUMENTAL

CONDUZA SEGURO PARA O SEU FUTURO
LIGEIRO
PESADO
MOTO

Direcção Técnica de: ANTÓNIO SOARES
Av. Manuel da Maia, 11 — r/c — LISBOA
Telefs.: 572535 - 539712

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da patente N.º 53 108 para «LANTERNA DE BOLSO PARA PILHAS PLANA»

TRATA:
CLARKE, MODET & C.ª LTD.ª
PATENTES E MARCAS
Rua Castilho, 201-3.º-Esq.
LISBOA

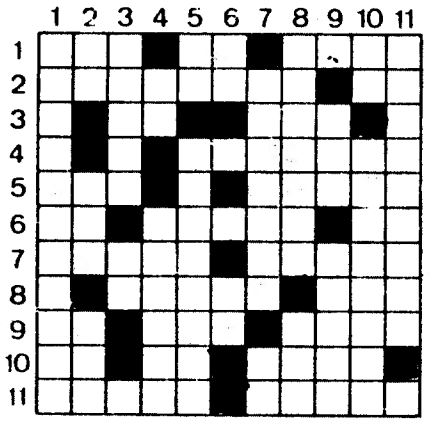
Palavras Cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 10985

HORIZONTAIS:

1 Recusa. Pronome reflexo. Debanda.
2 Protegida. Campeão.
3 Preposição e artigo definido. Rei de Israel de 919 a 918 (A.C).
4 Unisse por casamento.
5 Prendo. Ressoar.
6 Nota musical. Duzentos e sete em romano. Cálcio (s.q).
7 Sacrifica. Flutuam.
8 Argila. Herdade delimitada por marcos.
9 Miriare. Braço de mar. Vila e sede de concelho)Portalegre).
10 Artigo definido. Autores. Derrota.
11 Emissão de voz. Em má hora (ant).



VERTICAIS:

1 Contaríamos.
2 Antes do meio dia. Possui. Campeão.
3 Balofo. Rio da Rússia.
4 Preposição e artigo definido. Luz intensa.
5 Senhor. Bateriam em.
6 Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Rádio (s.q).
7 Fado. Saudável.
8 Declararia. Rio da Suiça.
9 Guarneço de asas. Estava obrigado a.
10 Gálio (s.q). Arrancariam.
11 Aguardamos.

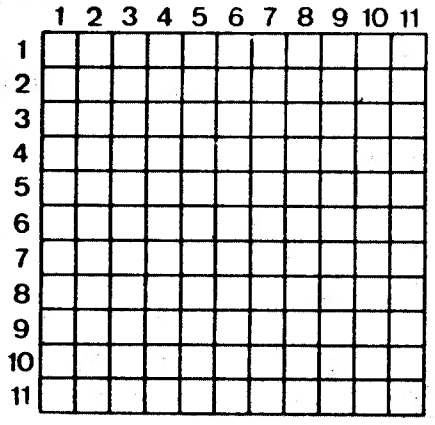
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7143

HORIZONTAIS:

1 Rouba. Furiosa.
2 Tratar por tu. Bigorna de aço sem hastes.
3 Lâmpada pequena.
4 Viração. Jarro (planta). Nome de astro.
5 Do feitio do ovo. Aqui.
6 Marisco de Cabo Verde e do Senegal. Terminar.
7 Pecado. Pega.
8 Mestre.
9 Esteiros. Rio da Rússia.
10 Induziriam.
11 Sadios. Sufixo que designa abundância (pl).



VERTICAIS:

1 Dizer. Tinges.
2 Joeirar. Viração. Cólera.
3 Álcool de melaço. Explêndido.
4 Cobriam. Sadias.
5 Ave trepadora. Érbio (s.q).
6 Esm ga. Acto solene.
7 Coragem. Guindaste grande (pl).
8 Freguesia do concelho de Ponte de Lima. Palmeira da Amazónia.
9 Prendes. Bário (s.q). Lírio.
10 Fútil. Poente.
11 Albergara por esmola. Alúmen.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10984

HORIZONTAIS

1 AS. LÁGRIMAS.
2 Afa. Remude.
3 Sio. Iam.
4 Rato. Chão.
5 Ostia. Arena.
6 Aer. Afares.
7 Rem. Afãs. Ri.
8 Ad. Si. Sim.
9 Usaram. Ao.
10 Socara. Sm.
11 Ás. Lérias.

VERTICAIS

1 SÃO. O. Una.
2 Sai. Saras.
3 FORTE. DAS.
4 La. Aira. Rol.
5 Ita. Ace.
6 Grão. Amimar.
7 Afãs. Ri.
8 Im. Crer. Saa.
9 MULHERES.
10 Ad. Anemias.
11 Seroas. Momo.

Proverbio: AS LÁGRIMAS SÃO O FORTE DAS MULHERES

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7142

HORIZONTAIS

1 Seita. Aspas.
2 Amainare. Re.
3 Mara. Siam.
4 Ala. Proar.
4 Rã. Freto. Ca.
6 Pó. Ma. Ar.
7 Acercaram.
8 Al. Animara.
9 Utar. Ga. Tom.
10 Rara. Cato.
11 Aras. Moeras.

VERTICAIS

1 Semarie. Ura.
2 Emala. Catar.
3 Iára. Pelara.
4 Tia. For. Ras.
5 An. Pr. Cá.
6 Arremangam.
7 Ar. Otária.
8 Sasão. Am. Ce.
9 Ir. Matar.
10 Ará. Cà. Rota.
11 Semeariamos.

PRÉDIO PARA ESCRITÓRIOS

COMPRA-SE OU ALUGA-SE

LOCAL: — AV. DA LIBERDADE (ou transversais)
— AV. FONTES PEREIRA DE MELO
— AV. DA REPÚBLICA

RESPOSTA INDICANDO ÁREAS ÚTEIS DISPONIVEIS E PREÇO, A ESTE JORNAL AO N.º 1542

Desporto

CICLISMO

Sporting-Lejeune: futuro garantido

João Rocha (o dinâmico presidente do Sporting) acaba de ver satisfeito (ou realizado) o seu grande sonho; a formação de uma equipa internacional de ciclismo, capaz de correr no estrangeiro sem receio de inferioridades. Para tanto, o trabalho em profundidade já começou, com Geminiani em Alvalade (para uma primeira observação dos corredores leoninos) e um adjunto jovem: que (todavia) já deu bastas provas do seu valor. Trata-se de António Graça, o segundo algarvio a «entrar» na vida dominante do ciclismo leonino (o primeiro foi Sérgio Páscoa), o homem que fez a fornada de jovens do Ginásio de Tavira, o praticante que foi infeliz (ou «vítima» da profissão ciclista nacional) se resumirmos a carreira apenas à «Volta a Portugal».

Foi no fim da semana passada que João Rocha apresentou aos ciclistas do Sporting o seu novo técnico português: numa cerimónia informal, tão ao gosto do presidente leonino, todos os profissionais «verde-brancos» ficaram a saber das funções de António Graça, bem como do plano de preparação com vista à próxima época. Assim, no mês de Fevereiro a equipa deslocar-se-á para o Sul de França, onde participará num estágio especialmente dedicado a ciclistas e que é considerado como o ponto de partida para a temporada que se adivinha. Nesse estágio concentrar-se-ão cerca de 200 profissionais, o que desde logo empresta ao «Sporting-Lejeune» condições iguais às que se oferecem aos maiores nomes do ciclismo europeu.

Foi durante a apresentação de António Graça que João Rocha confirmou a presença do Sporting na «38.ª Volta a Portugal», anunciando também que a equipa estará nas «Voltas» à França, Espanha e Suíça, e ainda em diversas provas do calendário espanhol, bem como na «Volta a S.Paulo». Um calendário (talvez) sobrecarregado, mas inteiramente de acordo com os desejos do grande impulsionador desta equipa internacional do Sporting.

Para além dos seis nomes de profissionais franceses, já anunciados como «figuras» da nova turma Sporting-Lejeune, mais 12 ciclistas portugueses completam o lote: Joaquim Agostinho, Firmino Bernardino, António Teixeira, Armindo Barradas, António Marçalo, Francisco Miranda, Fernando Ferreira, Manuel Gomes, José Amaro, Celestino Severino, Joaquim Carvalho e Raul Terêncio. Os três últimos são ex-amadores, promovidos a profissionais devido aos desacordos entre a direcção leonina e a dupla Leonel Miranda-Vítor Rocha. É ainda possível que José Martins venha a ser transferido da Coelima, para Alvalade.

O «Sporting-Lejeune» projecta-se (assim) num futuro que pode vir a proporcionar uma fama (e proveito) de que muito beneficiará o ciclismo nacional: pensamento de dirigentes, técnicos e ciclistas, verdadeira «equipa» que sabe como conjugar esforços par alcançar os frutos desejados.

Joaquim Agostinho: 0 «chefe de fila» da «Sporting-Lejeune»

António Graça: confiança no futuro, porque sabe quanto vale a sua experiência.

«CLÁSSICA»

A comissão organizadora do Paris-Nice apresentou o programa da clássica prova, que terá início em 9 de Março, com a partida de Fontenay-Sous-Bois. Quanto à participação, deverão ser seleccionadas 10 ou 12 equipas de 8 corredores.

Não é possível (indicou Jean Leulliot, director-geral da prova) **voltar a reunir 140 corredores à partida, principalmente por razões de segurança.**

Em princípio, deverão alinhar neste Paris-Nice as equipas «Peugeot» (Thevenet), «Gan-Mercier» (Zootemelk, vencedor em 1974, e Poulidor), «Gitane» (Alain Santy), «Molteni (Eddy Merckx), «Raleigh» (Schuiten), «Flandria» (Guimard e Godefroot), «Super-Ser» (Ocaña), «Sporting-Lejeune» (Joaquim Agostinho), «Alsaver-Jeunet-De-Gribaldy» (Charlier e Laurent) e ainda uma formação de ciclistas amadores. A prova comporta um prologo e sete etapas, terminando em 16 de Março.

«VUELTA»

O comité organizador da «Volta a Espanha» em bicicleta divulgou o itinerário da prova, a realizar (pela 30.ª vez) de 22 de Abril a 11 de Maio.

A extensão da prova é de 3133 quilómetros havendo no entanto possíveis alterações.

Calendário da Prova:

A 22 de Abril: apresentação e etapa preliminar em Fuengirola (contra-relógio individual, 4,400 quilómetros).

23: primeira etapa — Marbella-Marbella, numa distância de 78 quilómetros.

24: 2.ª etapa — Fuengirola-Granada, 198 quilómetros.

25: Granada-Almeria, 179 quilómetros.

26: Almeria-Aguilas, 195 km.

27: Aguilas-Murcia, 136 km.

28: Murcia-Benidorm, 192 km.

29: Benidorm-Benidorm (contra-relógio individual), 17 km.

30: Benidorm-Playa Pueblo de Farnals, 257 km.

1 de Maio: Playa de Farnals-Viñaroz, 159 km.

2: Viñaroz-Cambrils, 171 km.

3: Cambrils-Barcelona, 189 km.

4: Palma de Maiorca-Palma de Maiorca, 181 km.

5: Barcelona-Tremps, 189 km.

6: Tremps-El Formigal, 233 km.

7: Jaca-Complejo de Irache, 163 km.

8: Complejo de Irache-Durango (Urquiola), 150 km.

9: Durango-Bilbau, 116 km.

10: Bilbau-Miranda de Ebro, 186 km.

11: Miranda de Ebro-Besain-San Sebastian, 154 km.

Ciclitas profissionais do Sporting ouvindo atentamente João Rocha (que não figura na fotografia).

registo

TIRO AO ARCO: torneio «Primeira Flecha», destinado a todos os jovens com idade compreendida entre os 5 e os 18 anos, a efectuar no Jamor, a 26 do corrente.

ATLETISMO: «Grande Prémio de Palmela», às 14 horas de sábado, com participação de atletas populares ou federados (masculinos ou femininos).

LUTA: disputou-se a taza «Álvaro Santos», que veio a pertencer ao Sporting. Resultados parciais: **52 quilos** — 1.º, Américo Teixeira (Ateneu); **62** — 1.º, Luís Grilo (Sporting); 2.º, Rui Silva (Coina); **68** — 1.º, Pinto Gomes (Baixa da Banheira); 2.º, Cesário Santos (Sporting); **74** — 1.º, António Maia (Sporting); 2.º, Carlos Melo (Ateneu); **82** — 1.º, José Rosa (Baixa da Banheira); 2.º, Elisiário Varela (Sporting); **100** — 1.º, Henrique Cruz (Sporting). Por equipas: 1.º, Sporting, 15 pontos; 2.º, Baixa da Banheira, 7; 3.º, Ateneu, 2; 4.º, Coina, 1. Arbitraram: Joaquim Vitor, Luís Caldas, Mário Cerejo, Raul Reis e Mariano Pedro.

BASQUETEBOL: amanhã, pelas 21 e 0, na sede da Comissão Central dos Juízes, haverá uma conferência de Imprensa para esclarecimento sobre o presente momento da arbitragem.

"CULTURA E DESPORTO"

Mais quatro opúsculos da Série «Cultura e Desporto» foram lançados pelo M.E.C., através da Direcção Geral dos Desportos. Títulos e autores: «Cuba: um caso exemplar» (Manuel C. Valle), «Teoria do comportamento motor do homem» (L. Krotiev), «Valor social do futebol» (Rui Silva, Mira y Lopez e Arnaldo Pereira) e «O texto no contexto», este da autoria do nosso prezado colaborador Manuel Sérgio.

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

VENDA DE TAMBORES USADOS

A C. P. pretende adjudicar a venda de tambores servidos a óleos e outros produtos disponíveis em 1975 e postos no seu Armazém de Alcântara.

Os interessados na sua aquisição devem enviar a sua oferta por tambor, para a Divisão de Abastecimentos da C. P. — Rua de Santa Apolónia, 65 — Lisboa 2, até ao fim do corrente mês.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado e caiam aguaceiros em alguns locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO		7º
P. Dour.	(neg)	1º
COIMBRA		6º
PORTALEGRE		4º
LISBOA		12º
FARO		7º
FUNCHAL		15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

FUNCHAL
Máxima 15º

P. DOURADAS
Mínima 0,42º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 14,2º
Atmosfera 9,5º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
6.26	3,9 m		
18.46	3,6 m	12.02	0,9 m

Dia 17

6.57	3,7 m	0.12	1,0 m
19.17	3,5 m	12.37	1,0 m

Dia 18

7.29	3,6 m	0.49	1,1 m
19.50	3,4 m	13.15	1,1 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento fraco tornando-se moderado de Oeste; aguaceiros fracos locais durante a tarde de hoje com agravamento a partir do fim do dia com períodos de chuva ou chuviscos.

— AMANHÃ —

NASCER AS 8.53
OCASO AS 18.41

DIA 20 · DIA 27 · DIA 3 · DIA 11

BARS BOITES — restaurantes típicos

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.** a actuar FEDRA ARTISTA BRASILEIRA:

ESPADARTE CLUB — Sesimbra. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore interp. por clientes e dedicado aos turistas presentes. Encer. domingos. T. **229189**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado Variedades internacionais. **T. 26461/264526/264596/264621/264946**

HIPOPÓTAMO — Conjunto Hipopótamo. Encerra aos Domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A T. 48384.**

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. **Av. Duque de Loulé, 69. T. 533117.**

CACO — Dancing com música ambiente com sibular quarteto. **Rua Camilo Castelo Branco. 33-A.**

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. Josè	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P	36 6141	Combóios	32 6222

rádio

EMISSORA 1.º Programa

16.00 Noticiário — Rádio Estudantil
17.00 Que quer ouvir?
18.15 Movimento das Forças Armadas
19.05 Programa infantil — música variada
20.00 Jornal da Noite
21.15 Temas de História, por Miriam Halpern Pereira
21.45 Música variada
22.00 As doenças da saúde — música variada
23.00 De um dia para o outro
23.30 Ambiente, por Almeida Fernandes e Gil Montalverne
00.00 Entrada do MF 1 de Lisboa — SINAL HORÁRIO

Programa em MF 1 de Lisboa

23.00 Rádio Estudantil
00.00 Junção com o 1.º programa

2.º Programa

18.00 Que quer ouvir? Programa elaborado por Margarida Brandão
18.00 Música portuguesa
19.00 O canto o os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas
20.00 Jornal da noite
21.00 Música de piano de Mandelssohn
21.30 Sinfonia n.º 5, em si bemol maior, op. 63 (Edmund Rubbra)
22.00 Concerto de câmara
23.00 «Cantata à Morte do Imperador José II» (Beethoven)
23.43 Sonata para clarinete e piano (1939) (Hindemith)
24.00 Junção com o programa estereofónico

Programa Estereofónico — MF 2

21.00 Música ligeira variada
22.00 Intercâmbio musical — no intervalo: 32 Variações em Dó menor, op. 191, para piano (Beethoven)
23.17 Suite n.º 3 (das «Árias Antigas para Alaúde») (Respighi)
23.40 «Dodecaméron», para 12 vozes solistas (Ivo Malec)
00.00 Junção (entra o 2.º programa) — a grande música negra, por José Duarte
01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Emissor de Lisboa — Onda Média, 290,13 m — 1034 KHz — Emissão contínua; Emissor de Miramar (Porto) — Onda Média, 283,6 — 782 KHz — Emissão contínua; Modulação de Frequência (principais emissores) — Lisboa, 97,4; Porto, 97,7; Portalegre, 98,9; Lousã, 90,8; Fóia, 88,1 e Mendro, 92 MHz

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Rádiorama
18.00 Quinta-feira à tarde
18.22 Palavra do dia — no final: terço e benção da Basílica dos Mártires
19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30 Página 1
21.05 Igreja é plural
21.30 Curso de Língua Alemã
21.45 Pentagrama
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Esquema 13
23.05 A 23.ª hora

Clube Radiofónico de Portugal

Das 06.00 às 10.00 e das 22.00 às 02.00

Rádio Voz de Lisboa

Das 10.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00

Rádio Peninsular

Das 12.00 às 14.30

Rádio Graça

Das 14.30 às 19.30

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO Q-1
ATÉ ÀS 22 Horas

ALCÂNTARA
Nogueira, Rua de Alcântara, 5-A (tel. 637563).
ALVALADE
Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (tel. 765282); **Celta**, Rua Moura Gi[illegible]B (tel. 710621); **João XXI**, Avenida João XXI, 16-A (tele. 726462).
ANJOS
Guerra, Rua Andrade, 32-36 (telef. 845513).
AREEIRO
Avenidas (das), Avenida da República, 27-A (tele. 533688).
BAIXA
Valadas, Rua da Madalena, 235 (tel. 872060).
CAMPOLIDE
Oliveira, Rua de Campolide, 54-A (tel. 684424).
ARNIDE
J. Ribeiro, Estrada da Luz, 199-A (tel. 780969).
ESTRELA
Paivas e Raposo, Rua de Santo António, 96 (tel. 665196).
OLIVAIS
Simão, Rua Cidade de Cabinda, 16-A (tel. 310581).
XABREGAS
Salter, Rua de Xabregas, 63 (Tel. 381185).

TURNO Q-2
TODA A NOITE

AJUDA
Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222 (tel. 638256).
ALFAMA
Amali, Rua Escolas Gerais, 88-A (tel. 863940).
ALVALADE
Sanex, Avenida da Igreja, 31-C (tel. 717505).
AVENIDA DA LIBERDADE
Nacional, Rua do Salitre, 7 (tel. 46858).
BAIRRO ACTORES
Nobel, Rua Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental) Tel. 842152).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (tel. 311216).
BENFICA
União, Estrada de Benfica, 592 (Tel. 700092).
CAMPO DE OURIQUE
Porfirio, Rua Francisco Metrass, 59-B (tel. 663349).
ESTEFÂNIA
Estefânia, Rua Pascoal de Melo, 90 (tel. 44438).
LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 77 (tel. 790480).
PENHA DE FRANÇA
Dimar, Rua Conde de Monsaraz, 17-B (tel. 842533).
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (tel. 720703-128395).
REGO
G. Silva, Rua Francisco Tomás Costa, 3-C (tel. 771873).
SANTA CATARINA
Combro (do), Calçada do Combro, 78 (tel. 326059).
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Oliveira Viegas, Rua Viriato, 29-A (próximo do Hotel Sheraton) (tel. 48966-553601).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (T. 213161)
CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 242839)
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147)
OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058)
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T. 2471054)
MURTAL
Primavera, R. das Parreiras, 2 (T. 2472278)
MONTE ESTORIL
Suiça. Cruzeiro (T. 260087)
CASCAIS
Cordeiro, Av. C.G.Guerra, 40 (T. 280170); **Nova**, E. de Alvide, Fontainhas (T. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 930019); **Flama**, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485); **Confiança**, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149)
DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523)
QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (T. 950045); **Correia**, L. do Mercado, 3 (T. 950906; **Serra e Pinto**
CACÉM
Araújo e Sá, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T. 2940781)
MEM MARTINS
Quimia, E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T. 2930058)
COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)
ALMADA
Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-A (T. 270242)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E Nacional, 178-A (T. 2040302)
BARREIRO
Soares, Av. da República (T. 2073023)
COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L. 5 de Outubro, 62 (T. 270121)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029)
MONTIJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (T. 230008)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar, 13 (T. 229028)
SETÚBAL
Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (T. 22408); **Portugal**, R. Camilo Castelo Branco (T. 23211)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 16

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarinha, Rua da Vilarinha, 161; **Bonfim**, Rua do Bonfim, 73; **Guerra**, Rua de Costa Cabral, 43; **Guimarães**, Rua de Francos, 37; **Lemos e Filhos**, Praça de Carlos Alberto, 31; **Liga das Ass. Soc. Mútuos**, Rua do Bonjardim, 286; **Castro Carneiro**, Rua do Padre Cruz, 146; **Henriques**, Praça da Batalha, 64-A; **Moreno, Ld.ª** Largo de S. Domingos, 44; **Serpa Pinto**, Rua de Serpa Pinto, 645; **Vasques**, Rua das Condominhas, 794.

A PARTIR DAS 22 HORAS

Castro Carneiro, Rua do Padre Cruz, 146; **Henriques**, Praça da Batalha, 64-A e **Serpa Pinto**, Rua de Serpa Pinto, 645

COIMBRA

Olivais, Rua Bernardo de Albuquerque; **Universal**, Praça 8 de Maio; **Adriana**, Praça da República

cinemas • cinemas • cinemas

ESTREIAS DE HOJE

NOS CINEMAS
S. JORGE
FELLINI SATYRICON

POLITEAMA,
DÁ-LHE AGORA

ESTÚDIO 444
LIBERDADE À SOLTA

BERNA

T. 776098 14.15, 16.45, 19.15, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

AEROPORTO 1975

com: Charlton Heston, Karen Black

4.ª semana

APOLO 70

T. 763319 14.15, 16.45, 19,15. 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

CHINATOWN

O mais aclamado filme de 1974!

5.ª semana
Hoje às 00.15
Grupo D (maiores de 18 anos)

UM CASO DE URGÊNCIA

ROXY

T. 42872 14.00, 16.30, 18.45, 21.45

Para todos

A FLORESTA MARAVILHOSA

4.ª semana

A explosão da vida e do amor num espectáculo sem paralelo

PATHÉ

T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

FOGO NOS LÁBIOS

Os jogos do amor sensual

Colorido

3.ª semana

ALVALADE

T. 717480 15.30, 18.30, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

O DONZELO

Uma grande comédia para rir

c/ Flávio Migliaccio, Leila Diniz

LIDO

T. 937593 21.30

Interdito a menores de 18 anos

007 E O HOMEM DA PISTOLA DOURADA

CINESTÚDIO

T. 937593 15.30, 20.30, 22.30

Não acons. a menores de 18 anos

O FANTASMA DA LIBERDADE

CARLOS MANUEL - SINTRA

T. 2930394 20.45, 23.00

Interdito a menores de 18 anos
Noite de Teatro
À PAI ADÃO
c/ Mariema, Luís Hortulourdes Lima

UNIVERSAL

T. 774402 14.30, 18.30, 22.30

Às 14.30 e 20.30 (Para todos)
FRENTE POPULAR 1936
de Henri Turenne
Às 16.30 e 22.30
Não acons. a menores de 18 anos
A TERRA PROMETIDA
de Miguel Litin
Às 18.30
QUANDO O POVO ACORDA
Não acons. a menores de 13 anos

RESTELO

T. 610375 21.30

Interdito a menores de 18 anos

AMOR ENTRE MULHERES

(aviso ao público: este filme contém cenas eventualmente chocantes)

Amanhã às 21.30
A REBOLONA

EDEN

T. 320768 14.15, 16.45, 19.15, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

AEROPORTO 1975

com: Charlton Heston, Karen Black

4.ª semana

TIVOLI

T. 570595 15.15, 18.30, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

MINHA MULHER É DOIDA

com: Barbra Streisand, Michael Sarrazin

CASINO ESTORIL

T. 264621 17.00, 21.30

Grupo B maiores de 10 anos

CANÇÃO DA VIDA

D. JOÃO V DAMAIA

T. 971794 21.30

Grupo D maiores de 18 anos

A MULHER DE AZUL

POLITEAMA

T. 326305 15.15, 18.15, 21.30

Não acons. a menores de 13 anos

DÁ-LHE AGORA

ROMA

T. 727778 15.30, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

SEXO LOUCO
Todos os dias às 18.30
AMOR ENTRE MULHERES

OXFORD

T. 2865027 16.00, 21.45,

Grupo D 18 anos

O MISTERIORO MR. MACKINTOSH

VOX

T. 720808 16.30, 19.00, 21.30

Interdito a menores de 18 anos
VOCÊ INTERESSA-SE PELA COISA?

13.ª semana a esgotar

LUMIAR

T. 795296 21.30

Grupo D 18 anos

CRUEL VINGADOR

SATÉLITE

T. 562632 15.30, 18.30, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

CARTAS NA MESA
c/ José Jorge Letria e Guida Maria

MUNDIAL

T. 538743 15.15, 18.30, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

PARA AMAR OFÉLIA

4.ª semana de êxito!

CALEIDOSCÓPIO

T. 794141 14.15, 16.45, 19.15, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

CHINATOWN

O mais aclamado filme de 1974! Com Jack Nicholson e Faye Dunaway

5.ª semana

CONDES

T. 322523 14.15 16.30, 18.45, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

CARTAS NA MESA

ou a luta pela Informação

Um filme de Rogério Ceitil

Com: José Jorge Letria, José Ceitil e Guida Maria

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15, 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

OS PECADOS INCONFESSÁVEIS DE UMA SENHORA BEM

13.ª SEMANA DE SENSAÇÃO

Lotações esgotadas
UM FILME DE PAIXÕES NUAS

LONDRES

T. 801313 14, 16.30, 18.45, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

INICIAÇÃO CARNAL

Tarde ou cedo toda a gente precisa de ser amada

S. JORGE

T. 54153/4 15.15, 18.15, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

AVIS

T. 47163 15.30, 1830, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

TAL MÃE TAL FILHA

CASTIL

T. 530194 14.15, 16.45, 19, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

LARANJA MECÂNICA

7.ª semana

CINEARTE

T. 660446 15.30, 2130

Não acons. a menores de 18 anos

APOCALIPSE JOE

ESTÚDIO

T. 555135 14.00, 18.00, 22.00

Interdito a menores de 18 anos
LA MAMAN ET LA PUTAIN
4.ª semana
O filme de Jean Eustache

ESTÚDIO 444

T. 779095 15.30. 18.30. 21.45

Interdito a menores de 18 anos

LIBERDADE À SOLTA

EUROPA

T. 661016 15.15, 21.30

Não acons. a menores de 18 anos
A NOITE DOS GENERAIS
Amanhã às 18.45
ROCCO E SEUS IRMÃOS

IMPÉRIO

T. 555134 15.15, 18.30, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

LARANJA MECÂNICA

7.ª semana

MONUMENTAL

T. 555131 15.15, 18.30, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

BORSALINO & C.ª

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
20.45. 23.00
«Ó pá pega na vassoura»
COLISEU
21.00 (6 anos)
«Festival Mundial de Circo»
MARIA VITÓRIA
20.45, 23.00 (18 anos)
«Até parece mentira»
VILLARET
21.00 e 23.00 (18 anos)
«Cabaretíssimo»
LAURA ALVES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Dentadinhas na maçã»
A. B. C.
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Uma no cravo e outra na Ditadura»
ADOQUE
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Pides na Grelha»
CATIPÓLIO
20.45 e 23.00 (13 anos)
«Isso não se faz á Tia»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
10 anos
«O regresso de Aleluia»
PARIS
21.00 (10 anos
Continuaram a chamar-me Trinitá»
PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«O Loiro do sabato Preto»
JARDIM CINEMA
21.30 (18 anos)
«A mão de ferro»
MOSCAVIDE
21.00 (14 anos)
«Até mesmo os Anjos comem feijões»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (13 anos)
«O Atentado»
PAREDE
Royal
21.15 (18 anos)
«Ben e Charlie»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.30 (10 anos)
«A Canção da Vida»
ESTORIL
Palácio
21.30 (10 anos)
«Os Piartas do Arquipélago»
CASCAIS
S. José
21.30 (18 anos)
«Punhos Violentos»

LINHA DE SINTRA

QUELUZ
Queluz Cinema
21.15 (18 anos)
«Os Ambiciosos Também Morrem»
MEM MARTINS
Cine-Chaby
21.30 (18 anos)
«O Salto do Anjo»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
21.30 (13 anos)13 anos)
«Homo-Dramaticus»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
21.30 (13 anos
«Amigos»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«A Mais Antiga Profissão»
ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Billy Jack»
VALE FORMOSO
21.30 (13 anos)
«Juntos são dinamite»
OLIMPIA
21.30 (18 anos)
«Você Interessa-se pela Coisa»
ESTÚDIO FOCO
21.30 (18 anos)
«O Grande Gatsby»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Empresta-me o Teu Motorista»
ÁGUIA DE OURO
20.00 (13 anos)
«Juntos são dinamite»
CARLOS ALBERTO
21.30 (13 anos)
«Tequilla»
JÚLIO DINIS
21.30 (18 anos)
«Ferido na honra»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«De amor se morre»
TRINDADE
21.30 (18 anos)
«A grande farra»
BATALHA
21.30 (18 anos)
«Sofia e a educação sexual»

COIMBRA

TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Os Pecados Inconfessáveis de Uma Senhora Bem»
GIL VICENTE
21.30 (13 anos)
«Peregrinação exemplar»
S. TEOTÓNIO
21.30 (18 anos)
«Nova York clandestino»
AVENIDA
21.30 (18 anos)
«Cerimónia solene»
SOUSA BASTOS
21.30 (18 anos)
«Paranóia»

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º E 4.º
TELEF. 65453 1/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 32115 4/5, 32027 1/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA, TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Actividade partidária

P.C.: confirmada a legalização

. O Supremo Tribunal de Justiça, após cuidadosa análise da numerosa documentação apresentada, e tendo em conta as disposições legais aplicáveis, designadamente o disposto nos números 3 e 4 do artigo 5.º e no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 595/74, de 7 de Novembro, inscreveu no registo próprio existente naquele Tribunal o Partido Comunista Português, para todos os efeitos de direito, com início desde a data do respectivo requerimento, ou seja, desde 26 de Dezembro do ano passado.

A decisão do Supremo Tribunal de Justiça, subscrita pelo desembargador dr. António Acácio de Oliveira Carvalho, foi comunicada ontem, pelo secretário do Tribunal, dr. Abrantes Mendes, a uma delegação do Partido Comunista, convocada oficialmente para o efeito. Esta delegação era constituída por Pedro Soares, do Comité Central, e pelo dr. Lopes de Almeida, advogado do Partido.

O Partido Comunista Português é, assim, o primeiro partido político legalizado, depois do 25 de Abril. Até agora, apenas o Partido do Centro Democrático Social (C.D.S.) requereu a sua legalização, esperando-se que o P.S., o P.P.D., e o M.D.P./C.D.E. o façam a todo o momento.

COMÍCIOS E SESSÕES

L.U.A.R. — Na sequência da sua actividade junto da população alentejana, a L.U.A.R. realiza hkje, às 21 e 30, uma sessão de esclarecimento no Alvito, no Salão de Festas José Pedro de Góis. Para os próximos dias, estão programadas as seguintes sessões de esclarecimento: dia 17 — Montemor-o-Novo, às 21 e 30, no Cine-Teatro Curvo Semedo; dia 19 — Vila Boim, às 15 horas, na Sociedade High-Life e Vila Fernando, às 21 horas, na Sociedade Recreativa; dia 20 — Borba, às 21 e 30, no Cinema Municipal. Estarão presentes o secretário-geral, Hermínio da Palma Inácio, outros membros da direcção nacional, representantes dos núcleos locais e ainda Franscico Fanhais e Vitorino. José Afonso colaborará nas sessões de Alvito e Montemor-o-Novo.

P.C.P. — O Partido Comunista Português realiza hoje, sessões de esclarecimento na Casa do Povo de Santa Eulália, às 21 horas e no Conde Barão (Avenida 24 de Julho, 62) em Lisboa. Para amanhã, estão marcadas as seguintes sessões: Lagoa, às 21 e 30, no cinema local; Clube de Futebol Vitória de Lisboa (Picheleira), às 21 e 30; Vila Franca de Xira, às 21 horas; Abrantes, às 21 horas; Linda-a-Velha, às 21 e 30, na Academia Recreativa; Cruz Quebrada, às 21 e 30, na Sociedade Cruz Quebradense; Bairro Janeiro, às 21 e 30, no Grupo Recreativo Bairro Janeiro; Venda Nova, às 21 e 30, para trabalhadores da Sorefame e da Cometna; Paço de Arcos, no Cine-Teatro, às 21 e 30; Cinfães, às 21 horas; Serpins, na Junta de Freguesia, às 20 e 30; Eiras, no Clube Recreativo, às 21 e 30; Amieiro (Montemor-o-Velho), às 21 e 30; Almada, às 21 e 30, para pequenos comerciantes.

P.S. — O Partido Socialista promove esta noite, em Faro, no Largo do Pé da Cruz, 22, uma sessão de esclarecimento sobre «Casos concretos da administração local». O tema será apresentado por Almeida Carrapato e a sessão terá início às 22 horas.

«GRITO DO POVO» — O jornal «O Grito do Povo» promove amanhã, no Palácio dos Desportos do Porto, às 21 e 30, um comício subordinado ao tema «Os comunistas e as eleições».

M.R.P.P. — O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado leva hoje a efeito um comício em Setúbal, no Pavilhão do Naval, com início às 21.30, acerca da situação política actual e da posição da classe operária face à questão das eleições para a Assembleia Constituinte. No dia 18, o M.R.P.P. promove um comício em Coimbra e, no dia 24, a Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas realiza um comício no Pavilhão dos Desportos, sobre a actual situação estudantil.

ESTA NOITE NO PAVILHÃO

COMÍCIO DO P.S. "PELA LIBERDADE DOS TRABALHADORES"

. A questão da unicidade sindical continua na ordem do dia. Partidos e outras organizações tomam posição perante o problema. Para um melhor esclarecimento da sua posição, o Partido Socialista promove esta noite, no Pavilhão dos Desportos, um comício «pela liberdade e unidade dos trabalhadores». Na convocatória para o mesmo comício, o P.S. afirma-se «pelo cumprimento do Programa do M.F.A.» e «pela via democrática para o socialismo».

Entretanto a Aliança Operária e Camponesa, organização que tem o apoio do P.C. de P. (M-L) — Voz do Trabalhador, divulgou através de um comunicado a sua adesão ao comício do P.S. explicando que «o Partido Socialista defende neste momento certos pontos sobre as liberdades sindicais em comum com a A.O.C».

OUTRAS POSIÇÕES

A posição da União Democrática Popular (U.D.P.) é outra: pela «unidade sindical — central e única — contra os sindicatos de amarelos formados pelos patrões para dividir a classe». A U.D.P., no entanto, não está com a Intersindical nem com os «chefes reformistas», e afirma: «queremos sindicatos de classe, não queremos sindicatos de operários, chefes e burocratas».

A L.U.A.R., por sua vez, manifestou a sua posição através de um comunicado em que se afirma contra «o pluralismo sindical e as forças da burguesia que o preconizam». A L.U.A.R. é pela unicidade sem partidarismos e a partir da base. «Nestas condições», acrescenta o comunicado, «apoiamos a posição tomada face a esta questão pelo M.F.A. e responsabilizamo-lo perante os trabalhadores se a ferida instrumentalização partidária vier a acontecer».

À Redacção do «DL», entretanto, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos dias, continuam a chegar telegramas e comunicados de apoio à unicidade, nomeadamente de sindicatos e grupos de trabalhadores.

Entrentanto a União dos Sindicatos do Mar opõe-se à consagração de tal princípio na lei: «tendo os trabalhadores demonstrado toda a sua intransigente vontade de unidade, que a prática irá fortalecer, tornar-se-á desnecessário a consagração legal da unicidade».

Um outro comunicado, este da União dos Sindicatos de Coimbra, nos chegou. Trata-se de um documento que contém o texto de uma moção aprovada durante a manifestação anteontem realizada naquela cidade, de apoio à unicidade sindical. «A liberdade sindical não tem parentesco nenhum com a liberdade de burgueses e de juristas bem-pensantes», afirma-se na moção que, repodiando «manobras divisionistas», faz questão de assinalar devidamente a «vontade inabalável» dos manifestantes de «ver consagrada na lei a unicidade sindical». O texto da moção foi enviado ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao ministro do Trabalho e à Comissão Coordenadora do M.F.A.

ZENHA NÃO SAI DO GOVERNO

«Vivemos num país democrático e todos os cidadãos têm o direito a ter o seu ponto de vista», afirmou o dr. Salgado Zenha, ministro da Justiça do Governo Provisório, à sua chegada a Lisboa, vindo da Alemanha, onde se deslocou em missão oficial. Salgado Zenha referia-se a afirmações suas sobre a unicidade sindical que suscitaram vasta polémica.

Foi aventada a hipótese de saída do Governo do actual ministro da Justiça. Quanto a esse ponto, afirmou Salgado Zenha:

. «Evidentemente que a minha demissão é sempre possível. Não posso continuar no Governo contra a minha própria vontade. A minha presença no Governo depende, ao nível constitucional, da confiança que o Primeiro-Ministro tiver relativamente a ela. De modo que, se eu perder a confiança do Primeiro-Ministro, evidentemente que não me prestarei a qualquer ligação nesse sentido.

«Quanto, propriamente, ao problema de se saber se a minha presença pessoal dependeria ou não do resultado deste debate, o problema foi discutido na sessão do Conselho de Ministros de terça-feira passada, onde eu expliquei com toda a clareza que fosse qual fosse a solução, eu não sairia do Governo. A minha posição foi bem clara e eu votei no sentido de, mediante o regulamento ministerial, poder revelar qual era o meu ponto de vista, e o ponto de vista do meu partido. Porque não podíamos ficar amarrados a uma lei com a qual não concordamos. No exercício de uma faculdade que me é concedida pelo próprio regulamento do Conselho de Ministros, essa declaração ficou consignada Foi o que se passou. Portanto, os membros do Governo Provisório têm perfeito conhecimento daquilo que se passou.»

MENSAGENS DE APOIO À INTERSINDICAL

«Em nome dos trabalhadores chilenos saudamos grande comício trabalhadores portugueses pelo fortalecimento unidade sindical antifascista, consolidação democrática, luta antimonopolista e antilatifundista, pela defesa dos direitos económicos e sociais dos trabalhadores. Viva a unidade e solidariedade internacional.»1 Este o texto do telegrama enviado à Intersindical Nacional pela Central Única dos Trabalhadores do Chile-C.U.T. a propósito da grande manifestação do dia 14 pela unidade e unicidade sindical.

Na Intersindical, foram recebidas centenas de telegramas e mensagens do País e do estrangeiro. Grupos de trabalhadores, comissões de fábrica, sindicatos, uniões de sinditacos e comissões de partidos políticos reafirmaram o seu desejo da consagração legal do princípio da unidade e unicidade sindical, ao mesmo tempo que apoiavam a luta antimonopolista e antilatifundista, contra os despedimentos, pelo reforço da aliança do povo com o M.F.A.

Chega amanhã o novo embaixador americano

Está prevista para amanhã de manhã a chegada a Lisboa do novo embaixador dos Estados Unidos, Frank C. Carlucci, que sucede no cargo ao embaixador Stuart Scott, este já no seu país e disposto a abandonar a carreira diplomática para voltar a dedicar-se á advocacia.

O embaixador Frank C. Carlucci, de 44 anos, tomou posse do cargo de embaixador dos E.U.A. em Portugal em 26 de Dezembro. Diplomata de carreira, desempenhou, desde 1972, as funções de subsecretário de saúde, Educação e Previdência Social, o principal departamento do governo dos Estados Unidos em recursos humanos.

A sua entrada para o Corpo Diplomático verificou-se em 1956. Esteve no departamento de Estado antes de ter sido nomeado para a secção de assuntos económicos da embaixada em Joanesburgo. De 1960 a 1963, prestou serviço na embaixada em Kinshasa. Depois de um breve período do departamento 1964 a 1965, em Zanzibar. Em seguida, foi nomeado para a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, onde permaneceu de 1965 a 1969.

Frank Carlucci nasceu em Scranton, Pensilvânia, em 18 de Outubro de 1930. Em 1952, formou-se pela Universidade de Princeton, após o que frequentou a Faculdade de Gestão e Organização de Empresas da Universidade de Harvard. De 1952 a 1954, serviu como oficial na marinha.

Esteve ligado a actividades comerciais privadas em Portland, Oregon, de 1955 a 1956.

ARNALDO SCHULZ E SANTOS JUNIOR PRESOS PELO COPCON

Continuação da pág. 1

políticas», segundo uma nota da Secretaria de Estado da Saúde, que imputa «factos graves» a Rebelo de Sousa, a um ex-secretário de Estado e a mais três altos funcionários, nenhum deles publicamente identificados.

O «Diário de Notícias» desta manhã invoca «boa fonte» para indicar que a detenção de Schulz estaria relacionada com as suas actividades económicas e não com o seu passado de dignatário fascista.

Apurámos, por nossa parte, que as acusações contra Rebelo de Sousa e os outros altos funcionários do Departamento da Saúde poderão vir a enquadrar-se na figura jurídica de «corrupção», que abrange os casos de recebimento ilegítimo de qualquer tipo de «remunerações» em troca de favores prestados por quem detém o Poder político.

Efectivamente, diz a referida nota da Secretaria de Estado da Saúde:

. «Na sequência de rigoroso inquérito aos processos de licenciamento de casas de saúde, foram apurados factos graves que impuseram que o secretário de Estado da Saúde, dr. Cruz Oliveira, por seu despacho de hoje, determinasse a instauração de processos disciplinares a três altos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde e a responsabilização, nos termos gerais, por actos praticados no exercício de funções políticas, de dois ex-membros do Governo deposto em 25 de Abril, dos quais um secretário de Estado e um ministro, o dr. Baltasar Rebelo de Sousa.»

. Não deixa de causar a maior estranheza, porém, o facto de aquele Departamento do Estado não revelar o nome de todos os acusados de «factos graves». Juridicamente, admite-se que tenha sido respeitado o segredo em que a lei manda envolver a fase instrutória dos processos disciplinares instaurados aos três funcionários, embora este procedimento, que é o tradicional, nada tenha a ver com as medidas de saneamento político aberto e completo que as forças democráticas continuam a exigir. Já no plano político é difícil de entender que se oculte a identidade de um dos responsabilizados por «actos praticados no exercício de funções políticas» (que eram funções políticas do regime fascista) e se divulgue o nome do outro, o dr. Baltasar Rebelo de Sousa.

Arnaldo Schulz e Santos Junior foram homens da mais íntima confiança de Salazar, que lhes distribuíu vários postos-chave do poder fascista nas fases de crise interna da ditadura. Em momentos diferentes ocuparam a pasta do Interior, em ligação directa com a P.I.D.E. e com superintendência sobre os grandes pilares do regime: a administração local e autarquias, no plano político e económico, e as forças policiais militarizadas (G.N.R. e P.S.P.), no plano repressivo.

O último alto cargo de Schulz foi o de governador e comandante-chefe na Guiné, onde a sua política de genocídio e terra queimada nada conseguiu contra a ofensiva popular do P.A.I.G.C., então dirigido por Amílcar Cabral. Em 1970, Schulz foi substituído pelo general Spínola, que ali tentou pôr em prática um outro esquema político-militar de contraguerrilha.

Santos Junior foi durante alguns anos considerado o delfim de Salazar, cuja carreira coimbrã continuou (à frente da revista «Estudos» do C.A.D.C., por exemplo), tornando-se mais tarde amigo e confidente íntimo do ditador. Entrou para o Governo em 1961, depois da crise determinada pela tentativa de pronunciamento militar encabeçada por Botelho Moniz, na sequência da primeira ofensiva revolucionária do povo angolano.

Rebelo de Sousa tem a sua carreira relacionada sobretudo com o consulado de Marcelo Caetano, de cuja orientação política era seguidor incondicional, desde a juventude. Nos governos de Salazar, foi subsecretário de Estado da Educação (1955), depois de várias passagens pela cúpula das organizações fascistas (União Nacional Mocidade Portuguesa). Governador-geral de Moçambique desde Junho de 1968, é chamado ao Ministério da Saúde e Assistência em Janeiro de 1970, transitando depois para o superministério das Corporações.